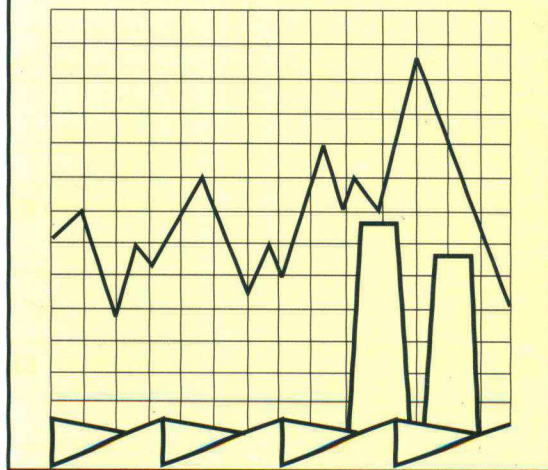


Revista de Economia

Número 21 / Ano 23 / 1997



Setor de Ciências Sociais Aplicadas
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Revista de Economia

Número 21 / Ano 23 / 1997

**Setor de Ciências Sociais Aplicadas
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Revista de Economia nº 21

Publicação anual do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná

Comitê Editorial: Ramón García Fernández (coordenador),
Claus Magno Germer, Gabriel Porcile, Gerson Pereira Lima
e Igor Constant Zanoni Carneiro Leão

Conselho Editorial: Ana Maria Bianchi (USP), Anita Kon (FGV-SP e PUC-SP),
Antonio Licha (UFRJ), Armênio de Souza Rangel (USP), Dante Aldrighi (USP), Carmem
Alveal (UFRJ), Duílio Berni (UFSC), Elcutério Prado (USP), Flávio Saes (USP), Iêda Maria
Lima (IPEA), Jaques Kerstenetzky (UFF), John Wilkinson (CPDA), José Juliano de
Carvalho Filho (USP), Leda Maria Paulani (USP), Lia Valls Pereira (FGV-RJ), Luiz Carlos
Delorme Prado (UFRJ), Luiz Kehrle (UEPB), Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB),
Maria Helena Oliva Augusto (FFLCH/USP), Mariano Laplane (UNICAMP), Mário Duayer
(UFF), Maurício Coutinho (UNICAMP), Mauro Borges Lemos (UFMG), Nali Jesus de
Souza (UFRGS), Nelson Giordano Delgado (CPDA), Newton Bueno (UFV), Otaviano
Canuto (UNICAMP), Paulo Furquim de Azevedo (UFSCar), Paulo Haddad (UFMG), Pedro
César Dutra Fonseca (UFRGS), Renato Maluf (CPDA), Roberto Smith (UFCE), Roberto
Vermulm (USP), Rosa Moura (IPARDES), Samuel Klinsztajn (PUC-SP), Shigeo Shiki (UFU),
Vera Lúcia Fava (USP), Walter Belik (UNICAMP)

Os professores do Departamento de Economia da UFPR são membros natos
do Conselho Editorial.

Diagramação: Maria Laura Lima Zocolotti

Layout da capa: Editora da UFPR

ISSN 0556-5782

Ref.166

PRINTED IN BRASIL

Curitiba, 1998

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

SUMÁRIO

- 1** **A Questão da Resolução das Controvérsias em Economia**
Eletério F. S. Prado
- 57** **Deram Ouvidos a Cassandra?**
Francisco Anuatti
- 85** **Análise e Avaliação do Regime Fiscal no Plano Real**
Siegfried Bender e Arménio de Souza Rangel
- 103** **Os Choques do Petróleo na Matriz Energética do Paraná**
Luiz Antonio Lopes
- 125** **A Economia Frente à Crise Ambiental**
Guillermo Foladori
- 155** **A Construção do Objeto Teórico da Oeconomia Política:
Quesnay e Smith**
Raul Cristovão dos Santos

A QUESTÃO DA RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS EM ECONOMIA

Eleutério F. S. Prado*

INTRODUÇÃO

Pérsio Arida escreveu no começo da década de 80 um ensaio que se tornou um marco nas discussões metodológicas travadas entre os economistas acadêmicos brasileiros. Em *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica* (Arida, 1991), procurou apresentar, na esfera da Economia, o que ele mesmo denominou de “*deslocamento em direção à retórica e a hermenêutica*” (Arida, 1991, p.1), movimento de cunho cultural então em processo de ocorrência em todas esferas das ciências sociais. A partir do vínculo entre o aparecimento do *homo economicus* maximizador de utilidade, inspirado segundo ele na mecânica clássica, e a teoria marginalista, menciona aí, confiantemente, que, sob a força deste movimento, emergirá uma nova teoria econômica, que virá a corresponder uma nova figura de agente econômico.

Escapando, entretanto, daquilo que se afigura como uma especulação sobre o futuro, Arida vai procurar mostrar que esse

*Professor da FEA/USP. O autor agradece os comentários dos professores Jorge Soromenho (FEA/USP), Ramón G. Fernández (UFPR) e de dois pareceristas anônimos da Revista de Economia. Esta é uma versão desenvolvida e corrigida de um texto preliminar que foi publicado nos Anais do II Encontro Nacional de Economia Política.

deslocamento se impõe como necessário dentro do movimento interno da própria ciência econômica. A sua linha central de argumentação é a seguinte: há desenvolvimento em Economia, mas o modo pelo qual ocorre a superação das teorias não tem sido apreendido corretamente. O progresso, segundo ele, não se dá na forma de um constante aperfeiçoamento e renovação das teorias existentes pelo método de submetê-las a testes empíricos, mais ou menos decisivos, mas sim por meio de um processo complexo de argumentação, que se dá tanto internamente às tradições teóricas existentes no campo desta ciência, quanto entre elas. Daí que se torne crucial para ele entender a questão da resolução das controvérsias em Economia nos planos da teoria e da história do pensamento econômico, simultaneamente.

Para mostrar a validade de sua tese, discute, então, dois modelos (considerados “tipos ideais” weberianos) denominados de *hard science* e *soft science*, por meio dos quais se apresenta e se ensina Economia atualmente. O seu objetivo inicial é mostrar como esses modelos são inadequados para compreender o problema do desenvolvimento da teoria econômica. Havendo atingido este fim intermediário, apresenta então uma tese sobre como se resolvem as controvérsias nesta ciência: segundo ele, elas se resolvem retoricamente, segundo certas regras de argumentação que se pode considerar estáveis e consensuais. Mas se assim é – como a retórica¹ é entendida como a arte do convencimento mas também da persuasão –, como fica a questão da verdade possível das teorias econômicas?

¹ Assume-se aqui que retórica no texto de Arida significa predominantemente, segundo Aristóteles, a arte de construir um discurso e de apresentá-lo de modo que seja persuasivo e convincente. Sem poder evitar uma certa ambigüidade, retórica pode designar aqui, também, o mesmo que nova retórica, termo criado por Perelman para substituir o termo dialética, tal como era empregado por Aristóteles. Segundo esse autor, não convém no século XX empregar o termo dialética em seu sentido antigo, ainda que disto se trate, pelo fato dele se encontrar muito associado ao hegelianismo e ao marxismo. Dialética, para Aristóteles, designa os meios de prova ou as formas de raciocinar na esfera das questões discursivas, controversas, prováveis onde não se chega a certezas, mas a probabilidades (Perelman & Olbrecht-Tyteca, 1996, p. 1-2).

A resposta a esta última questão não é simples. Antes de mais nada é preciso ver que Arida, na elaboração de seu texto, combina concepções derivadas da *Metodologia Econômica* de Granger (1955), da *Teoria da Comunicação*² de Habermas e do *Tratado da Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). No entendimento da ciência econômica inspira-se em Granger e adota uma ótica construtivista, que é consistente com a atribuição de um papel à retórica e à interpretação na solução das controvérsias. Como recusa, entretanto, o ceticismo e o relativismo, busca amparo, ao procurar responder a tal dúvida, na teoria da verdade consensual de Habermas, pressupondo que há compatibilidade entre a perspectiva metodológica construtivista que adota e a teoria da comunicação deste último autor.

Parte-se aqui da seguinte consideração sobre o artigo de Arida: em síntese, crê-se que ele é importante e que aponta de algum modo para questões relevantes, sem conseguir, entretanto, chegar a uma solução satisfatória. Supõe-se, assim, que o seu texto apresenta algumas dificuldades que requerem não apenas algum esclarecimento³, mas também uma certa reorientação. Não se pretende desenvolver aqui, entretanto, tudo o que se afigura como necessário para apresentar uma perspectiva metodológica que se possa considerar mais adequada para a ciência econômica. O que se faz é caminhar um pouco nesse sentido, deixando algumas questões em aberto.

Depois de apresentar brevemente os dois modelos antes mencionados, assim com as suas fraquezas na visão crítica do próprio Arida, vai-se procurar retomar e rediscutir a sua solução para as questões da resolução das controvérsias em Economia e do

² Neste caso, a fonte imediata de Arida parecer ter sido o último capítulo, *Fundamentos: uma teoria da comunicação*, do livro de McCarthy, *A teoria crítica de Jürgen Habermas* (1978).

³ Algumas destas dificuldades foram apontadas por Anuatti Neto (1994, p. 33-34).

desenvolvimento da teoria econômica. Para tanto, primeiro, faz-se uma reconstrução da posição metodológica adotada por Arida, a qual permanece em grande medida implícita em seu texto. Investiga-se, depois, os conceitos de saber hermenêutico e de saber reconstrutivo, que são cruciais para um entendimento do modo como Arida enfrenta o seu problema. Certos desenvolvimentos do pensamento de Habermas são, então, retomados com o objetivo de lançar um pouco mais de luz sobre essas duas questões interligadas.

Antes de passar à mencionada apresentação, é preciso notar que o amplo campo dos estudos econômicos abrange três diferentes grandes áreas, não só dependentes entre si, mas também interpenetrantes até certo ponto.⁴ A primeira é a economia científica ou ciência econômica propriamente dita, que busca desenvolver concepções teóricas para descrever, prever, explicar, controlar etc. os funcionamentos do sistema econômico, estudando assim as ações, as estruturas e as instituições com uma orientação prospectiva e um interesse técnico. A segunda grande área é a economia histórica que visa compreender sempre de novo seja o passado do sistema econômico seja o passado das idéias econômicas, mantendo uma orientação retrospectiva e um interesse hermenêutico. Finalmente, a terceira vem a ser a economia crítica que procurar revelar as aparências de verdade ou de correção normativa, ou seja, as ideologias do passado e do presente, movida por um interesse trans-histórico em justiça, liberdade e emancipação. Nessa ótica, o foco principal do artigo de Arida é a ciência econômica em sua relação com a história do pensamento econômico, razão pela qual nele se encontram imbricadas questões metodológicas e hermenêuticas.

⁴ A concepção de que a Economia compõe-se de três áreas de estudo tem origem na teoria dos interesses cognitivos de Habermas. Ela foi utilizada como pano de fundo pelo autor em *Economia como Ciência* (Prado, 1991); o seu emprego aqui, entretanto, foi sugerido pela leitura de uma seção do livro *Beyond rhetoric & realism in Economics* de Boylan & O'Gorman (1995, p. 58-60).

OS DOIS MODELOS

Segundo Arida, a Economia é ensinada hoje de acordo com dois modelos, os quais refletem concepções diversas sobre o modo de evolução desta ciência. Apesar de incompatíveis, constata ainda este autor que eles se apresentam combinados – mas não integrados – em diferentes proporções nos cursos ministrados no Brasil. Isto se afigura, para ele, como um sinal de que há algo de errado com esses dois modelos e que, por isso, têm de ser superados.

O primeiro deles supõe que a Economia assemelha-se à Física e que se desenvolve tal como esta por meio de uma memória seletiva, que acumula e organiza sempre de um modo melhor as conexões dos fenômenos. Este é o modelo *hard science* que se caracteriza, sobretudo, pela idéia de que todo o saber relevante encontra-se incorporado à fronteira atual do conhecimento. O seu pressuposto é que as contribuições fracassadas já foram descartadas e que as positivas ou as que ainda parecem positivas encontram-se incorporadas ao estado atual da ciência, de tal modo que o estudante e o estudioso de Economia devem se preocupar exclusivamente com as realizações mais recentes, que se encontram presentes nas publicações científicas dos últimos anos. A consequência mais importante desta concepção de progresso científico é que se pode – e mesmo se deve – desprezar em grande parte toda a história antecedente de pensamento econômico, que no máximo resume o caminho seguido pelo conhecimento até atingir o seu estado atual.

O modelo *soft science*, ao contrário, baseia-se na idéia de que a ciência se desenvolve com base na memória das suas realizações mais notáveis, vistas como irreconciliáveis e incomensuráveis entre si. Segundo esta concepção, o melhor da ciência encontra-se cristalizado nas realizações exemplares de alguns grandes autores que se tornaram clássicos, pois foram capazes de produzir obras que alargaram a compreensão da humanidade sobre as grandes questões para as quais se volta o interesse da ciência. Estas obras são vistas, por isso, como

insuperáveis em seu vigor original. O modelo *soft science* recomenda, em consequência, ao estudante e ao estudioso que se concentrem nos clássicos, de tal maneira que a história do pensamento econômico venha a ser a fonte mais importante de conhecimento e o seu estudo se torne a forma por excelência de aprender a ciência econômica. A consequência mais importante desta visão é que as realizações teóricas mais recentes passam a ser vistas com desconfiança, tendendo mesmo a serem desprezadas.

Nenhum dos dois modelos é satisfatório para Arida, pois num caso se despreza a história e no outro se despreza a teoria como tal. Por isso, encara como sua tarefa bem caracterizá-los com o objetivo de submetê-los a uma crítica que abra caminho para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da teoria econômica.

Para Arida, a validade do modelo *hard science* depende crucialmente da noção de que existe uma fronteira do conhecimento e de que esta resume toda a verdade possível gerada pelo trabalho científico feito no passado. Nesta perspectiva, só é verdadeiramente produtivo aquele esforço que a ela se dedica, pois o estudo das formulações originais não se afigura como necessário para a formação de um teórico competente. A noção de que há uma fronteira do conhecimento, por sua vez, remete-se à suposição de que existe um modo universal de resolução das controvérsias que surgem no caminho do desenvolvimento da ciência. Mais do que isso, segundo Arida, “*implícita na noção de fronteira está a presunção da superação positiva das controvérsias*” (Arida, 1991, p.11). Dito de outro modo, a noção de fronteira implica que há um método por meio do qual o saber válido emerge e se torna aceito entre os cientistas, mantendo-se em evidência no estado atual do conhecimento.

Já o modelo *soft science*, o qual se baseia na idéia de que as contribuições teóricas mais relevantes são intraduzíveis e incomensuráveis entre si, renega a noção de fronteira do conhecimento e aposta sempre na possibilidade de resgatar uma expressão mais profunda que se encontra nos textos clássicos e que ainda não foi

captada convenientemente. A contrapartida deste amor pelo passado ilustre é o desprezo pelas contribuições mais recentes, o qual só se justifica porque tal modelo implicitamente supõe – diz Arida – que as controvérsias se resolvem por meio do que denomina de superação negativa. Por isto ele entende que as controvérsias se resolvem por meio de um “*consenso cristalizado e projetado para o futuro preservando precisamente a vertente errônea surgida no debate*” (Arida, 1991, p. 20). Em consequência, o estudo da ciência nesta perspectiva se torna inexoravelmente exegético.

Contra o modelo *hard science*, Arida argumenta convincentemente que a história do pensamento econômico invalida a suposição de que as controvérsias se resolvem por superação positiva. Para tanto, investiga diversas polêmicas importantes em Economia para mostrar que algumas delas se resolveram parcialmente, que outras terminaram por cansaço ou desinteresse e que outras ainda mostraram-se inconclusivas. Com base num conhecimento que se espraia por muitas tradições em Economia, ele lembra que conspira contra o princípio da superação positiva o fato de que doutrinas opostas são aceitas como válidas por muitos – ainda que não pelos mesmos autores –, coabitando o campo da ciência por longos períodos. Eis que isto ocorre, entre outras razões, porque a suposição de que há um método comum de validação empírica de teorias, o qual teve durante um longo período o apoio das diversas correntes positivistas, não é correto.

Contra o modelo *soft science* ele procura mostrar, em primeiro lugar, que é difícil negar a ocorrência de desenvolvimento teórico no campo da Economia, já que algumas construções teóricas aposentaram os seus ancestrais e que algumas controvérsias pelo menos foram resolvidas satisfatoriamente. Em segundo lugar, busca mostrar que o princípio de superação negativa padece de graves problemas. A adoção da perspectiva da *soft science* leva à fusão da história com a teoria, engendrando uma negação mútua que é destruidora para ambas. Por um lado, ela vem negar o próprio conceito de história já que, nesta

perspectiva, certas teorias nunca morrem, permanecendo sempre adequadas para entender a realidade atual. Por outro, vem negar também o próprio conceito de teoria já que “o estado atual da ciência seria a condensação de toda a falsidade gerada no passado” e a conseqüente necessidade de voltar sempre aos “clássicos do passado é correlata da tentativa de inventá-la ex novo” (Arida, 1991, p. 20).

Em resumo, nas palavras do próprio autor, “se o adepto do modelo ‘*hard science*’ fia-se na noção de fronteira do conhecimento por mera ignorância da complexidade e não-linearidade da história de sua própria disciplina, não é menos verdade que o adepto do modelo ‘*soft science*’ fia-se na presunção de que o estado atual da teoria é um saber inútil ou equivocado simplesmente porque seu conhecimento e exposição à sofisticação atual é superficial demais para fazê-lo tomar ciência de seu erro”. Após ter fechado assim todo um percurso de argumentação aqui reproduzido apenas em seus grandes traços, Arida chega à conclusão de que “o bom desenvolvimento da teoria econômica deve ser feito simultaneamente nas duas frentes, familiarizando-se tanto com o estudo atual da ciência quanto com os clássicos do passado e tecendo, a partir destes dois saberes, a trama da verdade” (Arida, 1991, p.21).

Antes de passar à próxima seção, é preciso mencionar que Arida, ao criticar o modelo *hard science*, opõe-se ao cientismo e ao objetivismo⁵ característicos desta visão de ciência, mas isto não significa que esteje rejeitando um certo caráter “*hard*” da teoria econômica como tal. Ao contrário, ele parece favorecer a busca de um conhecimento analítico válido em geral dentro de certos limites, o qual se rege pela procura de rigor lógico, pela submissão das proposições às evidências factuais e que emprega largamente as linguagens matemáticas.

⁵ Por cientismo se entende a crença na ciência como a única forma de conhecimento digna de crédito; assim entendida, vem a ser um saber que se apoia em um método supostamente capaz de garantir a veracidade factual de suas sentenças empíricas (Prado, 1991, p. 12n).

Por outro lado, se ele rejeita o historicismo, assim como o expressivismo, implicados ambos no que denomina de modelo *soft science*, é para afirmar que o saber econômico evolui historicamente. O historicismo que despreza, como se sabe, põe como meta de todo saber social a compreensão do sentido das manifestações simbólicas, sempre contextuais, do espírito humano, em especial aquelas que podem ser consideradas superlativamente ricas, expressivas, autênticas, sinceras etc. Dito de outro modo, trata-se sempre de reinterpretar as exteriorizações notáveis que os indivíduos sociais, situados sempre já no interior de uma cultura e de uma história, ao tornarem efetiva a sua própria vida, foram deixando objetivadas, num obrar permanente que reconstitui sempre de novo a cultura e a história de determinada sociedade. O historicismo, como se pode perceber, prende-se às contingências da existência de uma pessoa, de um povo, de uma cultura – e é, por isso, relativista. Em consequência, em sua perspectiva, as interpretações podem ser consideradas notáveis ou opacas, vívidas ou esmaecidas, profundas ou rasas etc., mas nunca podem vir a ser vistas como verdadeiras ou falsas.

TEORIA COMO CONSTRUÇÃO

A questão que Arida deixa, então, para si mesmo é mostrar como se dá em efetivo a trama da verdade em Economia. Para bem compreender o modo como procura resolver esta questão é preciso recorrer a um comentário que fez sobre o seu artigo treze anos depois de escrevê-lo⁶. Aí ele declara – e isto não está mencionado no artigo original – que sempre compreendeu a natureza da teoria econômica, partindo de suas leituras de Granger, numa perspectiva construtivista, mantendo uma atitude (em seus próprios termos) otimista quanto à capacidade das construções que a compõem de apreender o mundo.

⁶ Os comentários citados no texto encontram-se em sua entrevista para os autores de *Conversas com Economistas Brasileiros* (Biderman, Cozac & Rego, 1996).

Para ele, a teoria econômica é um jogo conceitual em que a construção de modelos ocupa uma posição central. Em consequência, o objeto econômico não se afigura como algo dado, mas vem a ser uma construção intelectual emergente em dada época – e não uma descoberta científica do economista. O seu construtivismo, entretanto, não é epistemicamente cético – pelo menos de um modo agudo –, pois é acompanhado da crença na possibilidade de que as construções teóricas guardem uma relação de correspondência com aquilo que de algum modo buscam apreender. Em seus próprios termos: “é claro que subjacente ao construtivismo está um disfarçado otimismo quanto à capacidade humana de entender o mundo, quase uma aposta que os objetos construídos intelectualmente guardam uma correspondência íntima, secreta, com o mundo a ser conhecido”⁷ (Biderman, Cozac & Rego, 1996, p. 330).

⁷ Como se apresenta esta questão para Granger? O problema primordial para este filósofo da ciência é saber como é possível uma ciência social – formalizada – tal como a Economia. Antes de mais nada, é preciso ver que ele entende por ciência uma prática, um movimento ou mesmo um “trabalho” de criação, elaboração e aplicação em certo domínio da realidade de formas e sistemas de formas (ver nota ao final) inerentemente afetadas por erros e, por isto mesmo, sujeitas à refutação. É assim que, criticando o empirismo e o positivismo, vem afirmar que “a ciência apreende objetos construindo sistemas de formas em uma linguagem – e não diretamente sobre os dados sensíveis” (Granger, 1965, p. 16). Segundo ele, ademais, não é necessário admitir que tais sistemas, que também denomina de estruturas conceituais, são partes do mundo real (ou seja, essências), “basta com que apareçam como caracterizadoras de nossa atividade laboriosa em relação às coisas” (idem, p. 19). Dito de outro modo, tais construções, justamente porque científicas, buscam ser objetivas e assim se mostram se são bem sucedidas na orientação das atividades humanas que concorrem para o desenvolvimento da sociedade moderna. Em si mesmas são discursos – discursos estes que tendem à abstração e à formalização e que se afastam da percepção espontânea –, que contêm em si mesmos as formas desencantadas, despidas de conteúdos vivenciais, características da apreensão científicas dos objetos. Para Granger, pois, “a ciência é um discurso; e aquele que passa por cima desta condição corre o risco de nunca sair do labirinto” (idem, p. 24). Entretanto, diferentemente de Arida, ele distingue categoricamente o discurso científico do discurso retórico: “Ao insistir tanto sobre este aspecto linguístico [da ciência] poderia temer-se uma queda imediata na concepção retórica da ciência. Nossa intenção, porém, é combatê-la. O uso retórico da linguagem se distingue radicalmente de seu uso científico pelo fato de que o primeiro se encerra

Apesar desta última consideração, a perspectiva metodológica abraçada por Arida é apenas consistente com uma certa suspensão de julgamento sobre o grau de realismo das teorias; ela não permite afirmar de modo direto, dizendo de outro modo, que as construções teóricas apresentam as verdadeiras estruturas, mecanismos e processos subjacentes e que supostamente geram os fenômenos do mundo real, ainda que possam fazê-lo – como sugere Arida. Se, por um lado, o construtivismo não exige, pois, que se afirme a conformidade das sentenças estritamente teóricas ao mundo real, por outro lado, requer que as proposições originadas das concepções científicas sejam, com alguma aproximação, empiricamente adequadas, ou seja, requer que estejam em correspondência com aquilo que, na perspectiva da própria teoria, aparece como realidade imediata.

Deve-se notar aqui que na ótica construtivista, tal como aqui se a compreende, é necessário distinguir entre o ato de observar, que é puramente individual ainda que unívoco, e a observação que é um ato lingüístico e social. É por isso que ele está em conformidade com a tese segundo a qual toda observação encontra-se orientada pela linguagem teórica e só dentro dela faz sentido, sem deixar de acreditar no potencial subversivo da experiência, a qual pode ajudar a mostrar uma possível inadequação das proposições empíricas originadas no interior

num universo verbal, ... [numa] utilização autárquica da linguagem” (idem, p. 25-26). Ainda que se possa criticar Granger, até certo ponto, por contrapor abstratamente o uso cognitivo da linguagem ao seu uso meramente retórico, a partir desta consideração final não há como não admitir que Arida foi influenciado pelo pragmatismo ao elaborar o seu texto e ao denominar de construtivismo a sua posição metodológica. O seu construtivismo, entretanto, não chega a ser anti-realista como aquele que recebe usualmente este nome (ver sobre isto Boylan & O’Gorman, 1995, p. 130-155). Porém, como não é clara a convergência de sua posição com a “epistemologia praxiológica” de Granger, optou-se aqui por tentar uma reconstrução do conceito de metodologia construtivista como base no que Boylan & O’Gorman (1995) denominam de “holismo causal”. Nota: O termo “forma” tem aqui um significado filosófico específico: denota o elemento conceitual que confere aos objetos privilegiados pela ciência um determinado caráter.

desta linguagem. Note-se, em adição, que observável aqui significa apreensível por meio da experiência, incluindo-se neste termo tanto a experiência sensível (que se refere às coisas naturais) quanto a experiência intelegível (que se relaciona às significações estruturadas simbolicamente).

Para tal construtivismo, portanto, a teoria constitui o objeto como tal por meio de uma linguagem especializada e que tem características próprias – e não algo que descobre o real. Em sua perspectiva, a tarefa de base da ciência econômica consiste na construção de teorias e modelos capazes de proporcionar descrições adequadas – ainda que inexatas – daquilo que em princípio é observável. Os modelos em geral apresentam-se por meio de sentenças as quais fazem referências a estruturas, mecanismos, processos inobserváveis e por proposições que apontam para acontecimentos e relações de causalidade que ocorrem no mundo. As primeiras podem ser adequadas, mas o construtivismo nunca se apóia na sua plausibilidade, por maior que pareça, para afirmar a cientificidade do saber; ao contrário, prefere manter um certo silêncio sobre esta questão. Esta posição metodológica, que tem um elemento cético, é contrariada e invertida quando se trata de enunciados empíricos. Por mais problemático que isto possa vir a ser, estes têm de ser julgados para saber se estão em conformidade com aquilo que é observável.

A teoria se afirma, entretanto, quando é capaz de tornar o mundo a que se refere compreensível, ou seja, quando organiza bem a experiência dos agentes sociais relevantes. Se não o faz, se a prática orientada pela teoria, por exemplo, não é bem sucedida, a experiência torna-se uma fonte de dúvida sobre a validade da teoria. É esta última, pois, que vem legitimar ou deslegitimar a confiança que a teoria em questão goza entre aqueles que a empregam.

O construtivismo aplicado à Economia aqui exposto não apresenta – é preciso dizer – um viés naturalista ingênuo. As sentenças teóricas e empíricas em Economia, pelo menos quando ela não é tratada como uma ciência semelhante às ciências naturais, podem ser

ditas quase causais, pois envolvem decisões sobre opções que, em princípio, podem ser ou não ser escolhidas. Em face da indeterminação que se supõe seja inerente ao próprio ato de escolha, da possibilidade que o agente tem, em princípio, de optar por um dentre muitos cursos de ação possíveis como a melhor resposta, a determinação teórica daquele curso que se mostra mais adequado à situação tem um caráter de compromisso normativo.

O saber econômico tem, assim, uma vocação prescritiva, o qual não está em contradição com o caráter descritivo que também pretende ter, pois vem acompanhado da suposição segundo a qual os agentes agem em efetivo, aproximadamente, de acordo com o que prescreve – em geral, um curso de ação dito racional. Isto implica, por um lado, que os testes empíricos não podem ter a mesma força em Economia que possuem nas ciências naturais, dada a própria forma das proposições aí estabelecidas: a conseqüência predita da ação depende de uma condição que pela sua própria natureza pode não ocorrer; dito de outro modo, o conceito de ação racional presume a possibilidade de seu contrário (Prado, 1991, p. 218-222). Por outro, como o objeto por excelência dessa ciência vem a ser um certo tipo de ação social – algo que tem significado –, não há como não julgar a plausibilidade das motivações, finalidade, crenças e orientação atribuídas aos agentes que tipifica ou constrói. O que origina tais paradoxos é o fato de que a ação econômica típica encontra-se ela mesmo reificada na prática social e, assim, deve ser apreendida pela ciência.

O construtivismo distingue teoria pura, constituída pela atividade de elaboração de modelos e teorias de amplo escopo, os quais definem um campo em que certos tipos de problemas aparecem, e teoria aplicada, que vem a ser a atividade que se liga à resolução de problemas específicos, datados e localizados, emergentes neste campo, no curso do desenvolvimento das sociedades humanas. No plano da teoria pura, a tarefa dos cientistas consiste, de um lado, em construir modelos e, de outro, em testá-los com o objetivo de comprovar se as suas

proposições factuais afiguram-se descritivamente adequadas. O que os move são os problemas suscitados pela própria experiência científica ou pela experiência prática. Tendo em vista estes problemas, os cientistas preocupam-se, primeiro, em construir modelos consistentes, possivelmente relevantes, e que sejam capazes de dar respostas satisfatórias. A tarefa não se completa enquanto eles não trabalharem, então, o material empírico para mostrar a relevância factual de seu modelo. Em Economia, em particular, a atividade básica de construir modelos é muitas vezes complementada por meio de estudos econométricos.

No plano da teoria aplicada, a ciência busca explicações, ou seja, respostas para questões “por que?”, que consistem em entender as razões pelas quais certos fenômenos acontecem ou aconteceram. Para o construtivismo, as explicações são sempre contextuais: é sempre possível encontrar mais de uma explicação para o mesmo fenômeno, dependendo por exemplo da criatividade e do interesse do pesquisador. Ademais, uma explicação sempre acentua certos aspectos da situação examinada em detrimento de outros. É por isso que neste nível impõe-se imediatamente a consideração da persuasão e do convencimento: uma explicação, que inclui em geral relações de causalidade, impõe-se – se a teoria de que faz parte é considerada adequada – dependendo de sua capacidade de convencimento, que depende inclusive do conjunto daqueles interessados na resposta procurada: economistas, cientistas em geral, jornalistas, políticos etc.

No que se refere à aceitação das intervenções discursivas, as questões se afiguram diferentemente nos planos da teoria pura e da teoria aplicada. No primeiro, em que está em questão diretamente a própria teoria, avulta em importância o problema cognitivo, pois o discurso aqui está dirigido, em princípio, para um auditório universal; no segundo, em que está em questão um emprego específico da teoria, emerge como crucial a capacidade deste uso de influenciar em certo momento e em determinadas circunstâncias a opinião de um auditório determinado.

O processo de investigação no plano da teoria pura orienta-se para a construção de modelos capazes de gerar sentenças empíricas que descrevam, com um certo grau de aproximação, as objetivações estudadas, as relações de causalidade e os acontecimentos do mundo. O acesso ao mundo se dá por meio dos sentidos, mas este acesso encontra-se sempre orientado teoricamente. Note-se, entretanto, que não se presume aí que a avaliação da adequação descritiva de uma teoria seja algo tranqüilo e sem problemas; ao contrário, julga-se que se trata de uma atividade que exige bom senso e que é inerentemente falível. Nela não está implicada apenas a percepção, mas sim a concepção teórica como um todo; eis que toda observação é sempre observação à luz de uma teoria.

Não há, pois, observação sem linguagem teórica, mas isto, porém, não é tudo. É preciso notar, também, que a distinção entre o observável e o não observável depende da própria teoria e nem sempre é rigorosa. Para encontrar exemplos no campo da economia basta lembrar o caso das curvas de oferta e de demanda em que está envolvido o chamado problema da identificação; já um preço aqui e agora é em geral observável sem grandes dificuldades; por outro lado, o chamado mapa de preferências dos indivíduos é preciso considerar como não observável. Deve-se notar, inclusive, que uma das funções da teoria ao construir o objeto é expandir o domínio do observável.

Para o construtivismo, portanto, as teorias devem ser empiricamente adequadas. Como o exame da conformidade empírica situa-se no nível epistêmico da linguagem, o que os cientistas buscam nesta atividade são elementos para fortalecer a própria convicção sobre o valor cognitivo da teoria. Situando-se no nível semântico da linguagem, entretanto, eles nunca podem pretender que as proposições factuais derivadas da teoria sejam verdadeiras ou falsas. Como se mostrará, na perspectiva do texto de Arida, a verdade é uma questão a

ser tratada no nível pragmático da linguagem⁸. Quando a adequação empírica torna-se um problema na discussão, a favor ou contra certa teoria, emerge o problema do resgate de pretensões de validade, o qual se resolve – quando se resolve – por meio da argumentação.

Para esta perspectiva metodológica, a construção de teorias não tem como objetivo primeiro e imediato encontrar explicações para os fenômenos do mundo a que se referem. De seu ponto de vista, as explicações científicas são sempre aplicações de teorias empiricamente adequadas. Enquanto fonte de explicações, uma teoria mostra-se eficaz se é fértil em fornecer respostas plausíveis para perguntas sobre as razões por que determinados fatos acontecem. Uma explicação econômica para algo que acontece num contexto específico é bem sucedida se consegue salientar fatores desta ordem como causa da ocorrência, em detrimento de fatores ligados a outros campos do conhecimento, tais como os psicológicos, os sociológicos, os políticos etc. As explicações surgem, em geral, em contextos intrincados, que podem escapar inclusive dos domínios de uma ciência como a Economia e mesmo da ciência em geral; em consequência, precisam necessariamente ser apresentadas por meio do emprego de recursos retóricos variados, que extrapolam o caráter epistêmico do conhecimento científico.

Uma teoria não é julgada somente caso a caso, apenas diante de questões específicas; como construção genérica que pretende responder a um conjunto amplo de questões numa ampla variedade de situações, ela reclama necessariamente uma aceitação geral ou uma adesão aos seus modos de apresentar a realidade. Dito de outro modo, uma teoria é um discurso que busca aprovação no meio científico e mesmo fora dele em virtude de competências que supostamente tem. Na

⁸ Distinguem-se em semiótica três dimensões: a) a sintática que trata da relação dos signos entre si, independentemente do conteúdo; b) a semântica que trata da relação entre signo e referente; c) a pragmática que trata da relação entre os signos e os intérpretes.

perspectiva construtivista, a primeira delas, da qual inclusive dependem as demais, é a adequação empírica que, no espaço da comunicação científica, apresenta-se como pretensão de verdade. É por isso que não se pode desprezar o papel das “evidências”⁹ empíricas no julgamento dos modelos e das teorias, ainda que não haja algoritmo algum capaz de produzir refutações. Tais “evidências” são levadas em consideração sob a mediação das discussões científicas. Não há dúvida, porém, que os cientistas empregam outros valores no julgamento das teorias, tais como logicidade, simplicidade, elegância, funcionalidade etc.

No que referem às controvérsias, elas ocorrem tanto no campo da teoria pura quanto no campo da teoria aplicada. No primeiro deles, elas envolvem questões de coerência lógica, de existência de conteúdo empírico, de relevância e de grau de conformidade descritiva da teoria ou das teorias em discussão; no segundo, elas versam sobre a plausibilidade das explicações fornecidas com base em uma mesma teoria ou com base em teorias divergentes. Como tem sido ressaltado, não existe, porém, um método de resolução de controvérsias que opera mecanicamente, de um modo independente da trama da argumentação. Arida, em particular, não crê, por isso, que se possa confiar na argumentação baseada no trabalho empírico como meio de resolver controvérsias em Economia. Nesse ponto, entretanto, ele parece ir um pouco longe demais.

É preciso ver aqui que em toda controvérsia, seja ela puramente teórica ou se refira ela a explicações de fatos determinados, está sempre presente o problema do distanciamento entre as diferentes concepções que entram na disputa argumentativa. Em um discurso teórico ou explanatório empregam-se termos e sistemas de frases que têm diferenças de significado e de modo de se referir aos fenômenos,

⁹ A palavra “evidências” encontra-se entre aspas para suprimir o seu tom objetivista.

que os tornam muitas vezes incomensuráveis entre si. Em particular, o problema da adequação empírica enfrenta o problema de que, eventualmente, as mesmas informações de base podem ser interpretadas sob perspectivas teóricas diversas, inconsistentes entre si. Não há, como se sabe, algoritmo algum capaz de resolver este problema. A incomensurabilidade das teorias, entretanto, não pode implicar a sua incomparabilidade. Se isto é verdade, então, devem existir meios de lançar pontes entre as posições divergentes, o que requer um esforço de compreensão cuja função vem a ser diminuir as distâncias. Tais pontes são necessárias se é que as controvérsias podem vir a ter solução.

Como Arida menciona nem sempre uma controvérsia tem solução: ou ela se mostra inútil, o que não deixa de ser um tipo de solução, ou surgem bloqueios de comunicação que impedem que qualquer alternativa seja escolhida ou, então, que uma síntese seja alcançada. A comunicação se rompe basicamente por duas razões, algo distintas, mas nem sempre claramente separáveis: ou falta compreensão entre os interlocutores ou a própria linguagem em que as discussões ocorrem encontra-se distorcida. A incompreensão e a distorção reclamam esforços diferentes para serem superadas.

Uma consequência importante dessa abordagem é que o construtivismo, por se constituir em uma metodologia científica que enfatiza o caráter discursivo da ciência, abre um amplo espaço para a revalorização da história do pensamento econômico.

A TRAMA DA VERDADE

Para responder à questão anteriormente levantada sobre a trama da verdade, o primeiro movimento do texto de Arida consiste em indagar qual o papel do estudo da história do pensamento no entendimento da teoria econômica. Para tanto, critica tanto vê-la como mero passado inútil quanto o seu uso heurístico para compreender o presente, procurando afirmá-la como etapa irrecusável de compreensão do devir e do estado atual da

própria ciência. No modelo *hard science*, tal uso tem interesse meramente acadêmico; no modelo *soft science*, possui uma centralidade suspeita. No modelo que propõe, o estudo do passado da ciência assume a função reconstrutiva de apresentar a teoria atual como resultado de um processo não linear de argumentação dentro da própria tradição intelectual e em confronto com as tradições rivais.

Na visão de Arida, o principal vício do modelo *soft science* é que ele perpetua o mito de que o texto de história do pensamento econômico é auto-inteligível. Pois, ao adotá-lo, assume que o sentido dos textos se encontra somente neles mesmos, bastando para encontrá-lo um esforço adequado e concentrado de estudo. Eis que tal crença é assim mantida mesmo diante da evidência de que suspeitas – qualquer que seja a boa vontade do estudioso – costumam recair inevitavelmente sobre os resultados de tal esforço. Ao resvalar para esta forma objetivismo interpretativo, o defensor desta abordagem descontextualiza a obra, arranca-a do seu momento histórico, para considerá-la como algo válido na análise do momento presente. Assim, além de desprezar o seu contexto original, essencial à sua compreensão adequada, ele desrespeita, também, a historicidade do próprio objeto de pesquisa, ou seja, o evoluir da própria economia.

Já o segundo movimento de seu texto consiste em valorizar o estudo do estado atual da ciência, mas não apenas como técnica. Na sua visão, desprezar sistematicamente os resultados teóricos mais recentes é o mesmo que regredir permanentemente no processo do conhecimento; vem a ser, também, cair num processo de constante retorno a uma teoria que supostamente está lá no texto clássico, e que é válida para sempre. Ora, a realidade econômica é histórica e as teorias são contextuais, nascem da necessidade de responder a problemas emergentes na sua própria época histórica. Segundo Arida, a teoria científica nunca é, entretanto, puramente instrumento; além de ser técnica formalizada de intervenção na realidade, ela é também “modo de percepção do fenômeno econômico” (Arida, 1991, p. 26) – frase que evidentemente tem de ser entendida na perspectiva do seu construtivismo.

De um lado, pois, nesta perspectiva, é preciso estudar as conquistas teóricas mais recentes; de outro, não se deve esquecer o passado da ciência. Se assim é, que papel, então, está reservado à história do pensamento econômico? Qual a sua contribuição para a compreensão da própria teoria? Ora, sendo ela como o próprio nome indica, história, dela não se deve tirar elementos substantivos para a análise dos funcionamentos da realidade econômica atual. Eis, porém, que isto não implica considerá-la o museu das idéias econômicas que eventualmente se visita por mera curiosidade. Não, a história do pensamento é sobretudo um registro dos modos de argumentação empregados no passado para interpretar convenientemente, em cada momento e ao sabor de controvérsias, a realidade do momento histórico então presente. Em suas próprias palavras e de uma maneira direta, “a contribuição genuína da história do pensamento está no estudo do passado como um caso aplicado de retórica na ciência” (Arida, 1991, p. 28).

Em resumo, Arida procura mostrar que o processo de desenvolvimento da Economia só pode ser bem entendido ao se assumir que também ela deve participar do movimento que vê ocorrer nas ciências sociais em geral na direção de compreenderem a si mesmas na perspectiva da hermenêutica e da retórica.

Após fazer uma crítica ao falseacionismo de Popper – o último bastião que sobrara depois da derrubada das muralhas do positivismo –, Arida chega ao momento crucial de seu artigo. Em tom conclusivo afirma, então, que “a história do pensamento econômico nos mostra que as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas sim porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas idéias mais plausíveis, que é capaz de formar consenso em torno de si” (Arida, 1991, p. 30).

Este apelo à retórica convida, antes de mais nada, para que se volte às razões do *Tratado da Argumentação* de Perelman. Aí se pode ler logo na introdução que o recente renascimento da preocupação com a

retórica e a dialética gregas representa uma ruptura radical com a concepção cartesiana de razão. Segundo este autor, a concepção de razão oriunda de Descartes restringiu o racional ao evidente e ao demonstrativo, colocando em eclipse por três séculos o estudo dos meios de prova inerente o campo do saber incerto, em que é preciso ser prudente e persuasivo e onde a adesão a uma tese só pode ocorrer de um modo não impositivo. Eis que nas perspectiva construtivista – que é pós-cartesiana e pós-positivista – a própria teoria, seja como meio de descrever fenômenos seja como explanação de fatos, pertence ao campo do saber incerto em que não se pode chegar a certezas.

De qualquer modo, na perspectiva cartesiana, a exposição racional isola-se da retórica e da dialética, as quais passam a ser enxergadas como coisas descartáveis, puramente ornamentais ou mesmo merecedoras de desprezo. Pois, ele só chega a esta condição se estiver devidamente regido por uma ordenação que lhe é exterior. O cartesianismo *lato sensu*, ao longo dos tempos modernos, não conservou a metafísica de Descartes, mas manteve o seu dualismo ontológico, a sua crença na evidência, a sua confiança no método analítico e o seu desabono da tradição. A partir da publicação do *Discurso...*, as discussões sobre o método do conhecimento científico nunca mais tiveram descanso; as propostas variaram nos últimos três séculos, mas recaíram sempre, de algum modo, no objetivismo – a convicção de que há um conjunto fixo de procedimentos a que se pode recorrer para determinar monologicamente a cientificidade do que se julga que é conhecimento – cujo colapso recente encontra-se realçado em muitos lugares, mas também, sem dúvidas, no texto em discussão.

Em consequência, entra em declínio, também, a própria visão “modernista” sobre o que consiste uma exposição canônica de um saber científico. Também as teorias da ciência passam a ser encaradas como saber discursivo que, ademais de uma dimensão analítica (o que tem ainda de ser esclarecido), têm também uma dimensão dialética e retórica. Esta última dimensão, entretanto, não compromete a natureza

e o significado da própria ciência enquanto tal? Esta questão afigura-se assim para Arida: “... e se abandonamos o operador verdade, como assegurar a cientificidade do saber econômico?” (Arida, 1991, p. 30).

Depois dessas considerações, segue-se, então, no artigo de Arida, um parágrafo chave em que combina a revalorização da retórica com a teoria da verdade de Habermas com o intuito de resolver tal dificuldade. Convém reproduzi-la, pois, quase que por inteiro:

... O exercício da retórica tem limites estreitos; convence quem se conforma às regras da retórica, mas as regras são fixadas e consensualmente aceitas previamente ao discurso... A comunidade dos cientistas debate sob o pressuposto da comunicação ideal, com bem o demonstrou Habermas; ao invés de um operador de verdade aplicado a sentenças, temos uma abertura à verdade como disposição de renúncia à posições tomadas antes do debate, diante de evidência contrária inequívoca. O conceito relevante de evidência¹⁰ é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica. Estas sim são aceitas consensualmente; é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à economia ... (Arida, 1991, p. 30).

Este trecho, que representa um certo fechamento da argumentação de Arida, precisa, entretanto, ser reaberto. Com esta finalidade, torna-se, então, necessário levantar algumas questões sobre as idéias aí apresentadas: a) Formam os economistas uma comunidade de pessoas que resolvem as suas disputas por meio do diálogo crítico? b) Há mesmo regras consensuais de retórica aceitas pelos economistas em geral? c) O que significa realmente o pressuposto da comunicação ideal? d) A evidência de verdade para Habermas pode ser entendida

¹⁰ Admite-se aqui que Arida emprega o termo evidência num sentido fraco, que não abdica de considerar o “dado” como interpretado.

¹¹ Na entrevista acima mencionada Arida parece querer consertar esta afirmação, dizendo “que a retórica ajudaria, mas em última análise não poderia decidir sobre a verdade ou falsidade de qualquer proposição. Quando muito, a boa retórica poderia acelerar ou inibir a apreensão da verdade pelos agentes, algo importante no curto prazo... porém irrelevante no longo prazo do desenvolvimento científico” (Biderman, Cozac & Rego, 1996, p. 330).

como conformidade do discurso às regras da boa retórica? A reabertura da argumentação de Arida é, pois, necessária. Eis que isto exige, entretanto, um esforço adicional.

SOBRE AS “REGRAS DE RETÓRICA”

Um suposto crucial da argumentação de Arida é que os economistas formam, de algum modo, uma comunidade científica de fato. Ora, entende-se muitas vezes por comunidade um conjunto de pessoas que têm uma mesma herança cultural e histórica e que, por isso, compartilha de um mesmo conjunto de normas, valores, interesses etc., os quais têm uma função unificadora. Nesse sentido, seria correto afirmar que os economistas de vocação teórica constituem uma comunidade *stricto sensu* ou seria melhor dizer que sobretudo eles formam uma sociedade dividida em grupos que se vêem como originários de tradições divergentes, que raciocinam com estruturas conceituais díspares, que mantêm interesses diversos entre si e que se encontram em oposição?

Como o texto do próprio Arida trata desta questão? Se, por um lado, funda-se em uma suposição, segundo a qual todos os economistas compartilham uma mesma herança cultural, assim como certos problemas, certas referências objetivas e determinados valores, expressa com clareza a idéia de que o consenso possível entre os defensores de diferentes correntes nunca é automático. Aí, por exemplo, acha-se escrito o seguinte: “uma vez que o sistema econômico só diz algo ao pensamento através de um dado programa de pesquisa, que estes servem ou se alicerçam em interesses práticos ... fica claro que inexistente um referencial comum que possibilite aos vários corpos teóricos os termos de sua mútua compreensão” (Arida, 1991, p. 33).

Como o problema de Arida é o da resolução das controvérsias e, no fundo, o da explicação da ocorrência eventual da vitória na luta histórica entre as tradições teóricas concorrentes, não basta para ele que

os economistas compartilhem algo bem geral em comum, um mesmo mundo da vida a que recorrem quando a comunicação científica se vê obstada em função de pressupostos incomensuráveis entre si. É preciso que eles revelem adesão a um mesmo núcleo de regras pré-fixadas e que estas regras possam ter uma função, senão demarcatória, pelo menos discriminadora. Se não há um referencial teórico comum e todos os projetos para fundar a ciência numa metodologia orientada epistemicamente fracassaram, devem existir regras gerais de retórica, que seriam aceitas por todos previamente aos discursos.

Arida busca uma solução para o seu problema da seguinte forma: pergunta se existem no campo da economia regras de retórica invariáveis historicamente. Como isto, entretanto, parece-lhe uma exigência forte demais, depois de examinar algumas evidências tiradas da literatura econômica, conclui que “as regras de retórica estão sujeitas a uma certa historicidade”. Entretanto, ele não vem, completando o seu raciocínio, negar o contrário, pois acredita, também, “que a historicidade das regras de retórica seja limitada”. O seu argumento é que “se esta historicidade fosse radical o suficiente para impedir a identificação de um núcleo comum de regras de retórica, a conjectura aqui lançada, a saber, que é o núcleo comum que garante a organização e evolução satisfatória do saber em economia, ficaria inverossímil” (Arida, 1991, p.31). Antes de prosseguir, note-se que a pouca variabilidade histórica destas regras constitui-se numa condição necessária, mas não suficiente para a verossimilitude de seu argumento – pois suficiente viria a ser mostrar que estas regras gozam efetivamente da aceitação universal entre os economistas. Ainda que o inventário de regras que apresenta seja considerado por ele mesmo como preliminar, Arida não tem dúvida de que elas existem: “parece insofismável a existência de um núcleo de regras consensualmente aceitas” (Arida, 1991, p. 37).

Notando que regra é sempre aquilo que regula, dirige, rege ou governa, no caso, o discurso econômico, que regras afinal, segundo Arida, constituem o núcleo retórico da Economia? São elas

estritamente retóricas? São elas realmente consensuais? Admite-se aqui, desde o início, que não está em questão saber se a validade do emprego dessas regras depende do contexto e pode ser objeto de disputa.

A primeira que aponta é a que privilegia a elegância formal e que denomina de regra da simplicidade. Trata-se para ele, entretanto, de uma exigência que deve respeitar a complexidade do objeto: “a busca pela simplicidade não significa dissolver indevidamente a complexidade do objeto; respeitada a complexidade, explicações simples têm sempre maior plausibilidade do que explicações complicadas” (Arida, 1991, p. 32). Ora, a complexidade do objeto é uma questão cuja apreciação encontra-se ligada à própria forma da explicação teórica. Ademais, a adequabilidade da explicação à realidade é uma questão epistemológica aberta – e, como se mostrou, não passível de solução do ponto de vista construtivista.

Ademais, aqueles que aderem ao convencionalismo ou ao instrumentalismo, tais como Friedman e os seus seguidores, atribuem em geral um valor positivo à simplicidade, desdenhando o caráter representacional da teoria (Boland, 1982, p. 146-148); entretanto, aqueles que requerem das teorias que elas sejam epistemologicamente realistas tendem a desprezá-la, concentrando-se no problema da correspondência entre a teoria e o mundo objetivo (Mäki, 1988, p. 89-109). Logo, tal regra não pode ser vista como consensual.

A segunda regra que Arida menciona é a da coerência, a qual relaciona à capacidade dos programas de pesquisas de gerar problemas e de resolvê-los consistentemente: “hipóteses *ad hoc*” – menciona – “são vistas com suspeita” (Arida, 1991, p.32). Isto parece correto, ainda que haja vozes contrárias. É entretanto o próprio Arida quem, em seqüência, põe em dúvida a generalidade desta regra: “é verdade” – diz ele – “que a coerência é uma virtude do argumento muito mais prezada no interior de um mesmo programa de pesquisa do que no debate entre paradigmas” (Arida, 1991, p.32). Logo, segundo o próprio Arida, ela parece contribuir pouco para a resolução das controvérsias mais difíceis em Economia.

Em sua exposição, ele vai então voltar mais uma vez à história do pensamento para encontrar uma “evidência” de que essa segunda regra é, afinal, válida. Eis, então, que para ele o programa de pesquisa neoclássico é mais plausível do que o marxista porque seria muito mais consistente, já que o princípio da maximização permite perceber com clareza o caráter *ad hoc* de eventuais supostos necessários para resolver os problemas da teoria. Lamentavelmente, entretanto, não é isto o que vem ocorrendo com a sugestão mais importante elaborada para resolver o problema da estabilidade do equilíbrio. A formalização do *tâtonnement*¹² mostra que ele é uma suposição totalmente *ad hoc*, já que não se deriva do comportamento maximizador dos agentes; tal evidência, no entanto, não parece ter sido capaz de comover gerações e gerações de economistas neoclássicos...

Na verdade, o que Arida chama aqui de regra de retórica, é um preceito pertencente ao campo da lógica do discurso científico. Diante de sua fraca força normativa no interior do principal programa de pesquisa em Economia, tal como a menção acima sugere, a afirmação de que é correta deveria ser acompanhada de uma consideração sobre a falta de rigor desta corrente que prima por se considerar rigorosa¹³. De qualquer modo, a sua validade não depende de qualquer consenso; impõe-se logicamente.

Já a regra da abrangência, vista por ele como crucial, diz que “o argumento que não for capaz de explicar toda a evidência empírica disponível perde a plausibilidade”. (Arida, 1991, p. 32). Tem razão, pois, esta regra faz um enorme sentido na perspectiva construtivista. Afigura-se curioso, entretanto, tratá-la como retórica, pois ela é antes de tudo epistêmica. Como já se mencionou, o construtivismo suspende o julgamento sobre o valor cognitivo da teoria como tal, mas mantém

¹² Como se sabe, a formalização do *tâtonnement* walrasiano foi feita por Samuelson em seu *Fundamentos da Análise Econômica* de 1938 (Samuelson, 1983, p. 222-229).

¹³ Veja-se sobre isto os excelentes textos de Knudsen (1993) e de Dupuy (1989).

firmemente a convicção que as proposições factuais dela derivadas devem pretender ser adequadas. Dito de outro modo, ao nível do empírico, devem responder pelas regularidades fenomênicas. Dificilmente, entretanto, pode ser considerada consensual, já que as correntes apriorísticas têm necessariamente de rejeitá-la. Ademais, como a explicação da evidência empírica depende de hipóteses auxiliares, concorre com ela a regra segundo a qual a boa teoria é aquela mais promissora, que tem maior potencial de descrever os fatos empíricos em processo de conhecimento.

A quarta que menciona é denominada de regra da generalidade, pois que atribui maior plausibilidade à estrutura teórica que inclui a sua rival como caso particular. Não há muita dúvida que devorar o inimigo para se apropriar de sua alma tem força retórica. A questão que fica é saber se tal regra deve ser aceita independentemente da plausibilidade cognitiva do recurso teórico. Se este não for o caso, então a regra da generalidade não pode ser vista apenas como retórica e o recurso não pode ser enxergado como um ardil. Mas é justamente isto o que Arida faz – e o faz porque o construtivismo parece levá-lo a pensar a impossibilidade de superar o distanciamento entre diferentes estilos de teoria econômica –, por exemplo, ao examinar o significado histórico da Teoria Geral de Keynes: “... como um ... exemplo do ardil envolvido nas utilizações magistrais da regra quatro de retórica, considere a reconstrução e interpretação do pensamento clássico empreendida por Keynes na *General Theory*.” (Arida, 1991, p. 34).

Segundo Arida, “o colapso da epistemologia falsificacionista exige que, no que se refere ao debate entre programas alternativos de pesquisa, se reinterprete esta regra de retórica como uma subsunção ardilosa” (Arida, 1991, p. 33). Ora, o colapso do falseacionismo forte – que vem a ser uma interpretação das concepções de Popper divulgada entre os economistas por autores como Blaug – não significa necessariamente o colapso de toda preocupação com a comparação de teorias. É sempre possível perguntar se as teorias do valor de Ricardo e

de Jevons estão bem articuladas na tesoura de Marshall. É sempre possível argüir se a *Teoria Geral* de Keynes engloba verdadeiramente a “teoria clássica”. Mais do que isso, a própria idéia de ardil é já crítica. Tanto que, no próprio texto de Arida a argumentação assume esta característica: a teoria clássica combatida por Keynes – diz – “é uma construção bastante questionável ...” (Arida, 1991, p.34) – se assim é, não deveria ser tratada como má retórica?

Para mostrar que a sua sugestão é correta, Arida busca um exemplo na obra do autor de *O Capital*. “Para Marx” – diz ele – “não basta apontar os equívocos das teorias anteriores; deve-se entendê-las como limitações decorrentes das possibilidades objetivas de ilusão inscritas no próprio operar do capitalismo”. (Arida, 1991, p. 33). Não há dúvida de que Arida está correto sobre Marx, mas estará ele correto sobre o valor retórico deste tipo de argumento em Economia? O Tratado da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca trata a dissociação “aparência-realidade” como uma técnica importante de retórica, discutindo-a longamente (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 472-476). Aí ela é apresentada como um recurso largamente empregado pelas correntes filosóficas metafísicas que tendem a privilegiar o real em relação ao aparente, mas que é, também, amplamente rejeitado pelas filosofias positivistas, pragmáticas e fenomenológicas, para as quais a única realidade são as aparências. Há certa ironia na apresentação desta dissociação como uma “evidência” de que tal regra goza de ampla aceitação justamente no campo da Economia.

A quinta regra é a redução de metáforas. Arida explica, então, primeiro, que “a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição”. Considera, depois, que “os economistas praticam a retórica sem o saber e, o que é pior, dela desconfiando” (Arida, 1991, p.36). Em seqüência, aponta que buscam eliminá-las no decorrer do desenvolvimento das teorias. A observação parece correta. Entretanto, considerar a redução de metáforas como uma regra retórica não contribui para esclarecer a questão.

Por que, afinal, os economistas se esforçam para transformar o que é, num primeiro momento, figurativo em algo que tem sentido

literal, no momento seguinte? Não pode haver dúvida que se empregam metáforas em Economia, especialmente na criação de uma nova teoria ou para fins de exposição didática. A mão invisível é o exemplo clássico. Entretanto, como o objetivo da ciência em geral é cognitivo e as metáforas são empregadas aí para apresentar uma analogia e não para fazer uma evocação poética, elas tendem a ser suprimidas nas elaborações mais rigorosas da teoria que ajudaram a criar. É assim que a mão invisível foi transformada numa equação diferencial em que a variação dos preços é função do excesso de demanda. Isto é feito porque os cientistas em geral e os economistas em particular enxergam as suas teorias como analíticas e se sabe desde Aristóteles, como relembra Perelman, que a análise se opõe à dialética e à retórica, assim como a demonstração se opõe à verdadeira argumentação. Os modelos matemáticos empregados em Economia não são, pois, em si mesmos, metafóricos, ainda que os tropos em geral possam ser usados em sua interpretação. Os economistas não são românticos como Brown: eles tratam o sistema econômico como objeto, algo quase natural, e não como texto¹⁴.

A formalização é encarada por Arida também como uma regra de retórica amplamente aceita na comunidade dos economistas: “o argumento que puder ser formalizado” – diz – “tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado literalmente” (Arida, 1991, p. 36). Esta regra parece correta quando se assume que a ciência como tal faz uso necessariamente da linguagem matemática, ainda que não apenas dela. Entretanto, é isto mesmo o que pode ser questionado, pois é bem sabido que os “velhos” institucionalistas americanos, muitos neo-austriacos e mesmo a grande maioria dos marxistas, os quais dão um grande peso à dimensão hermenêutica do saber econômico,

¹⁴ Segundo Brown, a economia real é um texto e o discurso econômico vem a ser a atividade de interpretação deste texto (Brown, 1994, p. 368-381).

rejeitam em geral a suposta força persuasiva do argumento formal. De um lado, porque acreditam que a formalização é uma característica marcante apenas da teoria neoclássica – neste sentido ela implica já em fazer certa opção; de outro, porque crêem que a linguagem matemática é inadequada ou insuficiente para apreender as especificidades dos fenômenos sociais e históricos. Em consequência, muitos economistas dessas correntes vêem a formalização como revestimento mistificador de uma fraqueza teórica subjacente – e não o contrário¹⁵.

A sétima regra é denominada de reinvenção da tradição, que vem a ser “recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta” (Arida, 1991, p.36). Este é também um recurso que sem dúvida pode ter força retórica. Entretanto, tal como ocorreu com a regra da generalidade antes analisada, também aqui tal força pode não ser considerada independente de uma avaliação sobre a sua correção e plausibilidade. Se se disser, entretanto, que esta avaliação não importa ou que não pode ser levada a bom termo, então, tal regra não poderá ser considerada como consensual.

A última regra que menciona diz que na academia dos economistas “nunca se menospreza o argumento do adversário por estar motivado em interesses práticos específicos” (Arida, 1991, p. 38). Desde logo, parece difícil considerar que Arida não propõe aqui uma norma ética a ser seguida pelos seus pares nas discussões sobre temas controvertidos em Economia. Ora, será que existe no meio dos economistas uma regra de discurso que proíbe a chamada crítica de ideologia? Se ele pretende isolar e denunciar como forma nociva de argumentar, que atravanca a comunicação, o fundamentalismo crítico, então, é preciso concordar com ele. Pois, tal forma de discutir configura-se como uma estratégia que busca colocar o adversário na

¹⁵ Veja-se sobre isto, por exemplo, o que diz o livro de Rutherford sobre as correntes institucionalistas (Rutherford, 1996).

defensiva, sob a pressuposição de que a posição crítica, fundada em uma razão eticamente poderosa, fala de uma fortaleza de verdades e que ela se dirige a posições propositamente mistificadoras e que apenas escondem interesses perversos. Eis que tal fundamentalismo, o qual vem a ser um empecilho para que se examine as novas teorias, os novos argumentos e as novas leituras de velhos textos, não contempla a possibilidade de que a crítica sempre pode vir a ser criticada...

Entretanto, isto não pode implicar numa rejeição da boa crítica de ideologia. Primeiro, porque as distorções de linguagem existem e elas servem muitas vezes à dominação; segundo, porque tal forma de crítica não significa, necessariamente, acusação destemperada. A boa crítica de ideologia é um tipo de discurso contrário que se envolve seriamente com os argumentos lançados para defender certas idéias, certas políticas, e que emprega como método a reconstrução crítica que busca apontar lacunas, mostrar distorções de linguagem e revelar contradições de desempenho internas aos discursos científicos. Com Ricouer é preciso reconhecer, porém, que as ideologias são de certo modo constitutivas de toda sociabilidade e que a crítica de ideologia não tem dono. Ademais se o saber científico é tido como falível também tem de ser tida como falível a crítica de ideologia (Ricouer, 1988, p. 63-75).

Em caso contrário, ao se optar por rejeitá-la completamente, obscurecem-se as distinções entre o que é conhecimento e o que apenas parece sê-lo (nível semântico) e entre persuadir e convencer (nível pragmático). De qualquer modo, é preciso ver que tal regra não goza de aceitação universal. Há aqueles que julgam que não se pode excluir a economia crítica do campo dos estudos econômicos.

Para fechar esta seção, é preciso ver que Arida, junto com outros, está buscando um novo entendimento da ciência econômica após o colapso do positivismo e que, para tanto, fia-se no construtivismo que desloca em parte a questão metodológica do nível semântico para o nível pragmático da linguagem. O que faz ao enunciar que existem regras de retórica capazes de ajudar na geração de

consensos no meio acadêmico dos economistas vem a ser uma tentativa de elaborar uma pragmática do discurso econômico. Veja-se que, na perspectiva construtivista enquanto tal, em que não se busca o valor de verdade das construções teóricas enquanto tais, faz todo sentido procurar resolver o problema da escolha da teoria, o qual se remete, evidentemente, ao problema mais difícil da resolução de controvérsias, por meio de regras, tais como a da simplicidade, da fertilidade, da funcionalidade, da generalidade¹⁶ etc.

Se as regras de natureza pragmática, razão pela qual envolvem necessariamente o elemento retórico, valem para o discurso econômico, elas devem valer também para o discurso científico em geral. O propósito de Arida, porém, não é elaborar algo no âmbito da filosofia da ciência em geral, mas chegar a conclusões firmes no âmbito mais restrito da ciência que conhece. Ao procurar uma comprovação empírica destas regras na história do discurso econômico, vem afirmar, algo dogmaticamente, que elas são consensuais. Ademais, pelo menos três das regras que enuncia (coerência, abrangência e formalização) não são retóricas, mas semânticas e uma delas se afigura como uma norma ética – aliás, parcialmente equivocada.

Ademais, falta no texto de Arida uma definição precisa quanto ao caráter da pragmática que busca desenvolver. Não é nítido se o seu projeto consiste em elaborar uma pragmática formal do discurso econômico, pragmática esta que teria como objetivo encontrar regras implícitas, universais e generativas, ou se o seu projeto vem a ser construir uma pragmática empírica que investigaria as construções discursivas e as controvérsias na história do pensamento econômico para “vê-las” em ato, sem qualquer preocupação com a questão da universalidade da regra. Em

¹⁶ Aldrighi e Salviano sugerem que tais critérios, em Economia, privilegiariam a teoria neoclássica, por deslocarem o julgamento das teorias da dimensão ética e política para a dimensão cognitiva (Aldrighi & Salviano, 1996, p. 93). Não se crê aqui que isto seja necessariamente verdadeiro; ambas as dimensões, aliás, são explícitas ou implicitamente consideradas numa ciência social como a Economia.

qualquer dos casos, o esforço requerido para realizar tal projeto seria evidentemente muito maior do que aquele dispendido na elaboração do texto em questão. Arida, entretanto, tem um enorme mérito por tê-lo iniciado de algum modo. Ressalte-se, porém, que não se poderia buscar somente regras retóricas, mas também, e especialmente – seguindo a terminologia de Aristóteles – regras de dialética; em outras palavras, meios de prova que tem valor de conhecimento – não meramente ornamentais.

Um outro aspecto negativo da solução de Arida aparece quando se percebe que ele idealiza a comunidade acadêmica dos economistas. Ora, não se diz algo que se possa contestar quando se afirma que a história do pensamento econômico vem apoiar a tese de que os economistas encontram-se muitas vezes em oposição entre si. Mais do que isto, pode-se argumentar com Morin que os economistas formam uma comunidade/sociedade em que há espaço para o acordo, mas há também muito espaço para a rivalidade entre escolas, a crítica mútua e que isto vem a ser uma característica essencial de um pensamento científico dinâmico e produtivo¹⁷. Tal rivalidade, entretanto, deveria encontrar os seus limites na ética do discurso; pois, ao violá-la, a disputa pode passar a dificultar, desincentivar ou mesmo obstar o desenvolvimento do conhecimento científico.

Considerando todas as observações precedentes, para tentar encaminhar melhor o problema que o texto de Arida levanta, é preciso investigar agora, em primeiro lugar, a questão do distanciamento entre as teorias econômicas do presente e do passado, o qual se distingue do distanciamento decorrente da objetivação da trama de relações sociais

¹⁷ Veja-se o que diz Morin: “... chego ao ponto crucial – para mim – que é a idéia de comunidade/sociedade científica. Como já disse, o pensamento científico não comporta só themata, metafísicas, postulados, com base nas teorias, mas é preciso acrescentar que o conflito entre esses pontos de vista, entre themata e entre teorias que exprime e, no fundo, explica a vitalidade e o desdobramento da ciência, seja numa forma evolutiva, evolucionista, seja numa forma revolucionante ou revolucionária” (Morin, 1966, p. 52).

como sistema econômico, que assim se reveste de uma aparência naturalista¹⁸. Em seqüência, será necessário investigar as questões da comunicação, da argumentação e da verdade.

O SOLO DA HERMENÊUTICA

De qualquer modo, Arida desenvolve os seus argumentos examinando, sempre com grande conhecimento e perspicácia, a própria história do pensamento econômico. Faz isto, não sem admitir que os próprios fatos da história do pensamento econômico nunca são incontroversos, e que dependem sempre de interpretação. Ademais, segundo ele, também “as regras de retórica ... supõem uma interpenetração entre o procedimento retórico *stricto sensu* e o hermenêutico” (Arida, 1991, p. 37).

Isto requer que se investigue, então, a questão da hermenêutica. Segundo Palmer, há duas posições básicas em confronto neste campo da Filosofia: uma delas, metodológica, e a outra, filosófica¹⁹ (Palmer, 1986, p. 55-73). A primeira delas vê como o seu objetivo encontrar uma abordagem adequada para interpretar as objetivações sociais e históricas, sob os pressupostos de que o objeto significativo é autônomo em relação ao sujeito do conhecimento e que é possível superar a distância entre eles, elaborando interpretações – ricas,

¹⁸ () naturalismo é o fundamento ontológico do modelo *hard science*, que se contenta na relação de alheamento entre o cientista e objeto econômico, o que, por sua vez, é negado abstratamente pelo modelo *soft science*. Este, assim, rebela-se romanticamente contra o naturalismo, desejando superá-lo por meio de uma compreensão empática da obra de certos autores excepcionais – os clássicos.

¹⁹ Conforme Palmer, a primeira posição, cuja origem remonta a Schleiermacher e Dilthey, encontra-se hoje associada às investigações que buscavam encontrar uma metodologia para as chamadas “ciências do espírito” que rivalizasse com a metodologia das ciências naturais, enquanto a segunda, cuja origem está em Heidegger e Gadamer, aparece nas preocupações atuais com a compreensão da própria condição humana num mundo dominado pela ciência e pela tecnologia (Palmer, 1986).

profundas etc. – objetivamente válidas. Busca examinar, assim, os modos de interpretação pertinentes às disciplinas sociais e históricas com o propósito de formular uma metodologia expressivista (ou seja, não causal, mecânica ou matemática), mediante a qual fica aberto o acesso às objetivações, ou seja, às ações, produções e criações humanas em geral. É esta hermenêutica que Arida atinge quando critica o modelo *soft science*.

A outra busca questionar filosoficamente o próprio “fato” da interpretação, admitindo de saída que ela faz parte da compreensão e que esta vem a ser sempre um evento histórico de atualização ou “presentificação” de algo engendrado na própria história. Como a sua perspectiva é interna ao acontecer temporal das manifestações simbólicas que constituem o social, esta última questiona a própria possibilidade de que as interpretações possam almejar tal espécie de validade objetiva. Para ela, pensar tal possibilidade é já se situar em um ponto de vista exterior à história.

É importante, agora, mencionar a crítica que a hermenêutica filosófica faz à metodológica. Considera que o seu defeito maior vem a ser justamente buscar se valer ainda de um método para garantir que as interpretações sejam consideradas objetivamente válidas. Tal modo de proceder a vincula ao cartesianismo, ou seja, ao pensamento que separa sujeito e objeto e que, depois, busca um fundamento seguro para o que julga saber e só se contenta com a certeza subjetiva. Em sua perspectiva, trata-se de um modo de pensar tecnológico, interessado no domínio dos funcionamentos naturais e sociais, e que, justamente por isso, só se satisfaz com “evidências”. Dito de outro modo, só se satisfaz com o que não depende da mediação de uma compreensão prévia e que, por isso, assume o caráter de algo imediatamente dado. É assim que o subjetivismo, ou seja, o pensamento radicado na consciência subjetiva, requer o objetivismo.

A hermenêutica filosófica considera, romanticamente é certo, que o método – ainda que o saber científico a ele associado possa levar

efetivamente ao domínio técnico dos processos naturais e sociais – não vem a ser um caminho para o verdadeiro. Este só pode emergir por meio da compreensão que entende, não como o operar da subjetividade que enfrenta a objetividade, mas como a enunciação dos significados que emanam do mundo da vida social e cultural. Segundo Gadamer – o autor que mais contribuiu para incorporar a hermenêutica nas reflexões contemporâneas –, a compreensão é um “penetrar no acontecer da tradição” que define o próprio modo de ser do homem.²⁰ Antes de passar adiante, deve-se notar que não há muita dúvida hoje de que a hermenêutica filosófica está correta na crítica ao objetivismo e ao absolutismo metodológico. Ainda que ela reconheça a necessidade da adoção de procedimentos seja no âmbito das ciências em geral seja no âmbito dos saberes humanísticos – procedimentos estes que considera interiores ao processo da compreensão –, é possível argumentar que vai longe demais na rejeição ao pensamento metódico.

As concepções de Gadamer podem ser entendidas como um solo ontológico para certas conclusões a que chegaram, de modo independente, certas reflexões sobre o evoluir da ciência moderna. Como é bem sabido, a crítica que se inicia com Popper ao objetivismo, chega a um ponto de não retorno com a crítica de Kuhn ao metodologismo. Torna-se, então, patente que não há um algoritmo capaz de separar o conhecimento científico do que assim não pode ser chamado (ou seja, tudo o que não é empiricamente significativo, metafísico) e capaz de possibilitar a escolha de teorias, mesmo no campo das ciências naturais. Nesta virada que deixou o positivismo para trás, estas ciências ganham inclusive uma nova imagem, perdendo

²⁰ “A abordagem de Gadamer” – diz Palmer – “está pois mais próxima da dialética socrática do que do pensamento moderno, manipulativo e tecnológico. A verdade não se alcança metodicamente, mas dialcticamente; a abordagem dialética da verdade é encarada como a antítese do método; ela é de fato um meio de ultrapassar a tendência que o método tem de estruturar previamente o modo individual de ver. Rigorosamente falando, o método é incapaz de revelar uma nova verdade; apenas explicita o tipo de verdade já implícita no método” (Palmer, 1986, p. 169-170).

grande parte da dureza que se acreditava que possuíam: os fatos deixam de ser vistos como independentes da teoria; as teorias deixam de ser encaradas como construções externas aos fenômenos que os espelham, para se tornarem o próprio modo pelo qual a natureza aparece para o homem; a linguagem da ciência passa a ser enxergada como metafórica e inexata, mesmo se é compatível com um grau crescente de formalização; os significados dos termos passam a ser encarados como dependentes da própria teoria, de sua estrutura conceitual, não sendo mais tomados como expressão imediata de observações.

No chamado pós-positivismo, o entendimento do processo de evolução das ciências em geral passa de uma abordagem que se concentra na lógica da pesquisa científica e no deslocamento da fronteira do conhecimento para outra que se vale antes da história da própria ciência. Trata-se, agora, de compreender como mudam os “paradigmas científicos”, como a prática da “ciência normal” é rompida pelas “revoluções científicas”; como este paradigmas mostram-se incomensuráveis entre si, para penetrar neste processo de mudança recorre-se conscientemente ao mundo da vida e à linguagem natural, ressalta-se em consequência o papel da hermenêutica e da retórica²¹. Nota-se, então, que os padrões e preceitos da pesquisa científica estão sujeitos a mudanças no próprio curso do desenvolvimento da ciência. Neste processo de abertura, presta-se atenção para as modificações históricas nos critérios de validação do conhecimento científico, sem buscar separá-los da prática social em que se originaram e em que acabaram intervindo.

Ora, tudo isto ganha um sentido mais profundo diante do advento da hermenêutica filosófica, que veio ao encontro da reflexão sobre o processo da compreensão com uma mensagem de cunho

²¹ Note-se, aqui, com Habermas, que a hermenêutica e a retórica são desenvolvimentos reflexivos que abrangem competências inerentes ao uso das linguagem naturais (Habermas, 1987b, p. 26-33).

ontológico: ela está implicada no próprio modo de ser do homem no mundo. A compreensão, segundo ela, não é uma operação intelectual que vem depois dos acontecimentos da vida social para esclarecê-los, mas algo que sempre os acompanha e que é inerente à sua própria constituição. Eis que isto tem consequências radicais não só na Filosofia, mas também no âmbito das ciências natural e social. Sob o seu visor, a compreensão das ciências em geral sofre uma transformação de fundo. Fica claro que elas, apesar de se constituírem historicamente por meio de um deslocamento que busca uma certa independência em relação ao mundo da vida social e cultural, continuam mantendo uma dimensão hermenêutica. Em consequência, como elas nunca se purificam do caráter histórico de toda interpretação e compreensão, engendra-se uma nova visão de ciência a qual requer uma ruptura com o cartesianismo.

Nesta perspectiva, o conceito cartesiano moderno por excelência de razão sofre um abalo profundo. A razão não pode mais ser entendida como uma capacidade que transcende o contexto social e a história. Na palavras de um comentador, agora “a razão é histórica ou razão situada que manifesta o seu poder característico sempre dentro de uma tradição viva” (Bernstein, 1988, p.37). Ao apreender o homem como um ser que se move no interior da linguagem, como um ser lingüístico por excelência, a hermenêutica filosófica vem à Filosofia para defender a primazia da compreensão ou, o que é o mesmo, para dar suporte à tese de sua própria universalidade. É preciso então abandonar a perspectiva moderna de que a razão é uma força que combate a autoridade da tradição, optando por uma visão conservadora da história? “Não há dúvida” – segundo Habermas – “que o conhecimento se enraíza na tradição fática; ele permanece ligado a condições contingentes. Mas a reflexão não trabalha na faticidade das normas transmitidas sem deixar vestígios. Ele é condenada a chegar depois, mas, ao olhar para trás, desenvolve uma força retroativa” (Habermas, 1987b, p.18).

A pretensão de universalidade da hermenêutica, explicitamente defendida por Gadamer, encontrou, por isso, em Habermas um opositor e um crítico agudo. Ainda que este último autor tenha concordado sempre com a tese segundo a qual todas as ciências sociais tem uma dimensão compreensiva, ele considerou importante chamar a atenção para os limites da hermenêutica. Esta perspectiva, segundo ele, tende a distorcer o papel da ciência na vida social, porque não pode abarcar as linguagens especializadas que se afastaram do mundo da vida e porque não possui uma função crítica explícita. Habermas vê sentido em “conceber a linguagem com uma espécie de meta-instituição, da qual dependem todas as instituições sociais... [mas, como também aponta] ...a linguagem também é medium de dominação e poder social... a linguagem também é ideológica” (Habermas, 1987, p.21). Ademais, deve-se notar que a ciência moderna não é algo puro que está acima de qualquer suspeita. Veja-se que ela é um acontecimento no plano do conhecimento que tem como contrapartida a diferenciação do sistema econômico em relação ao mundo da vida, no plano da sociedade, e que por isso mesmo contém uma intransparência constitutiva (Prado, 1996a e 1996b).

Para Habermas, a consciência hermenêutica destrói o objetivismo, “recorda às ciências sociais os problemas que resultam da preestruturação simbólica do seu domínio de objetos”, mostra que “a legitimação das decisões que determinam a escolha de estratégias de pesquisa, a construção e os métodos de revisão de teorias, e assim o progresso da ciência, é dependente das discussões da comunidade dos pesquisadores” (Habermas, 1987b, p. 35). Ademais, ela é importante na religação das linguagens das disciplinas científicas cada vez mais especializadas e mais herméticas com o mundo da vida dos participantes em geral das sociedades. Assim, a intenção hermenêutica cumpre bem o seu papel quando se trata de superar as distâncias que abalam a comunicação, mas ela falha e conduz a reflexão por caminhos obscuros quando a própria linguagem encontra-se distorcida.

As consequências dessas considerações são amplas. Aqui, entretanto, tendo em vista o texto de Arida, serão enfatizados os limites da hermenêutica na compreensão da ciência econômica. A hermenêutica não pode abarcar totalmente nem a microeconomia, que trata da ação econômica e de suas consequências, nem a macroeconomia, que concerne aos comportamentos agregados do sistema econômico, porque estes ramos do conhecimento combinam procedimentos analíticos com procedimentos hermenêuticos. Na medida em que estas disciplinas compartilham com as ciências naturais a característica de terem se constituído historicamente por meio de um afastamento do mundo da vida, afastamento este que se caracteriza sobretudo pelo recurso à linguagem demonstrativa, pela orientação metódica e por uma preocupação com a validação empírica, elas escapam em certa medida da compreensão hermenêutica²². Ademais, na perspectiva do construtivismo de Arida, não se pode deixar de criticar a hermenêutica filosófica por não ser capaz de distinguir a intersubjetividade da objetividade, caindo mais uma vez no relativismo, agora por aderir a um contextualismo irrestrito. Vale, por isso, lembrar que Habermas denomina esta corrente de neo-historicismo (Habermas, 1996, p.1-30).

Para compreender tais modalidades de ciência econômica, é preciso ver que elas se compõem de uma estrutura formal – no limite, esta estrutura se apresenta como uma axiomática –, e de maneiras de interpretação desta estrutura, sem no entanto imaginar que estas duas componentes podem ser disjuntas na perspectiva da compreensão. A estrutura formal é constituída por conceitos, supostos e relações que

²² “... é evidente” – segundo Habermas – “que a ciência moderna pode legitimamente pretender chegar a enunciados verdadeiros sobre ‘as coisas’ através de procedimentos monológicos, em vez de atentar para o espelho do discurso humano: ou seja, erguer teorias construídas monologicamente e apoiadas em observações controladas. Dado que os sistemas científicos de enunciados hipotético-dedutivos não são elementos do discurso, as informações que podem ser derivadas destes sistemas se afastam do mundo da vida articulado em linguagem natural” (Habermas, 1987, p. 36-37).

têm caráter de definição e que não são nem verdadeiras nem falsas. A sua função é estabelecer uma sintaxe especializada, monológica, que se conforma sempre que possível aos cânones das matemáticas. Já os modelos e as teorias (que aqui se entende como um conjunto de pressuposições, conceitos e de relações capazes de gerar uma classe aberta de modelos) formam-se pela adição de interpretações às estruturas formais, interpretações estas que procuram atribuir sentidos aos termos, fazendo referências hipotéticas ao mundo e às relações que aí se observam.

É preciso mencionar aqui que a Economia, tal como qualquer outra ciência social, tem uma dimensão hermenêutica dupla²³, que se caracteriza pelo fato de que aí se interpreta – diferentemente do que ocorre nas ciências naturais – o que se acha previamente interpretado. Eis que a realidade social é realidade estruturada simbolicamente, constituída como tal pela atividade humana. De qualquer modo, os seus modelos e teorias contêm proposições, algumas das quais são observáveis. Estas consistem de asserções que mencionam algo no mundo econômico (e que se manifestam por meio de símbolos que têm algum suporte no mundo natural), tais como preços, comportamentos, meios de produção, instituições etc., as quais podem estar ou não em conformidade com a realidade empírica. Há ademais em Economia asserções que dizem respeito às motivações, às expectativas e à

²³ É assim que Giddens explica esta duplicidade: “A diferença do mundo social e natural é que este último não se constitui como “significativo”: o significado que ele tem é produzido pelos homens no decorrer de sua vida prática, e como consequência de seus esforços para entendê-lo e explicá-lo. Por outro lado, a vida social – da qual esses esforços são uma parte – é produzida por seus atores componentes, justamente nos termos de sua constituição e reconstituição ativa dos quadros de significado pelos quais eles organizam suas experiências. Os esquemas conceituais das ciências sociais, portanto, expressam uma dupla hermenêutica, relacionada tanto com a penetração e compreensão dos quadros de significado envolvidos na produção da vida social pelos atores léigos, quanto a sua reconstituição dentro de novos quadros de significado implicados nos esquemas conceituais teóricos” (Giddens, 1978, p. 85).

racionalidade dos agentes, as quais não são observáveis, mas podem ser compreendidas por meio de um processo interpretativo que trabalha sobre os atos simbólicos dos próprios agentes.

A distinção entre estrutura formal e modelo teórico leva, pois, a entender por que a microeconomia e a macroeconomia têm tanto uma dimensão estritamente analítica quanto uma dimensão explanatória semelhante àquela das ciências naturais. Entretanto, dado o caráter duplamente hermenêutico dos seus esquemas explicativos, também é verdade que estas disciplinas têm um caráter compreensivo que falta às ciências naturais. É por isso que a teoria econômica nunca perde o seu vínculo de origem com o mundo da vida e com as estruturas sistêmicas da sociedade. Ademais, como é uma ciência atravessada por intenção prática, mesmo na exposição de suas teorias mais abstratas há que se reestabelecer alguma conexão com o mundo da vida daqueles que participam de algum modo das interações econômicas. Daí a necessidade de não perder de vista o seu caráter de um discurso que procurar influir no próprio processo de desenvolvimento da sociedade.

Reforçando a razão para se enfatizar o caráter hermenêutico e retórico da ciência econômica, Hausman e McPherson argumentaram convincentemente que ela encontra-se ligada indissolavelmente à filosofia moral, já que o conceito de racionalidade é sempre normativo – de um lado, demanda sempre a aprovação e, de outro, afirma o comportamento que explica como uma virtude moral (Hausman & McPherson, 1996). Deste modo, eles coincidem com Habermas ao interpretar as teorias econômicas como exposições com potencial explanatório relacionadas às decisões racionais com relação a fins dotadas de caráter normativo e analítico. Nesta perspectiva, deve-se entender “a teoria econômica como uma arte formalizada que oferece uma base axiomática e dedutiva para a deliberação e o assessoramento econômico” (Habermas, 1988, p. 124-135).

Uma consequência importante desta conclusão é que, na ciência econômica, não se julga apenas a adequação das suas proposições empíricas, mas também a razoabilidade de certas asserções aí feitas

sobre a motivação, as expectativas e a racionalidade dos agentes. Hausman tem ressaltado que a Economia tem sido concebida desde os seus primórdios como uma ciência que trabalha com um fator causal bem determinado, a busca racional da riqueza, da utilidade, da satisfação etc, fazendo a abstração de outros fatores; tem sido vista, também, como um saber que tem um domínio²⁴, em que esse fator supostamente predomina; ademais, o modo como este fator causal opera tem sido admitido pelos economistas como algo bem conhecido; e, finalmente, ela própria tem sido exergada como um aparato teórico que apresenta os funcionamentos desse domínio de um modo unificado, completo, mas inexato (Hausman, 1994, p.205-207). Note-se que este modo de ver a Economia, com um certo cuidado interpretativo, pode ser consistente tanto com uma visão realista de ciência quanto com a concepção construtivista de Arida.

O entendimento da Economia como um saber normativo não implica, entretanto, que é permitido aos economistas violar a lógica, passando de proposições sobre o que é para afirmações sobre o que deve ser. Implica, isto sim, que as descrições e explicações econômicas estão intimamente comprometidas com valores e normas e com a transformação do que existe em algo que se julga que deve existir.

A dimensão analítica e metódica da ciência econômica não pode, pois, ser desprezada. Um prova disto encontra-se na posição de McCloskey²⁵, que se rebela não só contra o metodologismo mas também, com certa ambigüidade, contra a metodologia (Boylan &

²⁴ Domínio este, aliás, que está se expandindo em virtude do chamado imperialismo da Economia.

²⁵ McCloskey se inspira na tradição pragmatista americana e, em especial, no neopragmatismo de Rorty, o qual – segundo o próprio Rorty – é convergente com a hermenêutica de Gadamer (Rorty, 1979, p. 315-356). Uma boa crítica de McCloskey teria de explorar a convergência de suas concepções sobre a sobrevivência do conhecimento com as concepções de Milton Friedman sobre o processo evolucionário a que estão submetidas as firmas bem sucedidas no mercado.

O’Gorman, 1995, p.36-43). Em sua opinião, por exemplo, “o que distingue o que é bom ou ruim num discurso bem informado, então, não é a adoção de uma particular metodologia, mas as tentativas sérias e inteligentes de contribuir para a conversação” (McCloskey, 1985, p.27). Ao invés de se preocupar com os procedimentos metódicos da ciência econômica, este autor propõe que se deve abordá-la como um saber compreensivo que depende de originalidade, criatividade e de imaginação: “A retórica” – diz McCloskey num estilo pirotécnico – “é um modo literário de examinar a conversação de economistas e de matemáticos assim como de poetas e novelistas” (McCloskey, 1985, p.28). A consequência desta posição contextualista, dentro da qual a Economia acaba perdendo a sua referência à objetividade, é a identificação da ciência com a literatura e o entendimento dos modelos econômicos como metáforas não ornamentais (ou seja, que têm sentido cognitivo).

Assim, em nome de uma idéia utópica de comunidade – veiculada pelo pragmatismo de Rorty em consonância com a hermenêutica de Gadamer, e adotada por McCloskey –, em que o diálogo universal prevalece ou pode vir a prevalecer apenas por meio de exortações de ordem moral, como num passe de mágica, some-se com o caráter operativo inerente à ciência econômica como tal.

Por outro lado, a dimensão hermenêutica da ciência econômica também não pode ser desconsiderada. Mas isto não significa apenas enfatizar a importância da linguagem econômica, encarando-a, entretanto, como mera mediação entre a mente do economista e a realidade do sistema. É por isso que Fonseca²⁶ (1996, p.255-256), mesmo indo mais longe do que Schumpeter (1954, p.4-6), não chega ao ponto de mostrar a importância decisiva da história do pensamento econômico

26

A partir da pergunta “para que serve a HPE?”, Fonseca responde o seguinte: “porque é somente mediante o estudo de HPE que podemos alcançar alguma compreensão de como a disciplina se transformou naquilo que é hoje, e isto aumenta o nosso conhecimento de seus métodos, limites, problemas e resultados” (Fonseca, 1996, p. 255). Assim, ele concebe a HPE defensivamente como um saber auxiliar que serve ao saber principal, ou seja, a teoria econômica. Aqui se defende a idéia de que a teoria econômica sem a história do pensamento econômico sofre de uma cegueira parcial.

neste campo do conhecimento. A história do pensamento econômico está para os economistas assim como o ar está para a respiração. Ela é um *medium* de saberes intersubjetivamente compartilhados, dentro do qual os especialistas deste ramo se movem – ou seja, constroem modelos, testam proposições, descrevem comportamentos, explicam ocorrências, discutem e entram em controvérsias.

Os economistas devem estudar história do pensamento econômico porque este é o único caminho que pode levar a uma compreensão abrangente, não meramente técnica, da ciência no seu estado atual – coisa que o modelo *hard science* se recusa a fazer. Nesse sentido, ela não deve ser visitada como um museu das teorias que de algum modo foram ultrapassadas – tal como Arida acentua –, seja por mera curiosidade seja para obter *insights* que ajudam a entender e a transformar a economia do presente. O economista deve se voltar para esta disciplina para aplicá-la ao melhor conhecimento do estado atual do conhecimento, para compreender melhor os modelos e teorias do presente, os quais não deixam de se constituir como um momento do acontecer das tradições, que vem aprimorá-las, expandi-las ou mesmo refutá-las. Sem esse saber que busca a superação dos distanciamentos semânticos, não pode haver discussão e diálogo entre as diferentes tradições que habitam este campo do conhecimento. Não pode haver, também, em consequência, resolução de controvérsias.

A SONDAGEM RECONSTRUTIVA

A retificação de direção a que se chegou até agora não resolve, porém, todos os problemas do texto de Arida. É preciso se preocupar, agora, seguindo ainda os seus passos, com a questão da “cientificidade do saber econômico”, já que este saber pretende apreender acima de tudo os funcionamentos do sistema econômico e, por isso, não pode se despedir da pretensão de verdade. Arida, como já se indicou, recorre a Habermas para enfrentá-la: “a comunidade dos cientistas” – afirma –

“debate sob o pressuposto da comunicação ideal... ao invés de um operador de verdade aplicado a sentenças, temos uma abertura à verdade como disposição de renúncia a posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca... a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica” (Arida, 1991, p. 30). Sem dar importância aqui à contradição entre “verdade como disposição de renúncia” com “evidência contrária inequívoca” contida em seu texto, é preciso mencionar que Arida caminha no sentido correto ao colocar em primeiro plano, na discussão da questão da verdade, o nível pragmático e não o nível semântico da linguagem econômica, deslocamento este que evita qualquer forma de fundamentalismo epistemológico.

As afirmações de Arida requerem, em primeiro lugar, que se faça um esforço para entender a teoria da argumentação sugerida por Habermas, que se encontra na introdução da *Teoria do Agir Comunicativo*. Conforme este autor – que aqui não difere de Perelman –, a argumentação não pode ser apreendida nos cânones da lógica formal, sob as categorias de validade dedutiva ou de inferência indutiva. Para ele, esta só pode ser tratada numa perspectiva que remonta a Aristóteles e em que se faz distinção entre as três seguintes dimensões pragmáticas que lhes são inerentes: a retórica, a dialética e a lógica. A argumentação pode ser considerada, pois, em primeiro lugar, como processo para se estudar as condições formais das discussões realmente produtivas; esta é a dimensão em que manifesta a sua força retórica. Em segundo lugar, ela pode ser tratada como procedimento para se investigar os pressupostos mais gerais sob os quais os interlocutores interagem para chegar a um acordo; esta é a dimensão em que mostra o seu caráter dialético. Finalmente, a argumentação pode ser compreendida como produto para se examinar a consistência interna e externa de seus termos; nesta dimensão, a argumentação revela a sua forma lógica.

Habermas interessa-se pela teoria da argumentação dentro de um projeto mais amplo de elaborar uma teoria crítica da sociedade sustentada na possibilidade de um diálogo sem constrangimentos,

voltado para o entendimento, e com base na competência comunicativa da espécie humana. Para tanto, busca construir o que chama de uma pragmática universal “cuja tarefa... é identificar e reconstruir as condições universais do entendimento possível” (Habermas, 1979, p.1). Dois conceitos que se amparam mutuamente vão se constituir nos pilares desta construção que busca uma nova forma de relacionar teoria e práxis: agir voltado para o entendimento e razão comunicativa. Antes de apresentá-los, é necessário entender a estrutura básica dos proferimentos argumentativos.

Para fornecer aqui um esboço da pragmática universal, é preciso notar, agora, que a argumentação – para este autor – é entendida como algo constituído por unidades pragmáticas denominadas “atos de fala” e constituídas por uma estrutura dúplice. Elas consistem numa frase executiva²⁷ e numa frase com conteúdo proposicional. Seja o seguinte exemplo em que as duas frases encontram-se explícitas: “eu afirmo para você que a flor é vermelha”; por meio da frase “eu afirmo para você”, que poderia estar implícita no proferimento, é estabelecido um nexos intersubjetivo entre o falante e o seu ouvinte. Já a frase “a flor é vermelha” é feita referência a algo no mundo natural com o objetivo de chegar a um entendimento sobre este algo (trata-se de uma flor e esta flor é da cor vermelha). Habermas refere-se a esta composição dos atos de fala dizendo que ela implica, simultaneamente, um uso comunicativo e num uso cognitivo da linguagem.

Ao empregar a linguagem de um modo cognitivo, falantes e ouvintes estão buscando um entendimento sobre objetos, estados ou relações; ela funciona então como um meio para atingir um fim: a transmissão de um conteúdo proposicional. Por outro lado, ao usar a

²⁷ () termo “executiva” aqui é tradução do termo inglês *performative*, que foi criado por Chomsky e empregado sistematicamente por Austin e Searle na chamada teoria dos atos de fala. Por isto, também se emprega, às vezes, o neologismo “performativa”.

linguagem comunicativamente, os interlocutores estão procurando estabelecer entre si um nexu intersubjetivo; o meio, agora, é o conteúdo proposicional e o fim é a própria comunicação. Para empregar corretamente a linguagem nestes dois planos, os atores, segundo Habermas, têm de dispor de uma competência comunicativa, ou seja, têm que ter uma capacidade de empregar um sistema de regras que permanecem implícitas nos proferimentos e que pode ser reconstruído.

Tal reconstrução tem em comum com a hermenêutica o fato de que ambas se referem em geral a um conjunto de objetos estruturados simbolicamente e, em particular, a textos que precisam ser compreendidos. Enquanto a hermenêutica, orientando-se pelo interesse em estabelecer ou restabelecer a comunicação em situações em que esta se encontra interrompida, visa as manifestações simbólicas particulares e concretas, permanecendo no nível semântico da linguagem, o procedimento reconstrutivo, situando-se no nível pragmático, busca apresentar a estrutura profunda das ordens simbólicas, ou seja, o sistema de regras por meio das quais as manifestações são produzidas, sem que os atores tenham consciência de sua existência. O interesse deste último tem uma dimensão universal pois se refere às condições de todo entendimento possível. Habermas supõe aqui que existe um saber implícito de regras, algo que permanece “às costas” dos sujeitos, e que este saber é uma capacidade universal, uma competência geral da espécie humana.

É preciso notar que Habermas distingue dois tipos de ação social que se remetem à distinção aristotélica entre *práxis* e *poiesis*: a ação comunicativa e a ação estratégica, que envolvem distintos conceitos de racionalidade. Na ação do primeiro tipo, a comunicação volta-se para o entendimento, para a compreensão e o consenso, enquanto que na ação do segundo tipo, ela se dirige para garantir a vitória e o sucesso – neste caso, os termos do entendimento possível, quando ele é possível, são tomados como dados e ele próprio se configura como uma situação de interesses em equilíbrio. Para ele, a ação do primeiro tipo pode ser espontaneamente consensual, caso em que as condições subjacentes do acordo estão pressupostas, mas pode também ser intencionalmente orientada para o

entendimento, situação que ocorre quando as condições do acordo são explicitamente problematizadas.

Para desenvolver a sua teoria geral da argumentação, Habermas emprega o método reconstrutivo. Assim, na dimensão antes referida da argumentação como procedimento, vem sugerir que há universais pragmáticos, ou seja, que existem certas regras de vinculação intersubjetiva presentes em toda comunicação e que elas participam da própria constituição das condições em que qualquer discussão ou diálogo se trava. São eles: a) a pretensão de compreensibilidade, segundo a qual a mensagem contida no proferimento é inteligível para as partes; b) a pretensão de verdade que se refere aos conteúdos cognitivos veiculados nas interações lingüísticas; c) a pretensão de correção que se reporta ao conteúdo valorativo e normativo dos proferimentos que mencionam algo no mundo social; e d) a pretensão de sinceridade que se refere à substância das emissões expressivas que manifestam conteúdos do mundo subjetivo dos falantes e ouvintes.

No desenvolvimento de sua teoria, agora na dimensão da argumentação como processo, Habermas apresenta como elemento constituinte importante o que denomina de situação de fala ideal. É ela que se constitui no elemento crítico de sua teoria, pois sem pretender ser uma forma de vida concreta, prefigura de modo formal uma situação em que as relações entre os homens estão isentas de coação, exceto a coação do melhor argumento. “A situação de fala ideal” – para fazer uso de suas próprias palavras – “não é um fenômeno empírico, nem tampouco um simples constructo, mas uma suposição que fazemos inevitavelmente quando entramos em processos discursivos. Esta suposição pode ser contrafactual, mesmo que não seja necessariamente contrafactual. Entretanto, quanto é feita contrafacticamente, ela constitui uma ficção que opera ativamente no processo da comunicação” (apud Siebeneichler, 1989, p.104).

A situação de fala ideal configura-se por meio de quatro postulados: a) postulado da igualdade comunicativa, segundo o qual todos os possíveis

participantes do discurso argumentativo devem ter igual oportunidade de usar atos de fala comunicativos; b) postulado da igualdade de fala, pelo qual todos os participantes devem ter a mesma oportunidade de apresentar interpretações, fazer asserções, propor recomendações, explicações e justificações, bem como colocar as pretensões de validade acima referidas em questão; c) postulado da veracidade e sinceridade, segundo o qual os falantes aceitos no discurso devem ter a mesma possibilidade de usar atos de fala que expressam idéias, sentimentos e intenções pessoais; e d) postulado da correção de normas, segundo o qual os agentes devem ter igual oportunidade de empregar atos de fala que veiculam permissões, proibições, promessas etc (Siebeneichler, 1989, p. 105).

Na dimensão do produto, Habermas pressupõe que continuam válidos os recursos tradicionais da lógica e que eles têm força nos processos argumentativos. Proferimentos que apresentam contradições ou incompatibilidades seja entre os termos seja entre as frases devem ser evitados pelos agentes competentes comunicativamente; se, entretanto, eles aparecem numa comunicação voltada para o entendimento devem ser objeto de uma crítica que visa reconstituir as condições formais do diálogo.

A teoria da argumentação de Habermas culmina com a teoria da verdade consensual, a qual se guia pelo seguinte princípio: “a idéia de verdade somente pode ser desenvolvida se for pressuposta o resgate discursivo de pretensões de validade” (apud Siebeneichler, 1989, p.99) – princípio este que implica, primeiro, na rejeição da noção clássica de verdade como correspondência e, segundo, a afirmação de que tal questão deve ser determinada com relação à argumentação.

Para entender estas afirmações é preciso distinguir, mais uma vez, a adequação que se situa no nível semântico, da verdade, que se acha no nível pragmático da linguagem. A adequação é algo que aparece na relação entre o mundo subjetivo do cientista e o seu objeto e, por esta razão, manifesta-se como correspondência da proposição com a realidade empírica e como convicção subjetiva. Já a verdade, para Habermas, não se aplica aos conceitos, às proposições enquanto tais, ou seja, enquanto signos

portadores de conteúdos semânticos. Ela se aplica aos proferimentos que introduzem sentenças com conteúdo empírico apresentados num meio dialógico (ou seja, numa comunidade/sociedade), em que se discutem temas gerais ou temas científicos.

Para este último autor, a verdade é a pretensão de validade associada a atos de fala constataativos, pretensão esta que surge quando uma questão sobre fatos é problematizada, requerendo justificação por meio de argumentos. No caso da ciência social, é preciso ver que não se busca somente a verdade, mas também a correção normativa, pois as discussões nesta esfera, com base em proposições sobre o mundo social, empregam atos de fala regulativos ou valorativos. Este é o caso quando se propõe que os agentes econômicos buscam a própria satisfação e são dotados de racionalidade instrumental. Em ciência social não se busca apenas relevância empírica – o que toda ciência faz – mas também se procura relevância normativa.

Logo, pode-se concluir que é possível encontrar compatibilidade entre a perspectiva metodológica construtivista e a teoria da comunicação de Habermas.²⁸ As pretensões de validade não podem, entretanto, ser reivindicadas para as construções teóricas como um todo, mas apenas para as asserções referidas ao mundo natural e ao mundo social, numa perspectiva pragmática.

Voltando ao texto de Arida, é preciso ver agora que ele tem razão quando afirma, numa perspectiva habermasiana, que os economistas debatem – quando debatem – sob o pressuposto da comunicação ideal – ainda que, com frequência, isto esteja contra os fatos. Esta afirmação, porém, idealiza o que efetivamente ocorre na esfera das discussões nesse meio acadêmico, se não for complementada com a observação, facilmente comprovável, que esta esfera se apresenta muitas vezes como um campo

²⁸ Esta afirmação é feita aqui com um certo cuidado já que envolve um conhecimento filosófico que o autor não julga ter. Entretanto, pareceu plausível depois da leitura de um texto de Ferrara sobre o tema (Ferrara, 1987).

conflagrado em que a linguagem é empregada com o objetivo de vencer e de ser bem sucedido – um uso estratégico, não comunicativo, portanto. Aí, como em outras ciências sociais, observam-se procedimentos que violam a ética comunicativa seja porque se procura desqualificar os adversários seja porque se faz um esforço para silenciar as vozes minoritárias, sob alegações de ordem política, ideológica ou mesmo acadêmicas. Assim, a resolução das controvérsias em Economia encontra-se muitas vezes obstada, porque os próprios economistas não querem abandonar as suas posições mesmo “diante de evidência contrária inequívoca”.

Arida, nesse sentido, não deveria ter dito apenas que falta aí um referencial epistêmico comum, teórico ou metodológico, para a mútua compreensão e para a eventual solução das controvérsias. Poderia ter dito, também, que há muita falta de comunicação entre as diferentes tradições que habitam este campo do conhecimento. Mais do que isto, poderia ter dito também que, em virtude do caráter político da ciência econômica, observa-se aí muitas vezes, também, falta de vontade de participar de um entendimento voltado para o consenso e que esta prática se mostra pelo uso estratégico – não comunicativo, portanto – da linguagem econômica e da linguagem natural. E que isto que justifica a existência da crítica de ideologia no campo dos estudos econômicos.

Indicou-se no início deste artigo que Arida apontava para questões importantes, ao lembrar a centralidade da retórica e da hermenêutica na resolução de controvérsias em Economia. Chegando ao final do artigo, é o momento de reavaliar o seu trabalho como um todo. Isto aqui se faz sob a suposição de que ele se esforçou para elaborar uma pragmática do discurso econômico, procurando reconstituir as regras que regem a elaboração de uma argumentação eficaz na resolução das controvérsias. Nesse sentido, o seu esforço configura-se como insuficiente. Na medida em que pretende ampla consensualidade para o conjunto das regras, opina-se aqui que ele fracassa. Entretanto, o texto de Arida é precioso na medida em que caminha no sentido correto ao chamar a atenção para a necessidade de

estabelecer um “diálogo” entre a teoria econômica e a história do pensamento econômico.

Como o saber econômico é falível e não pretende chegar a certezas, o seu valor de conhecimento é sempre provisório e nunca pode ser afirmado de um modo independente da própria argumentação e das pretensões de validade acima referidas. Em particular, as pretensões de verdade e de correção normativa associadas a certos elementos das teorias são cruciais, mas elas não se constituem como conformidade às regras da boa retórica – ou da boa dialética. A verdade se associa às frases constatativas e a correção normativa se associa às frases regulativas empregadas na conversação científica. A ciência, diferentemente da literatura, tem um compromisso com a objetividade. A conformidade do discurso científico à boa retórica, à dialética e à lógica, entretanto, contribui para dar plausibilidade para os modelos e as teorias como conhecimento; os padrões de cientificidade aí envolvidos, que dependem, sem dúvida, de regras generativas implícitas, podem vir a ser problematizados passando, então, a serem negociados internamente às discussões travadas entre economistas e mesmo com os participantes da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIGHI, D. M. & C. SALVIANO. A grande arte: a retórica para McCloskey. In: **Retórica na Economia**. Org. J. M. Rego. São Paulo : Editora 34, 1996, p. 81-97.
- ANUATTI NETO, F. **Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas**. São Paulo : IPE/USP, 1994 (Tese de Doutorado).
- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: **Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico**. São Paulo : Bial, 1991, p. 1-41.
- _____. In: **Conversas com economistas brasileiros**. Org.: C. Biderman, L. F. L. Cozac e J. M. Rego. São Paulo : Editora 34, 1996.
- BERNSTEIN, R. J. **Beyond objectivism and relativism – science, hermeneutics and praxis**. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1988.
- BOLAND, L. A. **The foundations of economic method**. Londres : George Allen & Unwin, 1982.
- _____. Scientific thinking without scientific method – two views of Popper. In: **New directions in economic methodology**. Ed. R. E. Backhouse. Londres : Routledge, 1994.
- BOYLAN, T. A. & O'GORMAN, P. F. **Beyond rhetoric & realism in Economics – towards a reformulation of economic methodology**. Londres : Routledge, 1995.
- BROWN, V. The economy as text. In: **New direction in economic methodology**. Ed. R. E. Backhouse, p. 368-382.
- DUPUY, J-P. Convention et common knowledge. In: **Revue Économique**, vol. 40 (2), março de 1989, p. 361-400.
- FERRARA, A. A critique of Habermas's consensus theory of truth. In: **Philosophy & Social Criticism**, vol. 13 (1), 1987, p. 39-67.
- FONSECA, E. G. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. In: **Estudos Econômicos**, vol. 26 (2), maio-agosto de 1996, p. 235-259.
- GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico - uma crítica positiva das sociologias compreensivas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

GRANGER, G. G. **Méthodologie Économique**. Paris : Presses Universitaires de France, 1955.

_____. **Formalismo y ciencias humanas**. Barcelona : Ediciones Ariel, 1965.

HABERMAS, J. What is universal pragmatics? In: **Communication and the evolution of society**. Boston : Beacon Press, 1979.

_____. **Teoría de la acción comunicativa – racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1987a.

_____. **Dialética e hermenêutica – para a crítica da hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre : L&PM Editores, 1987b.

_____. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid : Tecnos, 1988.

_____. Coping with contingencies. In: **Debating the state of philosophy**. Ed. J. Niznik e J. T. Sanders. Londres : Praeger, 1966, p. 1- 30.

HAUSMAN, D. M. & MCPHERSON, M. S. **Economic analysis and moral philosophy**. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.

HAUSMAN, D. M. Kuhn, Lakatos and the character of Economics. In: **New directions in economic methodology**. Ed. R. E. Backhouse. Londres : Routledge, 1994, p. 195-215.

KNUDSEN, C. Equilibrium, perfect rationality and the problem of self-reference in Economics. In: **Rationality, institution & economic methodology**. Ed. U. Maki, B. Gustafsson e C. Knudsen. Londres : Routledge, 1993, p. 133-170.

MÄKI, U. How to combine rhetoric and realism in the methodology of Economics. In: **Economic and Philosophy**, vol. 4, 1988, p. 89-109.

MCCARTHY, T. The critical theory of Jürgen Habermas. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1978.

MCCLOSKEY, D. N. **The rethoric of economics**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1985.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.

PALMER, R. E. **Hermenêutica**. Lisboa : Edições 70, 1986.

PERELMAN, C. e L. OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação – a nova retórica**. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

PRADO, Eleutério F. S. **A Questão da Resolução das Controvérsias em Economia**

PRADO, E. F. S. O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. In: **Estudos Econômicos**, maio-agosto de 1996a, p. 201-234.

_____. O caráter monológico da racionalidade neoclássica. In: **Estudos Econômicos**, número especial de 1996b, a sair.

_____. **Economia como ciência**. São Paulo : IPE/USP, 1991.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988.

RORTY, R. **Philosophy and the mirror of nature**. New Jersey : Princeton University Press, 1979.

RUTHERFORD, M. **Institutions in Economics – the old and the new institutionalism**. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.

SAMUELSON, P. A. **Fundamentos da análise econômica**. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. New York : Oxford University Press, 1954.

DERAM OUVIDOS A CASSANDRA?

Francisco Anuatti*

INTRODUÇÃO

As atribuições do estado de bem-estar que foram consagradas ao final da Segunda Guerra e permaneceram como consensuais, isto é, sem ser seriamente contestadas até pelo menos a metade dos anos setenta, passaram por um longo processo de adaptação institucional até se consagrarem em um padrão de intervenção aceito. Essa mudança de atitude é muitas vezes associada à revolução keynesiana, pois os elementos teóricos desenvolvidos na *Teoria Geral* permitiram a articulação de uma nova doutrina¹ que dava coerência a um conjunto de medidas e regras práticas de condução da política econômica. Esse conjunto de regras práticas e simplificadas, que recebeu muitos rótulos – “finanças funcionais”, “keynesianismo hidráulico” ou “keynesianismo

* Professor da FEA/USP - Campus Ribeirão Preto.

¹ A noção de doutrina utilizada na análise a seguir segue aquela detalhada em Furrer & Supple (1990, p.13): “É o tipo de conhecimento econômico a que toda pessoa é primeiramente exposta, e a maior parte, incluindo economistas e burocratas, mantêm durante toda a vida ao largo e subjacente às formas de conhecimento econômico mais sofisticadas.”

operacional”² – sempre esteve associado a críticas feitas ao keynesianismo, exatamente pela simplicidade do conjunto de regras e pelo mecanicismo na condução da política econômica. Ocorre que mesmo a versão simplificada pode ser vista como uma consequência desejada pelo próprio Keynes, pois de fato estavam associadas a uma nova forma de encarar o problema econômico, quando comparado com a forma de ver anterior dos economistas e homens práticos³.

A “Revolução Keynesiana” é também tratada na literatura como um processo de difusão da inovação teórica contida na *Teoria Geral*, atribuindo-se a incorporação das idéias keynesianas à prática da política econômica como resultado do ensino da teoria econômica. Contudo, uma corrente de pesquisadores da história da política econômica na Inglaterra têm verificado, ao analisar os processos decisórios de medidas práticas, que as inovações na política econômica teriam se

² “The operational Keynesianism, the Keynesianism that is written about in political weeklies as opposed to academic journals, consists of a small set of prescriptions about the role the state should play in the economy. To the extent that this Keynesianism-in-practice can be condensed into one sentence, it suggests that the state should manipulate taxation and public spending to regulate demand and thereby stabilize fluctuations in the trade cycle.” (Winkler, 1977, p.78-9) Ou: “Keynes convinced the economists of Our Age that the government could manipulate the economy to control total demand - both current consumption and future investment. This was in fact what the government had done during the war”. (Annan, 1990, p.293).

³ O alto grau de valorização atribuído por Keynes à *Teoria Geral*, como artefato intelectual capaz de influenciar a prática, mesmo que indiretamente se encontra explícito numa carta a Bernard Shaw escrita em 1º de janeiro de 1935: “Para entender meu estado-de espírito, entretanto, você deve saber que acredito estar escrevendo um livro sobre teoria econômica que irá em grande parte revolucionar – não de uma só vez, suponho, mas no curso dos próximos dez anos – o modo que o mundo pensa sobre os problemas econômicos. Quando minha teoria tiver sido devidamente assimilada e combinada com política e sentimentos e paixões, não posso prever qual será o resultado final nos seus efeitos sobre a ação e os problemas, mas haverá uma grande mudança. ... não posso esperar que você ou qualquer outro acredite. Mas eu mesmo não tenho apenas esperança no que digo, em minha mente estou certo disso.” (C.W. XXIX, p.492-3). (Grifo meu).

iniciado antes das inovações teóricas apresentadas na *Teoria Geral*. Entre os trabalhos que ilustram essa corrente de pesquisas pode-se destacar Howson e Winch (1977), Booth e Coats (1980), Peden (1983), Booth (1986), Middleton (1982 e 1987), Clarke (1988 e 1990), entre outros. À luz dessas contribuições soa ingênua a interpretação que entende a *Teoria Geral* como a ferramenta intelectual que teria permitido ampliar as possibilidades de intervenção no plano prático, já que as mudanças de política econômica por ela professada estariam correndo antes do desenvolvimento da própria teoria.

Argumentou-se em Anuatti (1994), sem negar o caráter original e inovador das contribuições teóricas nela contidas, que o impacto da *Teoria Geral* na história da Economia deve-se a ela ter sido intencionalmente construída para instaurar uma nova doutrina econômica, um instrumento de persuasão racional que buscava antes a mudança de visão dos problemas econômicos que a mudança de políticas econômicas. Este trabalho destaca a sucessão de eventos econômicos que levou a burocracia inglesa a inovar de maneira pragmática a política econômica, mesmo que em desacordo com as máximas prescritas pela doutrina clássica. Foi explorando as incoerências entre as crenças professadas pela burocracia na doutrina clássica e as medidas efetivamente adotadas que Keynes constatou a necessidade de uma doutrina alternativa.

Para avaliar o papel de Keynes como “empreendedor intelectual”⁴, a primeira seção deste trabalho busca traçar um panorama do comportamento das principais variáveis macroeconômicas do período que vai de 1925 até o início da Segunda Guerra, servindo de guia dos acontecimentos econômicos que marcaram o período. Constata-se que dois regimes de política econômica caracterizam o período: no primeiro seguem-se as máximas da doutrina clássica –

⁴ A expressão em inglês *intellectual entrepreneurs* é empregada por North (1981, p.51) para designar os intelectuais que procuram sistematizar visões divergentes do mundo.

Orçamento Equilibrado e Padrão Ouro – e no segundo abandona-se o Padrão Ouro. A segunda seção aborda como o padrão-ouro e do equilíbrio orçamentário se constituíram regras institucionais e como essas instituições teriam sido colocadas em xeque após o término da Primeira Guerra. A terceira seção trata da construção do regime monetário alternativo e do abandono definitivo do padrão-ouro em setembro de 1931. A quarta seção avalia como o conjunto de medidas discricionárias de política monetária e as inovações na gestão fiscal adotadas a partir de 1932 careciam de um novo quadro geral, uma nova doutrina, que lhes desse coerência interna. Esse quadro só seria oferecido pela *Teoria Geral*.

UMA RETROSPECTIVA DO PERÍODO 1925-1939

No período que vai do final da Primeira Guerra até o início da Segunda, a Inglaterra, assim como a economia mundial, sofreu violentas transformações. Em particular foi um período em que as flutuações econômicas foram agravadas, ou pelo menos não amortecidas, pela condução da política econômica. Houve um período de rápido crescimento e inflação elevada entre 1919-20, seguidos por recessão e deflação entre 1921-24. Houve uma retomada nos anos 1925-29, com a economia mundial crescendo a taxas superiores à da Inglaterra. O crescimento lento é em parte explicado porque ao retornar ao padrão-ouro em 1925 decidiu-se por manter a taxa de conversão entre ouro e libra na paridade existente antes do início da Primeira Guerra.

Ao final de 1929 a queda da Bolsa de Nova Iorque inaugura a “grande depressão”, que se fez sentir de forma mais aguda na Inglaterra no ano de 1931, quando o PIB teve uma queda superior a 5% e o desemprego foi superior a 20% entre os empregados cobertos por seguro-desemprego (tabela 1). Em setembro de 1931, devido a uma forte perda de reservas metálicas, a Inglaterra se viu obrigada a abandonar a convertibilidade da libra.

TABELA 1 - PIB, PRODUÇÃO INDUSTRIAL, PREÇOS, SALÁRIOS E DESEMPREGO NO REINO UNIDO - 1925-38

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (1913=100)	ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA (1914=100)	ÍNDICE DE SALÁRIOS SEMANAIS (1913=100)	DESEMPREGO ENTRE TRABALHADORES SEGURADOS (%)
1925	4,74	112,7	176	181	11,3
1926	-4,84	106,6	172	181	12,5
1927	6,52	122,8	168	179	9,7
1928	1,69	119,5	166	177	10,8
1929	2,30	125,5	164	176	10,4
1930	-0,12	120,1	158	175	16,0
1931	-5,35	112,3	148	173	21,3
1932	0,29	111,9	144	170	22,1
1933	1,12	119,3	140	168	19,9
1934	6,32	131,2	141	168	16,7
1935	3,61	141,2	143	170	15,5
1936	3,02	153,9	147	173	13,1
1937	4,08	163,1	154	180	10,8
1938	2,89	158,7	156	185	13,5

FONTE: Howson (1975, p.60 e 117)

Em 1932 se inicia lentamente a retomada do crescimento, que irá se acelerar a partir de 1934 com o crescimento dos preços nominais, movimento a que Keynes chamou de “reflação”. De 1932 em diante o nível de emprego é crescente, graças aos programas de construção de moradias populares e a partir de 1935 a um programa quinquenal de rearmamento, que elevou o emprego no ano de 1937 aos níveis anteriores à crise. A exceção no período é encontrada em 1938, ano em que findaram os principais programas de moradia⁵ e teve início uma recessão, que contudo não se aprofundou em 1939, dada a intensificação dos programas de armamento e outros preparativos para a Segunda Guerra.

⁵ Os efeitos recessivos e sobre o emprego do final dos planos de investimento em moradia já haviam sido antecipados pelo Conselho de Assessoramento Económico em 1935. Ver Howson & Winch (1977, p. 134-137).

Do ponto de vista dos instrumentos de política econômica, o período 1925-1939 pode ser dividido em dois. No primeiro domina a defesa do padrão-ouro, do livre comércio e do equilíbrio orçamentário. O segundo período caracteriza-se pela adoção de uma taxa de câmbio administrada, pela introdução de restrições ao comércio internacional, restando contudo a defesa do equilíbrio orçamentário, pelo menos como política almejada.

Na fase que vai de 1925 a 1929 o governo, que havia fixado a paridade da libra sobrevalorizada em 10% (segundo cálculos de Keynes e de outros autores), consegue administrar com relativo sucesso as pressões contra o livre comércio, na expectativa de que o desemprego traria os salários nominais de volta aos níveis compatíveis com a taxa de câmbio.

Na fase subsequente, que corresponde aos anos de crise (1930 e 1931), a queda no valor das *commodities* agravou a situação da balança comercial. A manutenção de déficits comerciais dependia de um influxo constante de capitais para o país, exigindo uma taxa de juros ainda maior. Durante esse período, a conversão da dívida era o principal problema do Tesouro, em função de seu alto peso nas despesas governamentais. Mas, na busca de manter-se dentro do regime do padrão-ouro, o governo agravava ainda mais o problema do desemprego. O agravamento do desemprego acabaria por exigir uma flexibilização nos outros dois pilares do regime, pois ou se incorreria em déficits orçamentários ou se restringiria o livre comércio.⁶

Em 1932 abandona-se o padrão-ouro, havendo nessa fase, que vai até o início da Segunda Guerra, uma gradual aceitação das novas funções do governo como regulador do valor da moeda e do nível de atividade econômica. Alteram-se também as responsabilidades na condução das políticas monetária e fiscal, refletindo uma mudança de prioridades. O Tesouro assume a condução da política monetária,

⁶ Clarke (1988) trata da posição do Tesouro Britânico quanto a livre comércio e gastos públicos no período em dois capítulos de título sugestivo "*Rigid Prices*" e "*Flexible Doctrines*".

voltada à redução do custo da dívida, e assume uma política de combate ao desemprego, fixando uma baixa taxa de juros de longo prazo.

Nota-se que o período é marcado por dois regimes de política econômica, no primeiro vigoram os princípios do padrão-ouro, orçamento equilibrado e livre comércio, no segundo abandona-se o padrão-ouro e coloca-se em dúvida os outros dois princípios. Porém, a principal mudança de um regime para outro seria encontrada na postura que os tomadores de decisão assumiram no enfrentamento dos problemas econômicos da Grã-Bretanha. As próximas duas seções procuram caracterizar essas posturas.

AS DUAS REGRAS DE OURO: ORÇAMENTO EQUILIBRADO E O PADRÃO-OURO

Até 1932 definir a política monetária era atribuição conjunta de dois órgãos, o Banco da Inglaterra⁷ e o Tesouro Britânico⁸. A política fiscal era de responsabilidade exclusiva do Tesouro. Para Clarke (1988) esses dois órgãos imaginavam-se os guardiães das finanças sadias e dotados de retidão moral e racionalidade econômica superior aos demais departamentos do governo. Elevavam a defesa do orçamento equilibrado, do padrão-ouro e do livre comércio a uma questão de princípio, devendo ser: “tornadas como ‘à prova de truques’, isto é,

⁷ O Banco da Inglaterra, mesmo sendo reconhecida autoridade monetária com capacidade de fixar a taxa de redesconto, ou taxa bancária e o volume de liquidez e crédito, era um órgão privado e independente até 1946, quando foi nacionalizado e o Presidente do Banco subordinado ao Ministro da Fazenda ; ver Sampson (1962, p.366).

⁸ O papel do Tesouro como controlador dos outros departamentos é fruto das reformas administrativas do final do século XIX. Mesmo assim, o grupo de tomadores de decisão dentro deste órgão era bastante reduzido. Quando Keynes é convocado ao Tesouro em janeiro de 1915 existiam apenas quinze membros efetivos, todos eles primeiros colocados no concurso para o serviço público (Sampson, 1962, p.271).

posta a salvo da intromissão de políticos oportunistas e tentativas míopes de arrebatar benefícios ilusórios. Para manter as finanças sadias deve-se adotar uma visão de longo prazo e dar tempo para que o mecanismo mercado se ajuste.” (Clarke, 1988, p.27)

Essa atitude era de fato um fator de garantia da coerência do comportamento das autoridades diante dos problemas econômicos. Veja-se primeiro como essa atitude teria sido formada no que concerne à política fiscal.

A Constituição Fiscal Britânica

Conforme a interpretação proposta em Buchanan, Burton & Wagner (1978), e Buchanan & Wagner (1987), constituição fiscal seriam as regras institucionais aceitas por todos os participantes do jogo político⁹. As convenções fiscais na Inglaterra foram sendo criadas, desde o final do século XVIII, como mecanismos de controle do comportamento dos tomadores de decisão. Embora não existisse uma política fiscal no sentido moderno, havia a clareza muito grande quanto aos objetivos: os impostos deveriam ser mantidos o mais baixo possível para não perturbar os negócios; impostos que incidissem sobre os preços dos produtos deveriam ser evitados, inclusive os impostos sobre importação favorecendo o livre comércio¹⁰. O processo de elaboração orçamentária era regulado por convenções que foram sendo aperfeiçoadas ao longo de séculos de experiência política. Burton (1978) resume o conjunto de regras tácitas e explícitas em vigor até os anos 30 em sete regras que são apresentadas, a seguir, em ordem cronológica de aparecimento:

⁹ Assumem-se como equivalentes os conceitos de regras constitucionais no sentido de Buchanan e instituições no sentido de North.

¹⁰ Hicks (1954, p.142-44).

- 1) Somente o governo pode propor impostos e gastos. Todos os membros do Parlamento podem propor medidas sobre qualquer assunto, exceto sobre finanças do erário.¹¹
- 2) Aprovar o gasto de dinheiro público e a criação de impostos é prerrogativa do Parlamento como um todo, não da Coroa ou do Governo.
- 3) Ato parlamentar de 1911 esclarece convenção implícita desde 1671, de que a prerrogativa de aprovação do orçamento é de fato da Câmara dos Comuns e não da Casa dos Lordes.
- 4) Todas as doações de fundos públicos e toda aprovação de novos impostos devem ser aprovadas por voto majoritário na Câmara dos Comuns.
- 5) O plano de gastos do governo para o próximo ano fiscal deve ser apresentado para debate na Câmara na forma de Proposta Orçamentária todo o mês de Abril (Convenção estabelecida em 1861). Já as estimativas e propostas de arrecadação tributária deveriam ser discutidas e aprovadas até o mês de Julho.
- 6) Nenhum fundo público para cobrir os planos de gasto do governo, como anunciado na Proposta Orçamentária, está assegurado antes de debate público prévio, com o correspondente fornecimento dos dados em que foram baseadas as estimativas. Esta regra visa esclarecer sobre quem recai o ônus dos gastos antes da sua aprovação definitiva, permitindo o debate de todas as moções antes de aprovar as estimativas do governo.

¹¹ "This House will receive no petition for any sum relating to public service or proceed upon any motion for a grant... unless recommended from the Crown" - Standing Order n° 82 da Câmara dos Comuns. Burton (1978, p.40)

- 7) Convenção do Orçamento Equilibrado: O Governo deveria cobrir todos os gastos planejados através de impostos e outros tributos, e quando possível promover um superávit para amortização da dívida pública. Segundo Bagehot, financiar os gastos do governo através de empréstimos era admissível em períodos de guerra, mas em tempos de paz era “vergonhoso”.

A convenção número 5 permite discutir primeiro o plano de gastos para depois definir como arrecadar recursos para custeá-los, criando um viés pró aumentos de gastos. Como reação a essa tendência surgiu a necessidade da convenção 6, que requer o esclarecimento de sobre quem recairia o ônus dos mesmos. Burton (1978) associa o aparecimento da regra 7 como uma reação ao crescimento da luta competitiva entre os partidos Liberal e Conservador, que governavam com a maioria da Câmara dos Comuns, fazendo com que suas propostas fossem facilmente aprovadas, tornando ineficazes as barreiras de publicidade associadas às regras 4 a 6.

A função crucial da regra (7) foi então a de manter a linha de defesa contra o viés implícito de déficits orçamentários. Sem essa regra fiscal constitucional, a Grã-Bretanha do século XIX teria experimentado precisamente as mesmas tendências e padrões que teve no período pós-guerra - um regime de déficits fiscais persistentes e um nível sempre crescente de gasto do governo. (p.41)

Ao mesmo tempo que se consolidava politicamente, o regime de orçamento equilibrado era burocraticamente aperfeiçoado com desenvolvimento de um sistema contábil que permitia ao Tesouro ter uma avaliação mensal da execução orçamentária em todos os departamentos do governo.¹²

No período 1925-29, que correspondente à gestão de Winston Churchill como Chanceler do Erário, o princípio do orçamento equilibrado mantém-se inquestionável entre os funcionários do

¹² Hicks (1954, p.149-151).

Tesouro. Isto é, pelo menos como doutrina¹³ não se questionava a importância do orçamento equilibrado. Na prática, como Hicks (1954) chama a atenção, havia uma tendência do político Churchill evitar cobrir um déficit temporário através de aumento de impostos, “demonstrando uma inigualada engenhosidade para produzir um orçamento equilibrado a partir de um déficit razoavelmente reconhecido” (p.151). As “técnicas” empregadas consistiam de expedientes como deixar fora certos itens do orçamento, por exemplo os gastos com seguro social, até contabilizar receitas futuras entre departamentos do governo.¹⁴ Comparando os dados da tabela 1 com os da tabela 2, observa-se que os anos de maior desemprego e queda do produto foram de fato acompanhados de aumento nos gastos e pequeno déficit orçamentário.

Tais técnicas de manipulação contábil, que foram chamadas de *window dressing*, teriam sido empregadas em função de uma aderência sincera, no plano das crenças, ao princípio do orçamento equilibrado, mas diante de eventos que fugiriam à capacidade de controle, a burocracia lançou mão de um expediente como um mal menor, para evitar abalar o estado de confiança da sociedade no governo. Governantes e a burocracia estariam cientes de que o uso sistemático da “ilusão fiscal” teria como efeito colateral uma crescente indisciplina orçamentária. É importante notar que, pelo menos por parte da burocracia do Tesouro, uma interpretação mais cínica de falsa aderência ao princípio do orçamento

¹³ Uma boa parte da doutrina ortodoxa do Tesouro foi explicitada por Hawtrey em 1928 a pedido de Churchill. Foi uma resposta às propostas de obras públicas para combater o desemprego defendidas pelo Partido Liberal, no panfleto de Lloyd George “We can Conquer Unemployment”. Ver Clarke (1988, p.47-69).

¹⁴ Para uma análise dos efeitos dessas nos orçamentos do Reino Unido na década de 30, veja-se Middleton (1982, p.57-59).

equilibrado em benefício de maior liberdade gerencial, sem a devida prestação de contas à sociedade, não se sustentaria à luz das evidências.

Essa interpretação pode ser confirmada pela reação dos funcionários do Tesouro à proposta orçamentária do ano fiscal de 1930, sob o segundo governo Trabalhista. A proposta orçamentária foi apresentada contendo um déficit fiscal planejado, o primeiro em tempos de paz, no financiamento do seguro-social. O crescimento do desemprego da faixa dos 10% para 20% e a queda na produção levou o gabinete a acreditar que um aumento de impostos seria inviável. As reações contrárias por parte dos funcionários do Tesouro à proposta do gabinete dava maior ênfase aos efeitos de longo prazo sobre a confiança dos emprestadores, do que a supostos efeitos inflacionários de curto prazo.¹⁵ As pressões para se equilibrar o orçamento levaram o governo a um aumento de impostos e a corte nas despesas com funcionários públicos e pensionistas no ano seguinte.¹⁶ Na tabela 2 vê-se que o resultado desses ajustes foi um superávit fiscal em 1932.

¹⁵ Middleton (1982, p.56) defende que a identificação de posição do Tesouro como um monetarismo simplista é equivocada. Para dar suporte a seu argumento ele traz o seguinte memorando de Philips, então subsecretário do Tesouro: "In the case of financially strong country the process from Budget deficits to inflation is a long drawn out agony which may drag on for years. So long as the Government can borrow from the public to cover the deficit there is no inflation. The cost of borrowing will rise which makes the Budget position worse but the crash will only come, if it does come, at long last when the public is completely discouraged and will lend the Government no more money. Till that moment arrives there will be no inflation."

¹⁶ Os esforços do Governo para produzir um orçamento equilibrado, a despeito das críticas vindas de setores do próprio Partido Trabalhista, de Lloyd George e de Keynes, estão descritos em Howson & Winch (1977, p.85-95).

TABELA 2 - DADOS SOBRE O REGIME FISCAL NO REINO UNIDO 1925-38

ANO	GASTOS DO GOVERNO COMO % DO PIB	SERVIÇO DA DÍVIDA COMO % DOS GASTOS	TAXA DE VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA EM %	DÉFICIT (-) OU SUPERÁVIT (+) ORÇAMENTÁRIO COMO % DOS GASTOS
1925	9,37	39,42	-0,54	2,52
1926	10,00	40,00	0,34	-0,97
1927	9,47	38,40	0,25	6,59
1928	9,42	38,80	-0,21	6,59
1929	9,39	37,71	-0,44	3,10
1930	9,64	34,47	-0,58	-1,13
1931	10,40	31,24	-0,07	-3,53
1932	10,37	31,49	0,78	2,93
1933	10,36	29,07	2,36	5,38
1934	9,94	27,29	4,14	6,04
1935	10,23	26,18	-4,55	2,65
1936	10,83	24,58	3,17	1,54
1937	11,59	23,05	-3,82	-0,20
1938	13,44	20,26	2,98	-9,51

FONTE: Elaborado a partir de Howson (1975), p. 155, 157 e 161

Automatismo da Política Monetária sob o Padrão-Ouro

Com o retorno ao padrão-ouro, as atribuições do Banco da Inglaterra concentravam-se na garantia de convertibilidade, sendo a taxa de juros bancária fixada com vistas à regulação do mercado interno um objetivo secundário. Conforme declarou Ernest Harvey, diretor do Banco, em depoimento ao Comitê Macmillan: “A política do Banco tem sido ... manter uma posição de crédito que proveja segurança razoável à convertibilidade do meio circulante em ouro sob qualquer circunstância, e, dentro dos limites impostos por esse objetivo, ajustar o preço e o volume de crédito aos requisitos da indústria e do comércio.” (em Howson, 1975, p.36)

Durante esse período, os movimentos da taxa de juros bancária acompanhavam de perto a política de juros da Reserva Federal Americana, pois qualquer disparidade representava uma fuga de ouro. Tal rigidez na administração da taxa de juros colocava dificuldades ao financiamento da dívida pelo Tesouro britânico, que enfrentava custos crescentes na rolagem de Letras do Tesouro (tabela 3). Essa dificuldades de rolagem da dívida teriam levado Churchill, como Chanceler do Ensino, a questionar a autonomia do Banco na decisão da taxa bancária.¹⁷

TABELA 3 - TAXAS DE JUROS - MÉDIAS ANUAIS DE ALGUNS TÍTULOS⁽¹⁾

ANO	TAXA BANCÁRIA	LETRAS DO TESOURO	CONSOLS 2,5% (PERPETUIDADE)
1925	4.55	4.09	4.44
1926	5.0	4.51	4.55
1927	4.65	4.25	4.56
1928	4.5	4.15	4.47
1929	5.5	5.27	4.60
1930	3.41	2.48	4.48
1931	3.97	3.59	4.39
1932	3.01	1.49	3.74
1933	2.0	0.59	3.39
1934	2.0	0.73	3.10
1935	2.0	0.55	2.89
1936	2.0	0.58	2.94
1937	2.0	0.56	3.28
1938	2.0	0.61	3.28

FONTE: Howson (1974), p.50, 104 e 161

(1) Para uma apreciação didática dos títulos transacionados no mercado de capitais britânico no período em questão, ver Silva (1991), capítulo 4.

¹⁷ Churchill instalou investigação reunindo antigos diretores do Banco e do Tesouro e outros especialistas. A conclusão foi pela independência do Banco na função da taxa de juros. Ver Howson (1974, p.35).

Outro aspecto da condução da política monetária sob regime monetário do padrão-ouro era o viés altista na taxa de juros. Enquanto um movimento de perdas de reserva encontrava reação automática do Banco no aumento na taxa de juros, uma queda nas taxas de juros internacionais, que favoreceria o influxo de ouro e a redução na taxa doméstica, era adiada por meses ou mesmo sequer ocorria. O acúmulo de reservas permitiria a manutenção de uma taxa de juros acima da taxa de equilíbrio por meses a fio, criando uma tendência deflacionária. Contudo, a intencionalidade de uma política deflacionária por parte do Banco era negada por Harvey no mesmo depoimento antes mencionado.¹⁸

Foi neste cenário que a queda da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929 marcou o início da Grande Depressão. Toma-se esse evento apenas como um marco, pois a crise seria caracterizada pela confluência de três fenômenos econômicos de natureza distinta: a queda nos preços das *commodities* devido à superprodução; a onda de investimentos especulativos em Wall Street; e a instabilidade do sistema monetário surgido após a Primeira Guerra, tendo os EUA como grande credor líquido internacional.¹⁹

A tendência de queda nos preços das mercadorias primárias teve duas conseqüências para a economia britânica: por um lado, a diminuição da demanda por suas exportações e, por outro, um aumento na competição por empréstimos no mercado financeiro americano. Como pode ser visto na tabela 4 há uma rápida deterioração do saldo comercial de 1928 a 1931; nesse período as exportações tiveram uma queda da ordem

¹⁸ "I know of no such policy and I think it is sometimes forgotten that whatever policy the Bank might adopt, they are without the power to enforce it, except to a definitely limited extent, now that we are working again under a gold standard." (Howson, 1975, p.36)

¹⁹ Essa instabilidade teria sido agravada com a especulação em Wall Street que levou a uma forte redução de crédito ao exterior a partir da metade de 1928. Ver Howson (1975, p.64-65).

de 30%, redução bem maior que a ocorrida nas importações beneficiadas pelos menores preços das commodities. Tal queda nas exportações foi importante fator de crescimento do desemprego.²⁰

TABELA 4 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL E GRAU DE ABERTURA NO REINO UNIDO - 1925-38

ANO	SALDO COMERCIAL COMO % DO PIB	GRAU DE ABERTURA (X+M/PIB)
1925	0,6	40,72
1926	-2,0	36,34
1927	0,0	41,70
1928	0,9	40,50
1929	0,5	41,19
1930	-2,0	38,07
1931	-6,7	37,23
1932	-4,6	34,43
1933	-4,4	34,26
1934	-4,4	33,43
1935	-3,5	34,90
1936	-4,1	33,87
1937	-4,3	33,88
1938	-4,4	31,55

FONTE : Elaborada a partir de Howson (1975, p.157)

A primeira reação do Banco da Inglaterra com a crise de Nova Iorque foi de alívio, podendo seguir a queda na taxa de juros no mercado americano. Houve uma redução na taxa bancária de 6,5% para 3% nos sete meses seguintes (até maio de 1930). Porém, na tentativa de manter o padrão-ouro, a taxa de desconto permaneceu nesse patamar por mais de um ano (até maio de 1931), sem seguir demais reduções do mercado internacional, aprofundando os efeitos da crise.

Em maio de 1931 o Banco da Inglaterra segue o Banco da Reserva Federal americano reduzindo a taxa de desconto a 2,5%, mas

²⁰ O desemprego nas áreas ligadas a indústrias exportadoras esteve acima da média dos demais setores. Em particular algumas indústrias, como ferro e aço, e tecelagem, enfrentavam uma perda de eficiência produtiva que tornou viável programas de “racionalização” da produção. Ver Robinson (1931).

com a falência do Credit-Anstalt da Áustria e uma percepção de insolvência se generalizando, há uma interrupção dos negócios no mercado internacional de capitais. A crise de confiança era tão profunda que os principais bancos centrais (EUA, França e Inglaterra) nada puderam fazer para socorrer a Alemanha. Como Londres era um dos principais credores da Áustria e Alemanha, a crise de confiança se alastrou até a *City*. Em apenas duas semanas o Banco da Inglaterra perdeu grandes somas de ouro, reagindo com a elevação da taxa de juros de volta a um patamar de 4,5% e obtendo um grande empréstimo de liquidez dos Bancos Centrais da França e dos EUA.

A crise de reservas somada ao orçamento deficitário apresentado pelo governo Trabalhista em abril trazia consigo ao mesmo tempo o temor de inflação e abalava o estado de confiança, isso mesmo depois de refeito o orçamento e eliminado o déficit. Como a política de juros não foi capaz de reverter as expectativas e a crise de confiança, o governo decide abandonar a conversibilidade da libra em setembro de 1931. Tal decisão dá início a um novo regime de políticas econômicas.

O REGIME PRÉ-KEYNESIANO: 1932-39

A ruptura do padrão-ouro não mais se apresentava como uma situação de exceção e transitória, como havia sido a experiência da Primeira Guerra, caberia aos funcionários do Tesouro desenhar um sistema alternativo e permanente de gerenciamento de uma libra de valor administrado. Agora o governo britânico, sem a expectativa de retornar ao padrão-ouro, estava aberto às propostas de reforma monetária que Keynes²¹ vinha defendendo desde o *Tract on Monetary Reform*. As principais medidas adotadas então pelo Tesouro foram:

²¹ Ver Apêndice 4 em Howson (1975, p.173-9) e Hicks (1954, p.212).

tabelamento da taxa bancária a 2,5% a.a.; criação de uma Conta de Equalização de Câmbio; embargo aos empréstimos ao exterior.

Em contraste com o automatismo do regime monetário sob o padrão-ouro, esse novo regime dá maior espaço discricionário ao Tesouro, permitindo a fixação de metas muito mais amplas. Howson (1975, p.142) chama atenção para o fato de “logo no início de 1932 os funcionários do Tesouro declararam explicitamente as metas de política monetária e os objetivos a serem atingidos até 1935”, assim foram definidos três objetivos: a) elevar os preços aos níveis de 1929, na hipótese de que os salários se mantenham nos níveis de 1924²², de modo a aumentar os lucros, o produto e o emprego; b) reduzir o desemprego ao nível de 1927, na hipótese de que as exportações não irão se recuperar aos níveis anteriores à depressão; c) conter o declínio das exportações.

Para realizar esses objetivos foram definidos os métodos: uma política monetária de “dinheiro barato”, subvalorização do câmbio e orçamentos equilibrados. Embora equilibrados, os orçamentos deveriam permitir a contratação de obras pelas autoridades públicas de vários níveis, principalmente aquelas das áreas mais afetadas pela depressão, sem afetar contudo a confiança nas autoridades centrais.²³

Com essas medidas o Tesouro passava a ser agora a principal autoridade responsável pela política monetária, usando também o mecanismo não explícito de oferta de títulos e compra intradepartamentos do governo para reestruturar o perfil do endividamento e a estrutura a termo da taxa de juros.

²² O nível de salários de 1925 era superior ao de 1931 (ver tabela 1), entendendo-se que alguma inflação em salários era de se esperar.

²³ Note-se que esse regime pode ser distinguido daquele que chamamos de “keynesianismo operacional”, pois o valor do orçamento equilibrado ainda não é questionado na prática. Para um exemplo da pouca importância da idéia de orçamento equilibrado na Grã-Bretanha do Pós-Segunda Guerra basta olhar a tabela 5, a seguir.

Nota-se pela tabela 2 que na condução da política fiscal foi de fato mantida uma tendência de orçamentos levemente superavitários, a exceção ficando com o orçamento de 1938. Neste ano o déficit pode ser visto como uma reação planejada à recessão prevista para aquele ano por vários economistas.²⁴ O fato surpreendente é que, ao contrário do orçamento deficitário de 1930, este foi apresentado com um déficit endossado pelo Tesouro.²⁵

Mas os superávits orçamentários escondem a mudança fundamental na condução dos negócios do governo que caracteriza o novo regime. Na mesma tabela 2 é possível observar que o montante da dívida passou a variar em intervalos bem mais amplos. Enquanto no regime anterior as variações anuais eram menores que a unidade, no regime pré-keynesiano as variações passam a ser da ordem de 3 a 4%. Ao mesmo tempo tem-se uma queda na participação do serviço da dívida nos gastos do governo da faixa dos 30% para os 20% em 1938. Esses números demonstram a maior flexibilidade na colocação de títulos do Tesouro adquirida principalmente com o expediente administrativo de aumentar o carregamento de títulos entre os diversos outros departamentos do governo,²⁶ mas com conseqüências também na sustentação da taxa de juros de mercado.

²⁴ Howson & Winch (1977, p.134) mostram que o Comitê de Assessoramento Econômico havia previsto uma recessão para 1937 ou 1938.

²⁵ Clarke (1988, p.318-9) avalia em que medida esse aval do Tesouro representava uma adesão às idéias de Keynes.

²⁶ Howson (1975, p.160-66) apresenta algumas estimativas de como eram carregados títulos do Tesouro por outros departamentos. Por exemplo, no período 1925-1931, em média 80% das Letras do Tesouro estavam em mãos do setor privado. Já no período 1932-36 esta média caiu para 66%. O departamento criado para administrar a liquidez e paridade da Libra frente a outras divisas foi particularmente importante nessa diferença. Ver também Hicks (1954, p.208-12)

DERAM OUVIDOS A CASSANDRA? O PAPEL DE KEYNES NA CONSTRUÇÃO DO NOVO REGIME

No imediato pós-Primeira Guerra, as preocupações e esforços persuasivos de Keynes estiveram voltados, em primeiro lugar, para as reparações de guerra²⁷ e depois para a proposta de um sistema monetário alternativo ao padrão-ouro. Em seu *A Tract on Monetary Reform* (1923), traz o marco teórico sobre o qual foram consubstanciadas as suas propostas práticas durante a primeira metade dos anos 20. Já na segunda metade da década Keynes aprofundaria a questão realizando seu trabalho acadêmico mais completo, *A Treatise on Money*, onde o estudo das variações no nível geral de preços e da atividade econômica é ampliado.²⁸ Após ter empregado amplamente as teorias expostas nesse livro, tanto para explicar os eventos do período como para defender a adoção de medidas para combater a depressão, Keynes constatou a necessidade de uma nova teoria capaz de comandar consenso entre os economistas; desse esforço de criação intelectual e persuasão racional nasceu a *Teoria Geral*.

Enquanto pode-se dizer que houve um progresso ou evolução radical das idéias de Keynes no plano teórico entre o *Tract* e a *Teoria Geral* o mesmo não pode ser dito quando se avaliam as idéias no plano das políticas econômicas específicas. Nenhuma grande modificação pode ser encontrada quando são avaliadas as propostas que Keynes advogava desde o início dos anos 20 até o início da Segunda Guerra.

A principal diferença surge não de uma mudança nas propostas em si mas no fato de que à luz dos referenciais teóricos dos dois primeiros livros as medidas apareciam como paliativos ou

²⁷ Nos dois livros *The Economic Consequences of the Peace* (1919) e *A Revision of the Treaty* (1922).

²⁸ Alguns dos pressupostos marshallianos, como a neutralidade da moeda a longo prazo e de que os efeitos das perturbações monetárias efetuavam-se antes através das mudanças de preços, são mantidos nessa obra, conforme Moggridge (1980, p.60-61).

estratagemas²⁹. Já no contexto da *Teoria Geral* tais medidas ganhariam corpo como ações coerentes e integradas por três elementos teóricos: o Princípio da Demanda Efetiva, a Teoria da Preferência pela Liquidez e o Mecanismo Multiplicador do Investimento.

Mas essa nova doutrina sendo resultante de um movimento intelectual que começa em 1926 coincide com o início do *Treatise on Money*, quando teria ficado claro para Keynes que, embora inviável a longo prazo, a volta ao padrão-ouro seria inevitável. Assim, tanto no *Tract* como no *Treatise*, a crença de Keynes na capacidade da política monetária promover a estabilização dos preços continua firme, mas com uma mudança de ênfase. Ao invés da taxa de juros de curto prazo a principal peça da política de estabilização seria a taxa de longo prazo. Isto porque os investimentos eram relativamente insensíveis a variações da taxa de curto prazo.³⁰

Quanto ao combate ao desemprego, o efeito estabilizador que uma gestão adequada da política monetária, com uma redução na taxa de juros de longo prazo, não estaria garantido pois a paridade inadequada da Libra manteria os níveis de salário nominais acima dos níveis eficientes de competitividade internacional. Nesse caso a redução da taxa de juros de longo prazo teria como principal consequência o aumento dos empréstimos ao exterior, e só secundariamente poderia servir de incentivo ao investimento.³¹ Caberiam então, como medidas

²⁹ “We have a magneto trouble. How, then can we start up again?” (C.W.IX, p.129)... “It is appropriate to the case that the remedy should be find in something which can fairly be called a device. Yet there are many who are suspicious of devices, and instinctively doubt their efficacy” (C.W. IX, p.336)

³⁰ Esse tema é tratado na parte dois do *Treatise* (C.W. VI, caps.28-29). Importante também é o desenvolvimento das relações entre a taxa de juros de curto e longo prazo, ou estrutura a termo da taxa de juros, (C.W. VI, p 177-186 e 315-24).

³¹ É como crítica a essa política que se pode ler o último parágrafo do capítulo 12 da *Teoria Geral*: “Da minha parte sou, presentemente, algo céptico quanto ao êxito de uma política meramente monetária orientada no sentido de exercer influência sobre a taxa de juros.” (Keynes, 1982, p.135)

alternativas ou complementares, restrições aos empréstimos ao exterior, desvalorização da Libra, introdução de uma tarifa única que restaurasse a competitividade doméstica dos salários, e por último a contratação de obras públicas por parte das autoridades (governo central e locais). Restaria ainda a discussão tanto do desenho de um padrão monetário internacional, quanto da forma de introduzir e administrar um regime monetário nacional sem o automatismo do padrão-ouro.

Foi exatamente na discussão e implementação de um novo regime monetário a partir do abandono do padrão-ouro em 1932 que as propostas esboçadas no *Tract* e no *Treatise* tornaram as idéias e a própria presença de Keynes obrigatória nos círculos mais restritos dos funcionários do Tesouro Britânico.³² Mas Keynes não restringia sua atuação a estes círculos mais fechados tendo participação muito ativa na discussão de políticas de estabilização e combate à depressão convencendo da opinião pública em geral. E ainda num outro plano elaborando uma peça de convencimento da opinião dos economistas com a publicação da *Teoria Geral*.³³

Mesmo que essa crença no poder desse artefato intelectual estivesse baseada em toda sua trajetória de atuação nas várias esferas da vida britânica, como economista profissional e homem público, Keynes é cuidadoso em distinguir o processo de consolidação que ocorre ao nível das idéias do processo que conduz a atos efetivos de administração. De fato ele antecipa o processo de simplificação e adaptação a que suas idéias estariam sujeitas. E o cuidado em distinguir as idéias de suas conseqüências práticas é demonstrado em outra carta, desta vez endereçada a Fritz Machlup em 1944:

³² Howson (1975, p.84 e Apêndice 4), e Howson & Winch (1977, p.100-105)

³³ A participação direta de Keynes na implementação de medidas práticas só irá ocorrer durante a Segunda Guerra, quando ele se torna conselheiro do Ministro da Fazenda. Ver Harrod (1951, p. 497-8).

Functional Finance is an idea and not a policy; part of one's apparatus of thought, but not, except highly diluted under a considerable clothing of qualification, an apparatus of action. Economists have to try to be very careful, I think, to distinguish the two. (Keynes Papers, King's College, Cambridge).

O processo de assimilação do Keynesianismo pela máquina gerencial pode ser visto como um processo de descaracterização teórica. Booth (1986) demarca a existência de três etapas nesse processo. A primeira etapa teria sido marcada pelos debates que se seguiram à publicação da *Teoria Geral*, procurando-se detalhar as implicações práticas da inovação teórica. Nesta fase uma visão relativamente ampla das políticas necessárias para tornar efetiva a administração da demanda foi mantida. Na segunda etapa, associada ao “Hopkins Committee” de 1943, ocorre uma simplificação em relação à fase de discussões anteriores, no processo de discussão das políticas sob as condições da burocracia de Whitehall. Na terceira etapa de assimilação do Keynesianismo teriam sido criadas as estruturas para execução de políticas, com a elaboração das estatísticas e previsões da renda nacional.

A simplificação associada à segunda fase representaria concessões feitas aos burocratas, ou porque o programa Keynesiano seria muito radical para ser aceito como um todo, ou porque, mesmo se aceitando um programa radical, no processo de implementação haveriam certos obstáculos a serem contornados. Para Booth (1986) a simplificação era uma tática de conciliação com o radicalismo do programa.

Existe uma vasta literatura que discute se as medidas de política econômica que vieram ao mundo foram realmente prescrições de Keynes, pois o resultado final foi um tipo de keynesianismo simplificado. O que importa ressaltar aqui é que o sucesso do Keynesianismo como guia prático de política econômica, ou seja, como doutrina, não pode ser explicado sem esses componentes de simplificação.

O poder discricionário conquistado principalmente pelo Tesouro durante o regime pré-keynesiano seria em parte responsável pelo viés de orçamentos deficitários no pós-guerra, tais como mostrados na tabela 5.

Mais do que explicar esse viés, procurou-se colocar em perspectiva histórica as mudanças de regime fiscal e monetário como adaptações institucionais e transformações decorrentes tanto dos eventos econômicos como do processo de criação teórica. Assim, parece que a *Teoria Geral* teria desfeito a maldição de Cassandra que Keynes afirmava sofrer desde o prefácio do seu *Essays in Persuasion*, condenando-o a outra maldição, ser responsável pelo mau uso de suas idéias.

TABELA 5 - DÉFICIT PÚBLICO BRITÂNICO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA (1952-71)

ANO	GASTO PÚBLICO COMO % DO PIB	DÉFICIT (-) OU SUPERÁVIT (+) % DO GASTO
1952	46,91	-11,94
1953	46,13	-8,75
1954	42,63	-5,52
1955	41,88	-6,65
1956	41,54	-7,52
1957	41,57	-6,15
1958	41,72	-5,94
1959	41,87	-6,51
1960	41,26	-7,55
1961	42,83	-6,82
1962	43,70	-4,96
1963	43,41	-7,22
1964	43,92	-7,75
1965	45,28	-8,52
1966	46,46	-6,27
1967	50,66	-10,63
1968	51,30	-6,69
1969	49,95	2,36
1970	50,17	0,07
1971	49,96	-5,64

FONTE: Burton (1978, p.34)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNAN, N. 1990. **Our Age: Portrait of a Generation**. London : Weidenfeld and Nicolson.
- ANUATTI, F. 1994. **Persuasão Racional em Keynes: uma aplicação da abordagem retórica ao estudo das idéias econômicas**. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.
- BOOTH, A. 1986. "Simple Keynesianism and Whitehall, 1936-47", **Economy and Society**. Volume 15 (1).
- BOOTH, A. and COATS, A.W. 1980. "Some War-Time Observations on the Role of Economists in Government", **Oxford Economic Papers**. Volume 32, p.177-99.
- BUCHANAN, J., R.WAGNER, J.BURTON. 1978. "The Consequences of Lord Keynes: an analysis of the misuse of economic theory for political profiteering with proposals for constitutional disciplines." London : **Institute of Economic Affairs** : Hobart Paper 78.
- CLARKE, P.F. 1988. **The Keynesian Revolution in the Making: 1924-1936**. Oxford : Clarendon Press.
- CLARKE, P.F. 1990. "The Treasury's analytical model of the British economy between the wars." In Furner and Supple (eds.) 1990, **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**. Cambridge : Woodrow Wilson International Center for scholars and Cambridge University Press, p. 171-207.
- FURNER, M.O. & SUPPLE, B.(eds.) 1990. **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**. Cambridge : Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press.
- FURNER, M.O. & SUPPLE, B. 1990. "Ideas, institutions and state in the United States and Britain: an introduction." In Furner and Supple 1990, **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**. Cambridge : Woodrow Wilson International Center for scholars and Cambridge University Press, p.3-39.
- HALL, P.(Ed.).1989. **The Political Power of Economic Ideas**. Princeton: Princeton University Press.

HARROD, R. 1951. **The Life of John Maynard Keynes**. New York : W.W.Norton & Company.

HICKS, U. 1954. **British Public Finances: their structure and development, 1880-1952**. London : Oxford University Press. HICKS, U. 1954. **British Public Finances: their structure and development, 1880-1952**. London : Oxford University Press.

HOWSON, S. 1975. **Domestic Monetary Management in Britain 1919-1938**. Cambridge : Cambridge University Press. University of Cambridge, Department of Applied Economics; Occasional Papers - 48.

HOWSON, S. & WINCH, D. 1977. **The Economic Advisory Council: 1930-39**. Cambridge : Cambridge University Press.

KEYNES, J.M. 1923. **Tract on Monetary Reform**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume IV (1971). London : Macmillan.

KEYNES, J.M. 1930. **Treatise on Money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volumes V & VI (1971). London: Macmillan.

KEYNES, J.M. 1931. **Essays in Persuasion**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume IX (1972). London : Macmillan.

KEYNES, J.M. 1936. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume VII (1973). London : Macmillan.

KEYNES, J.M. 1979. **The General Theory and After: A Supplement**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XXIX. London : Macmillan.

KEYNES, J.M. 1981. **Activities 1922-1929: The Return to Gold and Industrial Policy -Parts I and II**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XIX. London : Macmillan.

KEYNES, J.M. 1981. **Activities 1929-1931: Rethinking Employment and Unemployment Policies**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XX. London : Macmillan.

KEYNES, J.M. 1982. **Activities 1931-1939: World Crisis and Policies in Britain and America**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XXI. London : Macmillan.

- KEYNES, J.M. 1982. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mario da Cruz e revisão técnica de Cláudio Contador. São Paulo : Atlas.
- MACMILLAN, H. 1966. **The Winds of Change, 1914-1939**. London : Macmillan.
- MIDDLETON, R. 1982. "The Treasury in the 1930s: Political and Administrative Constraints to Acceptance of the 'New' Economics", **Oxford Economic Papers**. Volume 34, p.48-77.
- MIDDLETON, R. 1987. "Treasury Policy on Unemployment". In S. Glym and A. Booth(eds.), **The Road to Full Employment**. London : Allen & Unwin, p.109-24.
- MOGGRIDGE, D. 1980. **Keynes**. 2nd edition. London : Fontana/Collins.
- MOGGRIDGE, D. 1981. **As Idéias de Keynes**. São Paulo : Cultrix.Tradução da Primeira edição de Moggridge (1980).
- MOGGRIDGE, D. & HOWSON, S. 1974. "Keynes on monetary policy, 1910-46", **Oxford Economic Papers**. Volume 26, p.226-47.
- NORTH, D.C. 1981. **Structure and Change in Economic History**. New York : W.W.Norton & Co.
- PEDEN, G.C. 1983. "The Treasury as the Central Department of Government, 1919-39", **Public Administration**. Volume 61, p.371-85.
- ROBINSON, E.A.G. 1931. **The Structure of Competitive Industry**. Cambridge Economic Handbooks. London : Nisbet & Co. Ltd.
- SAMPSON, A. 1962. **Anatomy of Britain**. SAMPSON, A. 1962. **Anatomy of Britain**. London : Hodder.
- SILVA, M. E. da. 1991. **Teoria Geral : Uma Interpretação Pós-keynesiana**. São Paulo : IPE/USP- FAPESP.
- WINKLER, 1977. "The Coming Corporatism". Em Skidelsky (ed.) 1977, **The End of Keynesian Era : Essay on the disintegration of Keynesian political economy**. London : Macmillan p.78-87.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO REGIME FISCAL NO PLANO REAL

Siegfried Bender
Armênio de Souza Rangel*

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar se o Plano Real foi capaz de introduzir modificações no regime fiscal que vigia anteriormente à sua implementação, em julho de 1994. Com esse intuito, procura-se analisar o regime fiscal vigente antes e após o Plano Real. O programa de estabilização abriu amplas possibilidades para o ajustamento das contas públicas devido à eliminação do efeito Olivera-Tanzi, à remonetização da economia e ao crescimento do produto. Esses ganhos, no entanto, parecem ter sido efêmeros. Os gastos de custeio, investimento e assistência social elevaram-se de forma significativa, produzindo déficits operacionais semelhantes aos observados antes do Plano Real. Portanto, o equilíbrio de baixa inflação alcançado parece ser precário. Esse equilíbrio assenta-se na valorização cambial e não na alteração do regime fiscal.

*Professores da FEA/USP.

INTRODUÇÃO

O Plano Real, vigente já há quase três anos e até agora bem-sucedido, alcançou uma drástica e quase instantânea redução da taxa de inflação da ordem de 45% a.m. (junho de 1994) para níveis de 1% a.m. e declinantes até o momento presente. Como sabemos, qualquer estabilização para ser sustentada precisa ser acompanhada pela alteração do regime fiscal, buscando promover o equilíbrio fiscal. Assim sendo, tendo em vista analisar as condições de sustentabilidade da estabilização introduzida pelo Real, procuraremos avaliar empiricamente neste texto as eventuais modificações (ou não) no regime fiscal efetuadas com a implementação do Plano Real. Nesse sentido, inicialmente argumentamos sobre a importância da alteração do regime fiscal para a sustentabilidade do equilíbrio de baixa inflação. A seguir, analisamos a situação fiscal antes da introdução do Plano Real, e, na seção seguinte, a situação fiscal durante a vigência do Plano, para fins de uma avaliação comparativa das alterações introduzidas pelo Real. Finalmente, são apresentadas as principais conclusões da análise desenvolvida.

ESTABILIZAÇÃO E REGIME FISCAL

A desestabilização inflacionária decorre, essencialmente, dos efeitos diretos e indiretos de dos desequilíbrios fiscais permanentes. Nesse sentido, a argumentação de que é o nível do déficit público o fator determinante da inflação, e não apenas a sua forma de financiamento, tem na análise de Sargent e Wallace (1981) um marco fundamental. Nesse texto clássico, os autores nos mostram que, num contexto intertemporal com expectativas racionais e taxa de juros maior que taxa de crescimento do produto, a existência de um nível máximo de endividamento sustentável faz com que um déficit público corrente, acima daquele viabilizado pelo crescimento da economia, tenha a consequência de gerar inflação no momento presente, mesmo que esse déficit seja integralmente financiado por dívida. A razão disso é que, mesmo não havendo aumento da oferta de moeda no momento

presente, ocorre uma redução da demanda por moeda devido à expectativa de uma inevitável inflação futura, quando a dívida atingir o seu máximo. Nessa perspectiva, portanto, o que importa na determinação da inflação é, portanto, o nível do déficit público e não a sua forma de financiamento.

Quanto à determinação do déficit público, em geral assume-se que a política fiscal – seja por decisão do governo ou por demandas da sociedade e de grupos sociais organizados – consegue impor “exogenamente” a realização de um dado nível de valor real de gastos públicos. Por outro lado, por conta de defasagem entre o fato gerador e a arrecadação efetiva, admite-se que o valor real da receita tributária decresça com a inflação. Como consequência desse efeito diferenciado da política fiscal sobre os gastos – exogenamente determinados – e receitas públicas – em parte, endogenamente determinadas –, existiria uma relação positiva entre o nível do déficit público em termos reais e o nível da taxa de inflação, também denominado de efeito Olivera-Tanzi. Portanto, para uma dada formulação da política fiscal¹, esse enfoque resulta que um maior nível de inflação estaria associado a uma maior necessidade de arrecadação de imposto inflacionário, ou seja, a um maior déficit público em termos reais.

Em segundo lugar, devido ao formato côncavo da curva de imposto inflacionário,² para uma dada política fiscal haveriam dos dois equilíbrios inflacionários – o de alta e o de baixa inflação. Portanto, esse enfoque, quando aplicado a economias cronicamente inflacionárias, levanta a questão da razão pelas quais essas economias estarem sistematicamente no equilíbrio de alta inflação. De acordo com esse tipo de análise, essas economias poderiam, em princípio, usufruir também de um equilíbrio de baixa inflação, com a mesma política fiscal.

¹ Entendida como uma dada estrutura tributária e defasagem existente (portanto, valor real da arrecadação é endógeno), conjugada com um dado valor real de gasto público exogenamente determinado.

² Resultado do fato de a demanda por moeda ser uma função exponencial inversa da taxa de inflação.

Bruno e Fischer (1990) nos mostram que, se as expectativas forem racionais, ou como em Evans e Yarrow (1981), se as expectativas se ajustarem rapidamente, então o equilíbrio de alta inflação é estável, enquanto o de baixa inflação é instável. Portanto, como a instabilidade é supostamente maior em economias inflacionárias com crônico desequilíbrio fiscal, também é compreensível que elas estejam sistematicamente em equilíbrios de alta inflação.

Para concluir, esse resultado da análise "ortodoxa" do caráter fiscal da inflação tem estado subjacente na maioria dos planos "heterodoxos" de estabilização no período recente da economia brasileira. Por circunstâncias várias e, pelo próprio fato de o equilíbrio de baixa inflação ser instável em regimes fiscais caracterizados por crônicos desequilíbrios, admite-se que a economia brasileira estaria no "lado errado" da curva de Lafer e que, portanto, poderia, em princípio, usufruir também de um equilíbrio inflacionário mais baixo.

Nesse sentido, a estratégia desses planos de estabilização "heterodoxos" consiste, através de medidas de desindexação geral, promover a instantânea passagem da economia do equilíbrio de alta para o de baixa inflação. Ademais, mediante o apoio político alcançado pela estabilização indolor, cria-se um ambiente político favorável para a alteração do regime fiscal vigente. Essa mudança fiscal, por sua vez, geraria condições de permanência sustentada da economia na nova situação de equilíbrio de baixa inflação. Ou seja, é a alteração do regime fiscal em direção ao equilíbrio fiscal sustentado que viabiliza a alteração das condições dinâmicas – associadas ao processo de formação de expectativas³ – existentes na economia. Nesse caso, a alteração

³ A redução instantânea da inflação alcançada por esses planos de estabilização, se conjugada com a mudança favorável (ou expectativa fundada de mudança) do regime fiscal gera a expectativa de permanência e sustentabilidade dessa estabilidade inicialmente obtida exclusivamente via medidas de desindexação. Nesse caso, diante dos custos existentes em reajustar expectativas, torna-se ótimo o reajuste menos rápido dessas expectativas (o que as aproxima de regras fixas de menor custo como expectativas adaptativas ou estáticas). Como resultado disso, obtém-se, pela análise de Evans e Yarrow (1981), que as novas condições de dinâmica geradas por esse reajuste mais vagaroso de expectativas torna agora estável o equilíbrio de baixa inflação.

favorável das expectativas e da dinâmica a elas associada torna agora estável o equilíbrio de baixa inflação. Portanto, nessa perspectiva levanta-se a questão sobre até que ponto houve ou não mudança no regime fiscal, ou seja, em que medida o equilíbrio de baixa inflação alcançado no Plano Real é estável ou não?

AValiação da Situação Fiscal Pré-Plano Real

O agudo desequilíbrio fiscal brasileiro tem várias origens. Uma das principais facetas resulta das complexas relações existentes entre o Tesouro e o Banco Central, com a geração de déficit quase-fiscal. Outra faceta importante provém da propriedade de instituições financeiras pelo setor público. Aqui incluem-se, de um lado, as relações entre o Tesouro e o Banco do Brasil e, de outro lado, as relações entre os governos estaduais e os bancos estaduais. Nesse último caso, construiu-se um mecanismo de transmissão de déficit e dívida estaduais para o governo federal, que fomentou uma generalizada irresponsabilidade fiscal por parte dos governos estaduais (Werlang e Fraga, 1992). Outra faceta importante provém da propriedade de empresas estatais pelas diversas instâncias do setor público. Muitas dessas empresas operam com grande ineficiência e, mediante pressão política, freqüentemente lhes é facultado agir com irresponsabilidade financeira quando promovem, por exemplo, generosas políticas salariais e de benefícios.

A inter-relação entre essas diversas fontes com a atividade tradicional do setor público forma um quadro extremamente variado e complexo de determinação da deterioração fiscal e da disfuncionalidade do setor público no Brasil. Todavia, em certa medida, o quadro da problemática fiscal vigente no setor público brasileiro pode bem ser caracterizado pelos graves desequilíbrios e disfuncionalidades constatadas no processo orçamentário da União.

Nesse particular, o desajuste fiscal estrutural explicitado no processo orçamentário foi agravado a partir da reforma constitucional de 1988 que, de um lado, resultou em aumento dos principais itens de despesa – pessoal

e encargos sociais, benefícios previdenciários e saúde – sem a correspondente ampliação da arrecadação efetiva. Por outro lado, a reforma constitucional também resultou em expansão das transferências obrigatórias a estados e municípios e nas vinculações constitucionais de despesa à receita. A participação das transferências nas receitas da União aumentou de 11,8%, em 1988, para 18,8%, em 1992. Já no caso das vinculações, basta citar, por exemplo, o aumento das despesas predeterminadas da Seguridade Social, que passaram de 34,8%, em 1988, para 48,1%, em 1992. Como decorrência, a participação das “receitas livres”⁴ da União na receita tributária reduziu-se em 40% do início dos anos 80 para algo em torno de 20% no ano de 1992. Ou seja, do total da receita tributária, o Executivo só decide hoje sobre a destinação de um quinto desses recursos (ver Proposta Orçamentária de 1994).

O aumento da rigidez das contas públicas, ou seja, a maior parcela da receita tributária constitucionalmente comprometida com despesas específicas e que não podem ser alteradas no processo orçamentário, promoveu graves conseqüências tanto no âmbito da elaboração do orçamento, quanto no de sua execução. Em primeiro lugar, os demais itens de despesa pública não privilegiados por vinculações de receita e que, portanto, devem disputar os parcos recursos das “receitas livres”, são igualmente tão necessários e politicamente defensáveis quanto aqueles itens privilegiados de despesa. Esse conflito, entre diferentes tipos de demandas por gasto público (vinculados e não-vinculados) e diante da postura adotada pelos participantes do processo de elaboração do orçamento (Executivo e Legislativo) de se absterem de arbitrar explicitamente esses conflitos para adequar os gastos orçados aos recursos tributários efetivamente disponíveis, resultou na aprovação de despesas orçamentárias muito

⁴ Define-se “receita livre” como sendo a receita fiscal líquida, após dedução de gastos com transferência e outras vinculações, gastos com benefícios de previdência e assistência social e gastos com pessoal e encargos.

superiores aos recursos disponíveis. O mecanismo utilizado para viabilizar esse processo foi superestimar a previsão de receita.

O “irrealismo orçamentário” pode ser constatado pelos seguintes valores de despesa orçada (excluída a rolagem da dívida pública) de 144 bilhões de dólares em 1990, 115 em 1991 e 108 em 1992, ao passo que a receita tributária efetivamente realizada ficou respectivamente em 111, 78 e 68 bilhões de dólares. A diferença entre despesa orçada e receita tributária efetivada – que aumenta de 30%, em 1990, para 60%, em 1992 – reflete a imensa disparidade entre “gasto público desejado” e a disposição da sociedade em ceder voluntariamente recursos ao governo através de impostos (ver Proposta Orçamentária de 1994).

Evidentemente, a solução dessa incompatibilidade foi parcialmente preenchida pela extração de recursos por “senhoriagem” e endividamento público. Por outro lado, parte dessas demandas por gasto público explicitadas no orçamento simplesmente não foram atendidas. E aqui, entramos na segunda consequência gerada pela maior rigidez fiscal. Ela consiste na utilização freqüente de dois expedientes burocrático-administrativos no âmbito da execução fiscal para se adequar o valor real de gastos orçados à efetiva capacidade tributária da União. Um deles é a adoção pura e simples de racionamento dos gastos, sendo conhecido por “contingenciamento de gastos”. Esse expediente administrativo consiste na imposição de limites quantitativos à realização de despesas autorizadas no orçamento e não privilegiadas por vinculações constitucionais à receita. O outro expediente administrativo é chamado de “repressão fiscal” e consiste no adiamento da realização das despesas orçadas privilegiadas por vinculações à receita. Ambos mecanismos administrativos na presença de inflação implicam a corrosão do valor real das despesas orçadas (em termos nominais) e, portanto, contribuem para o ajuste das contas públicas.

Assim sendo, o quadro geral do “regime fiscal” após a reforma constitucional de 1988, visto a partir do ângulo do processo orçamentário, pode ser caracterizado por alguns traços básicos. Em primeiro lugar, há uma maior rigidez fiscal, com a ampliação das transferências

constitucionais e vinculações de despesas a receitas. Isso reduziu o montante de “recursos livres” para o Executivo e restringiu os graus de liberdade do governo no remanejamento dos gastos. Em segundo lugar, há mudança significativa na composição do orçamento, com enorme aumento de “gastos sociais” – pessoal e encargos mais benefícios previdenciais e saúde – em detrimento do “investimento público” – notadamente infraestrutura –, os quais não desfrutam de vinculações à receita e, portanto, precisam disputar os “recursos livres” da União. Em terceiro lugar, o acirramento da disputa por verbas levou ao “irrealismo orçamentário”, constatado pela grande discrepância entre valores reais orçados e a efetiva capacidade tributária da União. Finalmente, como forma auxiliar de compatibilizar a demanda crescente por gasto público e a efetiva existência de recursos tributários, o governo tem recorrido a mecanismos burocrático-administrativos de racionamento e de adiamento dos dispêndios aprovados em orçamento, gerando uma crescente demanda reprimida por certos tipos de gasto público. Como decorrência, maiores pressões por gasto público resultam em maior dispêndio público toda vez que, pelo aumento da receita tributária, houver um afrouxamento das condições que impõem a necessidade do racionamento e do adiamento da realização dos gastos públicos.

AValiação da Situação Fiscal Pós-Plano Real

Com a introdução do Plano Real, há uma redução drástica da taxa de inflação. Em junho de 1994, a taxa de inflação havia atingido 45,0% e, em setembro, já havia declinado para 1,75%. Nos meses posteriores, a taxa de inflação seguiu declinando. Hoje, ela encontra-se razoavelmente estabilizada, abaixo de 1% ao mês. Essa queda brusca da taxa de inflação tem impactos diferenciados sobre o valor real de receitas e despesas do Governo Federal, dependendo dos seus respectivos graus de indexação. Se o grau de indexação dos tributos não for elevado então o efeito Olivera-Tanzi será importante e, portanto, o ganho de arrecadação real com a estabilização será significativo. Em princípio, o mesmo fenômeno deveria ser observado sobre os

componentes de gasto, mas a sua efetivação está condicionada à existência de recursos disponíveis.

No que diz respeito às receitas tributárias, a estabilização alcançada pelo Plano Real provocou um considerável ganho real de arrecadação⁵, que passou de 31.415 para 44.903 milhões de reais⁶, com um crescimento de 42,9%. Da mesma forma, a despesa elevou-se passando de 29.907 para 42.197 milhões de reais, com um crescimento de 41,1% (tabela 1). Assim sendo, de ambos os movimentos de receitas e despesas, observa-se que o aumento da arrecadação real provocou dois efeitos. Em primeiro lugar, o aumento da disponibilidade de recursos fiscais gerou um aumento endógeno dos gastos públicos. Ou seja, o ganho de arrecadação real gera o afrouxamento das condições que conduziam anteriormente ao racionamento e ao adiamento de dispêndios públicos. Como resultado disso, o aumento da disponibilidade de recursos viabiliza e conduz agora ao aumento dos gastos públicos muito próximo ao ganho de arrecadação, embora com uma pequena defasagem no tempo. Em segundo lugar, a estabilização possibilitou, em seu primeiro ano de vigência – meados de 1994 a meados de 1995 –, um superávit primário significativo de 9.621 milhões de reais. Em relação a igual período anterior, o seu crescimento foi da ordem de 227,8%. Nesse sentido, a dinâmica do superávit primário, de acordo com gráficos 1 e 2, foi crescente no primeiro ano de vigência do Plano Real e, logo após, ele tendeu a se reduzir diante do crescimento mais acelerado dos gastos. No segundo semestre de 1995, os ganhos decorrentes da estabilização já haviam se dissipado, gerando uma redução drástica do superávit primário, que foi de apenas 273 milhões de reais.

⁵ Esse ganho de arrecadação deveu-se também, em parte, ao crescimento do produto.

⁶ De julho de 1994.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL DO GOVERNO FEDERAL

Em R\$ milhões de 1º de julho de 1994

USOS E FONTES	1991		1992		1993	
	Jan./Jun.	Jul./Dez.	Jan./Jun.	Jul./Dez.	Jan./Jun.	Jul./Dez.
Receita Fiscal	32 572	29 980	28 370	29 341	29 759	29 763
Rec. Oper. Ofic. Crédito	2 246	1 370	1 145	1 282	823	1 003
Outras receitas	12	247	20	34	191	163
RECEITA TOTAL	34 830	31 597	29 535	30 657	30 773	30 930
Pessoal e Encargos	8 756	7 316	6 755	7 307	8 348	7 679
Transf. Vinculações	8 282	7 185	8 262	7 728	8 189	7 259
Benefícios	6 834	6 962	6 167	8 246	8 756	8 794
Oper. Oficiais de Crédito	1 923	1 317	1 105	1 100	577	853
Outras Despesas	8 162	8 216	4 895	3 865	3 518	5 764
DESPESA TOTAL	33 956	30 995	27 184	28 244	29 388	30 349
RESULTADO PRIMÁRIO	874	602	2 352	2 412	1 385	581
Remun. Disponib. no BB	0	0	206	139	156	223
Rendim. Aplic. Financeiras	678	342	1 163	2 324	1 181	400
Enc. Dívida Mobiliária	40	34	501	2 509	3 065	6 826
Serv. Dívida Contratual	447	456	543	1 234	781	812
Interna/Externa						
JUROS REAIS	191	-148	325	-1 280	-2 509	-7 015
RESULT. OPERACIONAL	1 065	455	2 676	1 132	-1 124	-6 434
Gastos Vinculados	15 115	14 147	14 428	15 974	16 945	16 054
Gastos Não-Vinculados	18 841	16 848	12 755	12 271	12 442	14 295
Gastos Não-Vinculados	8 947	7 168	7 080	6 027	5 839	664
Privilegiados						
Gastos Não-Vinculados e	9 894	9 680	5 676	6 244	6 603	13 631
Não-Privilegiados						
RECEITA LIVRE	8 701	8 517	7 187	6 061	4 466	6 031

continua

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL DO GOVERNO FEDERAL

conclusão

Em R\$ milhões de 1º de julho de 1994

USOS E FONTES	1994		1995		1996	
	Jan./Jun.	Jul./Dez.	Jan./Jun.	Jul./Dez.	Jan./Jun.	Jul./Dez.
Receita Fiscal	30 470	41 062	41 619	43 466	42 471	47 026
Rec. Oper. Ofic. Crédito	1 003	1 279	1 491	2 151	1 864	1 535
Outras receitas	114	82	108	190	141	30
RECEITA TOTAL	31 587	42 422	43 219	45 806	44 476	48 591
Pessoal e Encargos	10 595	10 905	12 863	14 936	14 380	13 591
Transf. Vinculações	6 119	7 799	9 194	8 720	8 698	9 421
Benefícios	7 689	11 071	10 064	14 056	11 962	14 966
Oper. Oficiais de Crédito	1 068	1 184	915	1 574	1 051	484
Outras Despesas	3 762	6 312	5 712	6 247	6 660	8 219
DESPESA TOTAL	29 233	37 272	38 748	45 533	42 752	46 682
RESULTADO PRIMÁRIO	2 354	5 150	4 471	273	1 724	1 909
Remun. Disponib. no BB	195	59	42	56	39	46
Rendim. Aplic. Financeiras	1 790	615	406	412	126	36
Enc. Dívida Mobiliária	3 487	4 310	2 703	2 482	4 734	2 465
Serv. Dívida Contratual	872	1 350	1 751	1 635	1 750	1 665
Interna/Externa						
JUROS REAIS	-2 373	-4 985	-4 006	-3 648	-6 319	-4 049
RESULT. OPERACIONAL	-19	165	465	-3 375	-4 595	-2 140
Gastos Vinculados	13 807	18 870	19 258	22 775	20 661	24 388
Gastos Não-Vinculados	15 425	18 402	19 490	22 758	22 091	22 294
Gastos Não-Vinculados	8 221	5 920	8 857	11 288	8 061	9 542
Privilegiados						
Gastos Não-Vinculados e	7 204	12 482	10 633	11 470	14 031	12 752
Não-Privilegiados						
RECEITA LIVRE	6 068	11 286	9 499	5 754	7 431	9 047

FONTE: BACEN/STN/INSS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL

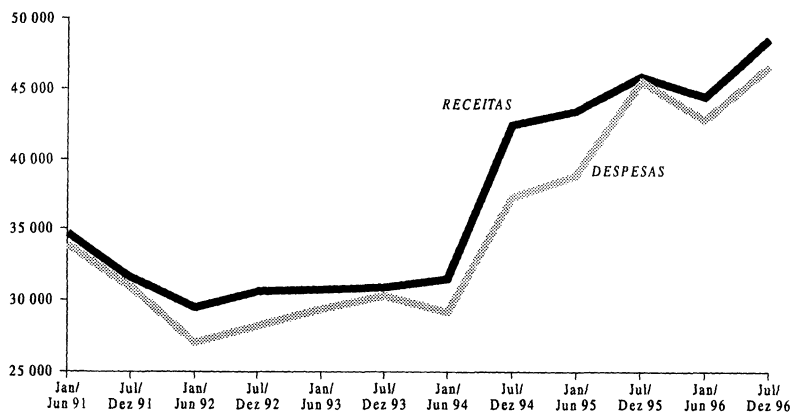
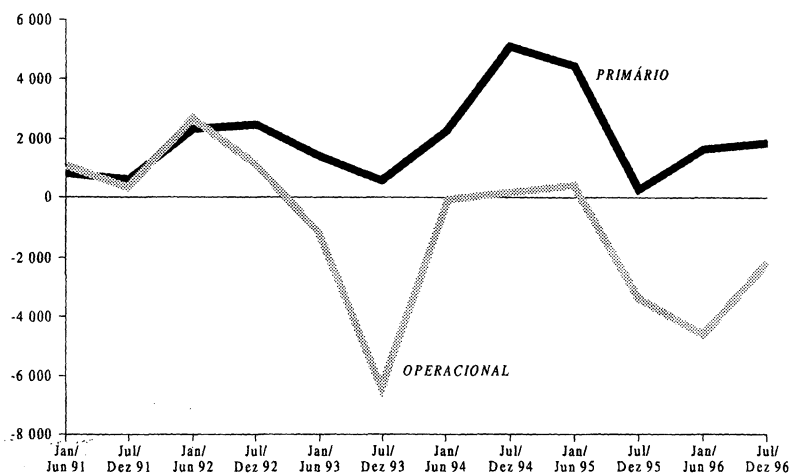


GRÁFICO 2 – RESULTADO PRIMÁRIO E OPERACIONAL DO GOVERNO FEDERAL



Em relação ao resultado operacional, que adiciona os juros reais ao déficit primário, o que se observa ao longo do primeiro ano da estabilização é que, a despeito dos elevados encargos com juros reais, o aumento do superávit primário foi o suficiente para produzir um superávit operacional (gráfico 2). A partir do segundo semestre de 1995, com a redução do superávit primário associada à elevação dos juros reais decorrentes da política monetária restritiva, o déficit operacional eleva-se de forma significativa. No ano de 1995, ele atingiu 7.654 milhões de reais e, no ano de 1996, 10.368 milhões de reais.

Além dos efeitos benéficos sobre o superávit primário devido à eliminação do efeito Olivera-Tanzi, o processo de estabilização proporcionou a remonetização da economia que permitiu um ganho de receita considerável – de senhoriagem –, possibilitando resgatar parte do endividamento público. O ganho de senhoriagem, no segundo semestre de 1994, foi da ordem de 12.547 milhões de reais. Esse valor representa um aumento de 136% em relação à média dos sete semestres imediatamente anteriores (tabela 2). Todavia, esses ganhos oriundos da remonetização são do tipo *once and for all*, tão logo a demanda por moeda se estabiliza em níveis mais elevados. Como decorrência, logo após o primeiro semestre do Plano Real, a senhoriagem se reduz de forma drástica eliminando, portanto, essa fonte não voluntária de financiamento do setor público.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E SENHORIAGEM – 1990

Mês	EM MILHÕES DE REAIS DE 01.07.94				
	Imposto Inflacionário	Variação Real Base	Senhoriagem ⁽¹⁾	Dívida mobiliária público-saldos ⁽²⁾	Variação da dívida pública Mobiliária
Jan./Jun. 91	5 577	-2 192	3 385	10 443	-3 469
Jul./Dez. 91	7 685	-1 471	6 214	13 587	3 144
Jan./Jun. 92	6 378	-2 339	4 039	38 674	25 087
Jul./Dez. 92	6 190	1 371	7 561	39 044	370
Jan./Jun. 93	6 219	-2 738	3 481	37 438	-1 606
Jul./Dez. 93	6 002	910	6 912	40 319	2 881
Jan./Jun. 94	6 596	-1 003	5 593	59 193	18 874
Jul./Dez. 94	1 538	11 010	12 547	49 548	-9 645
Jan./Jun. 95	1 155	-4 063	-2 909	49 188	-360
Jul./Dez. 95	448	4 998	5 446	75 645	26 457
Jan./Jun. 96	713	-4 079	-3 367	101 334	25 689
Jul./Dez. 96	318	1 600	1 918	112 526	11 192

FONTE: BACEN

(1) Senhoriagem: estimativas próprias.

(2) Dívida Pública junto ao Público = BACEN + Tesouro.

Em termos de uma avaliação quantitativa desses “ganhos de estabilização”, podemos observar, mediante a tabela 2, que o superávit operacional associado aos ganhos de senhoriagem oriundos do processo de remonetização possibilitou, no primeiro ano de vigência do programa de estabilização, um resgate significativo da dívida pública mobiliária da União. O estoque da dívida pública reduziu-se em 10.005 milhões de reais entre junho de 1994 e junho de 1995. Nesse mesmo período, os ganhos de senhoriagem somados ao superávit operacional atingiram 10.268 milhões de reais.⁷ Posteriormente, já como decorrência da política monetária de elevação dos juros reais, o estoque da dívida pública cresce de forma significativa, atingindo o montante de 101.334 milhões, em dezembro de 1996.

⁷ Não é nossa intenção compatibilizar, neste texto, o déficit operacional medido acima e abaixo da linha.

ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE DISPÊNDIO DA UNIÃO

Como já foi observado, a Constituição de 1988 criou uma série de gastos vinculados aumentando a rigidez fiscal. Visando reduzir esse grau de rigidez, o governo Federal conseguiu, ao final de 1993, a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), obtendo, com isso, uma redução temporária (por dois anos) das transferências constitucionais a estados e municípios. Como decorrência, os gastos vinculados reduziram-se no primeiro ano de vigência do programa (tabela 1). O montante total dos gastos vinculados, no primeiro semestre de 1994, atingiu 13.807 milhões de reais, que representa uma redução de 18,5% em relação ao primeiro semestre de 1993. Posteriormente, com a implementação do Plano Real, os gastos vinculados elevam-se devido ao aumento da receita mantendo, contudo, uma participação estável de 47% no gasto total. Essa menor rigidez inicial alcançada com o plano Real também pode ser constatada no comportamento das “receitas livres”, sobre as quais o governo tem maior poder de arbitragem. Como já observado, elas haviam se reduzido de 40% dos recursos tributários no início dos anos 80 para algo como 20% no início do Plano Real. Com a estabilização e o FSE, elas elevam-se para uma média de 25% no primeiro ano de vigência do Real. Logo após, diante do crescimento mais acelerado dos gastos, em particular dos benefícios previdenciários e das transferências constitucionais, as receitas livres reduzem-se rapidamente para um nível de 19% ao final de 1996.

Finalmente, quanto aos gastos não-vinculados, observa-se que os gastos privilegiados (gastos com pessoal, encargos sociais e juros reais) elevam-se significativamente com a estabilização. Essa elevação deve-se à recomposição dos gastos com pessoal e encargos sociais e aumento de juros reais. A média pós-plano foi de 8.733 milhões de reais e representou um acréscimo de 39,1% em relação à média observada nos sete semestres anteriores. Já os gastos não privilegiados, basicamente investimentos, aumentaram de forma ainda mais acentuada mostrando, portanto, os efeitos benéficos da estabilização, que possibilitaram

inclusive uma recuperação significativa do investimento. A média pós plano foi de 12.274 milhões de reais e representa um aumento de 45,8% em relação aos sete semestres anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Real, ao promover uma ampla desindexação da economia, provocou a instantânea passagem da economia do equilíbrio de alta para o de baixa inflação. Essa mudança abriu, no primeiro momento, amplas possibilidades para o ajustamento das contas públicas devido à redução do efeito Olivera-Tanzi, ao crescimento do produto e à remonetização da economia. No entanto, esses ganhos parecem ter sido efêmeros, pois os gastos devido a demandas reprimidas de custeio, investimento e assistência social elevaram-se de forma significativa, acabando por levar a economia a produzir déficits operacionais semelhantes aos observados antes do Plano real. Portanto, o equilíbrio de baixa inflação do Plano Real parece ser precário. Ele assenta-se na valorização cambial e não na alteração do regime fiscal.

Em segundo lugar, no tocante à “rigidez fiscal”, os ganhos inicialmente obtidos com o FSE foram rapidamente consumidos pelo aumento acelerado de gastos com transferências e benefícios previdenciários. Ao final de 1996, a situação de rigidez fiscal é inclusive um pouco mais grave do que no início do plano. Finalmente, no tocante à composição dos gastos, observou-se uma alteração desejável de aumento da participação do investimento público. Todavia, nada indica que essa mudança seja permanente, mesmo porque ela foi alcançada, em parte, com a vigência do FSE que, pela sua própria natureza, é transitório. Em suma, o quadro fiscal, visto a partir do processo orçamentário da União e da Seguridade Social, após a implementação do Plano Real, não apresenta elementos que possam caracterizá-lo como decorrentes de um regime fiscal mais disciplinado do que aquele prevalecente anteriormente, introduzido a partir da reforma constitucional de 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, M. and S. FISCHER (1990). Seigniorage, Operating Rules, and the High Inflation Trap, *Quarterly Journal of Economics*, 105(2), may.
- EVANS, J.L. and G.K. YARROW (1981). Some Implications of Alternative Expectations Hypotheses in the Monetary Analysis of Hiperinflations, *Oxford Economic Papers*, XXXIII, p.61-80.
- PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (1994). Exposição de Motivos da Proposta Orçamentária para 1994, 7 de dezembro de 1993, Brasília.
- SARGENT, T.J. and N. WALLACE (1981). Some Unpleasant Monetarist Arithmetic, *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review* 5, p. 1-17.
- TANZI, V. (1977). Inflation, Lags in Collection and the Real Value of Tax Revenue, *IMF Staff Papers*, march.
- WIERLANG, S.C. e A. FRAGA NETO (1992). Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal : Alguns Aspectos, In: XX Encontro Nacional de Economia, Anais.

OS CHOQUES DO PETRÓLEO NA MATRIZ ENERGÉTICA DO PARANÁ

Uma análise dos principais efeitos no consumo energético do setor industrial no período 1980-85*

Luiz Antonio Lopes**

RESUMO

A exemplo do que aconteceu com a economia brasileira, os efeitos das chamadas crises do petróleo só se verificaram na economia paranaense a partir da década dos 80, notadamente em seu primeiro quinquênio. O objetivo deste trabalho é analisar quais foram as principais consequências decorrentes de tais choques, em termos das alterações da matriz energética, no setor industrial da economia paranaense. Num primeiro momento, demonstra-se a importância da matriz energética do Paraná no contexto nacional. Em seguida, analisa-se a evolução do consumo de energia no Paraná no período 1980-85. Na terceira parte, trata-se da decomposição da variação do consumo de

* Este artigo é uma versão ampliada de um trabalho apresentado anteriormente no VII Congresso Brasileiro de Energia, realizado em outubro de 1996 na cidade do Rio de Janeiro. O autor agradece os comentários do Prof. Dr. André Tosi Furtado, do Instituto de Geociências da UNICAMP.

** Professor do curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico e do Departamento de Economia da UFPR. Doutorando em Planejamento de Sistemas Energéticos pela FEM/UNICAMP.

energia final na indústria paranaense, a partir dos efeitos conteúdo, estrutura e atividade, com base na metodologia proposta por Patrick Criqui. Finalmente, na última parte apresentam-se os resultados e conclusões da análise.

ABSTRATC

In behelf to what happened to the brazilian economy, the effects of the oil crisis just hitted the economy of Paraná in the earlies 80 during its five years. The purpose of this papper is to analyse what were the main consequences by shocks, in terms of alterations of the energetic matrix, in the industry sector of Paraná's economy. On a first moment is demonstrated the importance of the Paraná energetic matrix on the national level. After we make an analysis of the consupcion of energy at Paraná on the period from 1980-85. Third of all, we try to decompose the variation of final energy at Paraná's industries from the content effects, structure an activity, on the basis of methodology proposed by Patrick Criqui. Finally, at the last section, we may present the results and the conclusion of the analysis.

INTRODUÇÃO

O Paraná desempenha importante papel na matriz energética nacional, pois a produção estadual de energia primária vem aumentando significativamente. Sua participação na oferta nacional passou de 5,7% em 1980 a 13% em 1993 (COPEL, 1994, p.69). Isso vem ocorrendo com praticamente todas as fontes energéticas componentes da matriz, cabendo ressaltar a geração de hidreletricidade, que teve grande impulso nos últimos anos. Tal fato destaca o Paraná como responsável por aproximadamente 25% de toda a energia hidrelétrica produzida no país. Não há dúvida de que a conclusão das obras da Usina Binacional de Itaipu teve um peso considerável para

esse destaque, mas é importante registrar que a maior parcela (52%) dessa energia é proveniente de outras usinas. Esse desempenho inverteu a situação do Paraná que, de importador líquido de energia, passou a ser exportador líquido de energia, tendo a relação *produção/consumo* mudado de 0,69 em 1980 para 1,72 em 1993 (COPEL, 1994, p.13).

Tais indicadores que conferem certa peculiaridade ao Estado, podem ser associados a outros que se referem às relações entre a Economia e a Energia. Desde a década de 70, a economia paranaense vem apresentando crescimento econômico superior à média brasileira. Mesmo após o segundo choque do petróleo, essa tendência tem se confirmado. Nos dois quinquênios dos anos 80, ou seja, de 1980-85 e de 1985-90, as taxas de crescimento foram respectivamente de 1,1% e 1,9% a.a. no Brasil, frente a 2,4% e 3,3% a.a. no Paraná. Tal diferença no ritmo de crescimento fez com que a participação do Paraná na economia brasileira aumentasse da casa dos 6% para a casa dos 7%, no período considerado. É interessante observar, no entanto, que esse maior ritmo de crescimento tem sido sustentado por uma necessidade de energia proporcionalmente menor, conforme pode ser depreendido dos coeficientes de elasticidade Energia/ PIB, apresentados na tabela 1.

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E ELASTICIDADES ENERGIA/PIB - PARANÁ E BRASIL - 1980-85 E 1985-90

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO E ELASTICIDADES ⁽¹⁾	PERÍODO			
	1980-85		1985-90	
	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil
PIB (% a.a)	2,4	1,1	3,3	1,9
Energia/PIB	1,5	3,2	1,0	1,3
Eleticidade/PIB	3,7	6,3	1,5	2,8
Petróleo/PIB	-0,1	-2,1	0,9	1,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, IPARDES, COPEL

(1) Variação do consumo de energia/variação do PIB.

Uma das explicações para esse melhor desempenho na utilização de energia pode estar na natureza das atividades desenvolvidas em cada

um dos níveis geográficos, sendo as do Paraná menos intensivas energeticamente. Mas, não se pode descartar também uma maior eficiência no uso de energia em nível regional. Outra observação, quanto ao primeiro período (80-85), é que tanto no Paraná como no Brasil houve uma redução no consumo de derivados de petróleo e um expressivo crescimento no de hidreletricidade, bastante superior ao coeficiente de elasticidade Energia/PIB, o que sugere uma possível substituição energética entre derivados de petróleo e hidreletricidade.

No segundo período da década, houve uma notável redução nos coeficientes de elasticidade que ainda assim se mantiveram superiores à unidade, tanto para a média paranaense como para a média brasileira, mas a utilização de derivados de petróleo voltou a apresentar crescimento positivo. Como se percebe, o segundo choque do petróleo de 1979 e o contrachoque de 1986 causaram efeitos semelhantes no comportamento do consumo de seus derivados, tanto para a economia nacional como para sua parcela localizada no território paranaense. É com relação às magnitudes, no entanto, que os efeitos se diferenciam.

Alguns estudos têm analisado os impactos para o país (FURTADO, 1990), mas não são conhecidos estudos para o Paraná. O presente trabalho pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna, analisando como isso ocorreu na economia paranaense, no primeiro quinquênio da década de 80. A escolha desse período se justifica por dois motivos. Em primeiro lugar, porque, a exemplo do que aconteceu na economia brasileira, também no Paraná os impactos da crise do petróleo só se manifestaram efetivamente a partir dos anos iniciais da década de 80. E, em segundo lugar, pelo fato de não existirem ainda todas as informações necessárias à análise, para períodos mais recentes.

Inicialmente serão feitas algumas considerações gerais a respeito da evolução do uso de energia na economia paranaense, para, numa segunda etapa, serem analisados quais foram os principais impactos em relação à crise do petróleo.

A EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA FINAL NO PARANÁ NO PERÍODO 1980-85

Como já referido, a economia paranaense apresentou um crescimento de 2,4% a.a. no período 1980-85, ritmo bastante reduzido quando comparado a seu comportamento histórico, mas muito significativo se considerada a fase de recessão econômica por que passou a economia brasileira no período.

Para sustentar tal expansão, o consumo de energia final aumentou de 7.138 mil tEP em 1980 para 8.731 mil tEP em 1985, o que correspondeu a um crescimento médio anual de 4,1% (tabela 2).

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA FINAL NO PARANÁ POR GRANDES SETORES CONSUMIDORES - 1980 e 1985

SETORES	1980		1985		B - A	Em mil tEP TAXA DE CRESC. (% a.a.)
	Abs.(A)	%	Abs.(B)	%		
Consumo Final		100,0	8.731	100,0	1.593	4,1
Consumo Final Energético	6.873	96,3	8.249	94,5	1.376	3,7
Setor Energético	406	5,7	805	9,2	399	14,7
Setor Residencial	1.148	16,1	1.342	15,4	194	3,2
Setor Comercial	267	3,7	352	4,0	85	5,7
Setor Público	176	2,5	273	3,1	97	9,2
Setor Agropecuário	546	7,6	584	6,7	38	1,3
Setor Transporte	1.692	24,0	1.947	22,3	255	2,8
Setor Industrial	2.634	37,0	2.940	33,7	306	2,2

FONTE: COPEL - Balanços Energéticos do Paraná 1980/93

É importante destacar que, dentre os chamados grandes setores da matriz energética, todos, sem exceção, ampliaram seu consumo energético. Mas foi no interior do setor industrial, conforme será visto mais adiante, que ocorreram as modificações mais importantes em relação ao consumo energético. Embora todos tenham ampliado o consumo energético, diferenciado foi o crescimento entre eles. Cabe destacar o consumo do setor energético que apresentou o maior

crescimento relativo, o que pode ser explicado, basicamente, pela ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas em Araucária.

Os menores aumentos ocorreram nos setores Agropecuário e Industrial, cujas taxas médias anuais de crescimento do consumo foram de 1,3% e 2,2%, respectivamente. Apesar de desenvolverem ritmos diferenciados de crescimento, os setores Industrial, Transportes e Residencial continuaram ocupando as três primeiras posições como grandes consumidores, participando respectivamente com 33,7%, 22,3% e 15,4% do total do consumo de energia final do Paraná, em 1985.

Embora possa ser considerado significativo o aumento do consumo de energia em um período de crise da economia nacional, o mesmo não pode ser dito quanto a modificações estruturais na matriz energética do Paraná. Excetuando o Setor Energético, os demais setores apresentaram crescimento mais moderado e mantiveram assim suas mesmas posições anteriores, quanto à hierarquia no consumo. Mas, ao se deslocar a análise para as fontes de energia que alimentam o consumo da matriz estadual, importantes transformações podem ser observadas, conforme demonstra a tabela 3.

Assim, considerando-se apenas os produtos energéticos, percebe-se que, a exemplo do que aconteceu com a matriz brasileira, também no Paraná os derivados de petróleo, eletricidade e lenha responderam por mais de 80% do consumo de energia no período analisado. São flagrantemente, no entanto, as modificações que aconteceram no quinquênio em relação à composição do consumo de energéticos. Deve ser destacado, em primeiro lugar, o aumento da importância da eletricidade que, ao crescer em média 9,1% a.a., aumentou sua participação no total de energia final consumida de 21,9% em 1980 para 27,7% em 1985. O grupo dos derivados de petróleo, permanecendo praticamente estável (na verdade com decréscimo de 0,65% a.a.) frente ao crescimento das outras fontes, teve reduzida sua participação no consumo de 42,2% em 1980 para 33,4% em 1985. A lenha ainda permanece com expressiva participação no consumo (16,8%) embora

venha caindo continuamente a cada ano. Quanto ao álcool e ao carvão mineral, embora tenham apresentado crescimento bastante expressivo, ainda são muito pequenas suas contribuições na matriz estadual.

TABELA 3 - CONSUMO DE ENERGIA FINAL NO PARANÁ POR FONTES ENERGÉTICAS 1980 E 1985

FONTES ENERGÉTICAS	Em mil tEP					
	1980 (A)		1985 (B)		B - A	TAXA DE CRESC. (% a. a)
	Abs.	%	Abs.	%		
Derivados de Petróleo	3.012	42,2	2.914	33,4	-98	0,65
Eleticidade	1.565	21,9	2.422	27,7	857	9,1
Lenha	1.548	21,7	1.464	16,8	(84)	-1,1
Bagaço de Cana	227	3,2	571	6,5	344	20,2
Carvão Mineral	122	1,7	247	2,8	125	15,1
Álcool Etílico	102	1,4	284	3,2	182	22,7
Outras ⁽¹⁾	268	3,8	345	4,0	77	5,2
Soma	6.901	96,7	8.249	94,5	1.419	3,6
Produtos Não Energéticos	237	3,3	482	5,5	245	15,3
TOTAL	7.138	100,0	8.731	100,0	1.593	4,1

FONTE: COPEL - Balanço Energético do Paraná 1980/93

(1) Resíduos de Madeira, resíduos agrícolas, lixívia e gás de xisto.

Ao se analisar a indústria conforme seus diferentes ramos, ou seja, indústria de Papel e Celulose, indústria Metalúrgica, indústria Química, etc., é que se percebem as mais variadas situações. Enquanto em algumas o consumo de energia final pouco se alterou, em outras variações de elevada magnitude se processaram, tanto positiva como negativamente. As tabelas a seguir apresentam as informações referentes ao consumo energético dos ramos ou grupos industriais, bem como das fontes energéticas que os abastecem.

Apesar de o Setor Industrial como um todo apresentar crescimento do consumo de energia, o comportamento de suas indústrias componentes foi bastante heterogêneo (tabela 4). As indústrias que apresentaram os maiores ritmos de crescimento foram a

Química e a Metalúrgica, ambas com taxas médias da ordem de 14% a.a., destacando-se no entanto a primeira com o maior crescimento absoluto, fato que aliás, a permitiu se aproximar dos três principais setores industriais consumidores de energia, apesar das variações ocorridas com as outras indústrias. Além disso, tiveram aumento de consumo de energia as indústrias Têxtil de Papel e Celulose, e de Mineração e Pelotização, enquanto as indústrias de Alimentos e Bebidas apresentaram decréscimo, ainda que pouco significativo. A maior queda no consumo de energia aconteceu com o grupo de indústrias de Minerais Não-Metálicos, aqui consideradas apenas as suas componentes energo-intensivas, ou seja, Cimento, Cerâmica e Cal, cujo consumo energético decresceu à taxa de -4,4% a.a.

TABELA 4 - CONSUMO DE ENERGIA FINAL DO SETOR INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1980 E 1985

SETORES INDUSTRIAIS	Em mil tEP					
	1980		1985		B - A	TAXA DE CRESC. (% a.a.)
	Abs. (A)	%	Abs. (B)	%		
Química	231	8,7	453	15,4	222	14,4
Alimentos e Bebidas	657	25,0	630	21,4	-27	-0,8
Cerâmica, Cimento e Cal	655	25,0	522	17,7	-133	-4,4
Papel e Celulose	569	21,6	730	24,8	161	5,1
Metalúrgica	58	2,2	115	3,9	57	14,7
Têxtil	40	1,5	50	1,7	10	4,5
Mineração e Pelotização	4	0,1	10	0,3	6	20,1
Outras	420	16,0	430	14,6	10	0,5
TOTAL	2.634	100,0	2.940	100,0	306	2,2

FONTE: COPEL - Balanço Energético do Paraná 1980/93

Analisando-se a tabela 5, que demonstra o comportamento das fontes energéticas utilizadas para o consumo das indústrias, verifica-se que as variações mais acentuadas aconteceram com derivados de petróleo e eletricidade. Aqueles tiveram a maior redução tanto em termos absolutos como relativos e passaram a responder em 1985 por apenas 11,7% do consumo de energia industrial, quando em 1980 atingiam 22,8%. Já com a eletricidade, o comportamento foi exatamente o inverso, pois foi a responsável pelos maiores aumentos

(tanto em termos absolutos quanto relativos). Assim, não apenas manteve o *status* de maior fornecedora de energia para a indústria, mas também ampliou sua quota de 29,3% em 1980 para 40,1% em 1985. Outras fontes que apresentaram crescimento foram o carvão mineral e o carvão vegetal, destacando-se o primeiro pela velocidade do aumento e o segundo pela inexpressiva participação que exerce no total da energia consumida pela indústria paranaense, apenas 1,4% em 1985. Além dos derivados de petróleo também tiveram redução de consumo o bagaço de cana e a lenha, tendo esta permanecido com praticamente o mesmo volume consumido em 1980.

Uma informação bastante interessante fornecida pela tabela 5 sugere, em princípio, quais tipos de energéticos foram substituídos entre si. Como se vê, houve no período analisado um aumento de consumo de energia final na indústria paranaense de 306 mil tEP. Tiveram redução de consumo: derivados de petróleo (258 mil tEP), bagaço de cana (33 mil tEP) e Lenha (24 mil tEP), o que totaliza um decréscimo de 315 mil tEP. Por outro lado, apresentaram aumentos de consumo: eletricidade (408 mil tEP), carvão mineral (125 mil tEP), carvão vegetal (15 mil tEP) e diversos (73 mil tEP), o que soma 621 mil tEP. Portanto, foi esse volume de 621 mil tEP que serviu não só para substituir aquelas fontes que se reduziram em 315 mil tEP, mas também para atender ao aumento no consumo de energia final da indústria do Paraná, no período analisado.

TABELA 5 - CONSUMO DE ENERGIA FINAL NO SETOR INDUSTRIAL DO PARANÁ POR FONTE ENERGÉTICA

FONTES	Em mil TEP				
	1980		1985		B - A
	Abs.(A)	%	Abs.(B)	%	
Derivados de Petróleo	601	22,8	343	11,7	-258
Eletricidade	771	29,3	1.179	40,1	408
Lenha	734	27,9	710	24,1	-24
Bagaço de Cana	121	4,6	88	3,0	-33
Carvão Mineral	122	4,6	247	8,4	125
Carvão Vegetal	25	1,0	40	1,4	15
Outras ⁽¹⁾	260	9,9	333	11,3	73
TOTAL	2.634	100,0	2.940	100,0	306

FONTE: COPEL. Balanço Energético do Paraná 1980/93

(1) Resíduos de madeira, resíduos agrícolas e lixívia.

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA FINAL NA INDÚSTRIA PARANAENSE ENTRE 1980-85

Diante desse quadro, algumas questões podem ser levantadas. Por exemplo: Quais as causas que explicam essas variações? Ocorreram aumentos de consumo de energia porque a indústria também aumentou proporcionalmente sua produção? O consumo decresceu em razão de uso mais eficiente? A explicação estará numa combinação desses e/ou outros fatores?

Para chegar ao menos a respostas aproximadas para tais questões, adotou-se a metodologia de cálculo proposta por Cricqui,¹ a qual, em síntese, considera que a quantidade de energia final consumida, em dado período, pela indústria (i) é resultado da seguinte expressão:

¹ Citado por Jacques Percebois, p.98.

$$EFi = \{ EFi / VAi \cdot VAi / Y \} \cdot Y$$

onde: EFi = quantidade de energia final consumida pela indústria i

VAi = valor agregado da indústria i

Y = valor agregado industrial total

Já a variação do consumo final pode ser decomposta nos seguintes elementos:

$$\begin{aligned} \Delta EFi &= \Delta \{ Efi/Vai \} \{ Vai/Y \} Y && \rightarrow \text{efeito conteúdo} \\ &+ \Delta \{ Vai/Y \} \{ Efi/Vai \} Y && \rightarrow \text{efeito estrutura} \\ &+ \Delta \{ Efi/Vai \} \{ Vai/Y \} Y && \rightarrow \text{efeito atividade} \\ &+ \varepsilon && \rightarrow \text{efeitos de segunda e terceira ordem} \end{aligned}$$

onde: o efeito conteúdo indica a variação do consumo de energia em função de mudanças nas relações entre a energia utilizada e o valor agregado; o efeito estrutura indica a variação do consumo de energia em função da mudança observada na participação do valor agregado da indústria “ i ” no total do valor agregado industrial; o efeito atividade indica a variação do consumo de energia em função da mudança observada no nível da atividade industrial; e os efeitos de segunda e terceira ordens indicam a variação do consumo de energia derivados das possíveis combinações dos três efeitos anteriores.

Para aplicar tal método, os seguintes procedimentos foram adotados:

- a) o consumo de energia final de cada indústria foi obtido a partir da Matriz Energética do Paraná;
- b) os dados referentes ao Valor Agregado ou Produto Industrial a preços correntes foram obtidos a partir do Censo Industrial do IBGE;
- c) para calcular o crescimento real dos setores industriais, os valores a preços correntes foram transformados a preços constantes do ano de 1985, com base nos Índices de Preços por Atacado - Oferta Global - Brasil, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas;

d) como a classificação de indústrias adotada pelo IBGE e pela matriz energética não é a mesma, alguns ajustes tiveram que ser feitos. Além disso, como o IBGE ainda não divulgou os resultados dos censos econômicos dos estados da Federação, a tabulação utilizada para a discriminação das indústrias do Paraná no ano de 1985 foi a referente aos Dados Gerais do Brasil. Tal tabulação, embora divulgue algumas informações dos estados, o faz apenas para os gêneros industriais (dois dígitos). Este nível de agregação é diferente do adotado no Balanço Energético para a Indústria de Minerais Não-Metálicos e Química. Desta forma, para tais setores, a única maneira de obedecer à mesma agregação adotada no ano de 1980 foi estabelecer a hipótese de que em 1985, manteve-se a mesma proporção na composição de suas atividades constitutivas. Por exemplo: se em 1980 a indústria de Cimento participava com 20% do total da produção industrial da indústria de Minerais Não-Metálicos (da qual é parte integrante), em 1985, ela continuou a participar com a mesma proporção de 20%. Como um dos efeitos da variação do consumo, pelo método proposto por Criqui (o efeito estrutura), é medido exatamente pela modificação na participação estrutural, é possível que em tais casos aquele efeito possa ser “mascarado”.

Além disso, deve-se ressaltar que, tal método possui uma limitação de ordem mais geral, qual seja: a “medição” do efeito estrutura é tanto mais consistente quanto maior for o nível de desagregação utilizado na análise. Inversamente, quanto menor a desagregação adotada maiores parcelas do efeito estrutura são capturadas pelo efeito conteúdo.

Por outro lado, é importante notar também que a tentativa de se avaliar modificações quanto ao uso de energéticos, procurando indicações de desempenho, eficiência, ou intensidade energética através de modelos como o aqui utilizado, pode estar associada a uma série de outras limitações. Uma delas, sem dúvida, deve-se ao fato de se estar

trabalhando com variáveis que expressam produções em termos monetários, quando o correto seria trabalhar-se com produções expressas em unidades físicas. Outras limitações que podem estar atuando referem-se às possíveis inadequações quanto às unidades de medida dos energéticos considerados, ou aos coeficientes implícitos nas diferentes conversões de uma forma de energia para outra, adotadas nos Balanços Energéticos, etc. De qualquer forma, acredita-se que mesmo com tais restrições seja possível oferecer indicações importantes sobre o comportamento de tais fenômenos relacionados à interface entre a Economia e a Energia.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de se passar à análise dos resultados obtidos com a aplicação dos procedimentos recomendados pelo modelo de Criqui, cujos dados são apresentados na tabela 6, é necessário que se façam as considerações a seguir.

TABELA 6 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E CONSUMO DE ENERGIA FINAL POR GRUPOS INDUSTRIAIS SELECIONADOS DA INDÚSTRIA PARANAENSE - 1980 E 1985

GRUPOS DE INDÚSTRIA	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (milhões de Cr\$/85)				TAXA DE CRESC. (% a.a.)	CONSUMO DE ENERGIA FINAL (mil tEP)		
	1980		1985			1980	1985	Variação
	Abs.	%	Abs.	%				
Química	1.578	8,9	2.630	12,5	10,7	231	453	222
Alimentos e Bebidas	5.494	30,8	6.375	30,2	3,0	657	630	-27
Cimento, Cal e Cerâmica	820	4,6	729	3,5	-2,3	655	522	-133
Mineração e Pelotização	92	0,5	111	0,5	3,8	4	10	6
Metalúrgica	442	2,5	609	2,9	6,6	58	115	57
Papel e Celulose	1.124	6,3	1.302	6,2	3,0	569	730	161
Têxtil	966	5,4	1.147	5,4	3,5	40	50	10
Soma	10.516	59,0	12.903	61,2	4,2	2214	2510	296
Outras Indústrias	7.294	41,0	8.182	38,8	2,3	420	430	10
TOTAL	17.810	100,0	21.085	100,0	3,4	2634	2940	306

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, FGV, COPEL

O setor industrial como um todo, que na agregação aqui adotada compreende o total das indústrias de transformação e extrativas, teve um crescimento real de 3,4% a.a., superior portanto ao crescimento do PIB paranaense, que foi de 2,4% a.a. Todos os ramos industriais, no nível de agregação adotado, apresentaram crescimento positivo, com exceção do grupo das indústrias de Cimento, Cal e Cerâmica, que reduziu o valor da sua produção no período em 2,3% a.a. O destaque em termos de ritmo de crescimento foi da indústria Química com 10,7% a.a., seguida pela indústria Metalúrgica com 6,6% a.a. As demais apresentaram um desempenho bastante próximo da média geral. Em relação à participação do ramo industrial no contexto global da indústria, o destaque também é para o gênero Química, que aumentou seu peso de 8,9% em 1980 para 12,5% em 1985. As demais mantiveram-se com aproximadamente os mesmos percentuais, com exceção do grupo Cimento, Cerâmica e Cal, que, ao ter sofrido uma queda da produção industrial, perdeu participação no conjunto da indústria.

Embora já tenham sido feitos comentários a respeito das modificações quanto ao consumo de energia final pela indústria paranaense no período considerado, é interessante complementá-los agora, relacionando-os ao desempenho da produção realizada.

Para que a indústria do Paraná crescesse ao ritmo de 3,4% a.a., foi necessário que o consumo de energia final aumentasse em 306 mil tEP. Tal incremento, embora positivo, foi de apenas 2,2% a.a., que, se comparado àquela taxa, demonstra que no período analisado o conjunto da atividade industrial, em média, utilizou com maior eficiência os recursos energéticos de que precisou, pois para cada unidade de aumento do produto industrial foram absorvidas apenas 0,64 unidades de energia. Esse foi o desempenho médio da indústria como um todo. Ao nível dos ramos industriais os desempenhos quanto à eficiência do consumo energético foram diferenciados. Houve desempenhos melhores que a média industrial geral, no caso dos seguintes grupos:

- a) Alimentos e Bebidas que, a despeito de aumentar sua produção industrial (3% a.a.), reduziu o total de energia consumida (-0,8% a.a.);
- b) o conjunto de atividades agrupadas em “Outras Indústrias” (não desagregadas nos Balanços Energéticos, mas que respondem por aproximadamente 40% de toda produção industrial), cresceu 2,3% a.a. em produção, enquanto aumentou seu consumo de energia em apenas 0,5% a.a.

O Grupo das indústrias Cimento, Cal e Cerâmica foi o que mais reduziu o seu consumo energético tanto em números absolutos como em relativos (-4,4% a.a.), mas foi também o único que apresentou diminuição da produção industrial (-2,3% a.a.).

Nas demais indústrias, o comportamento foi de evolução tanto da produção industrial quanto de consumo energético, sendo que nestes os incrementos percentuais foram todos superiores àqueles.

Retornando-se à análise dos resultados obtidos com a aplicação do Modelo de Criquei, conforme demonstra a tabela 7, as seguintes considerações são devidas:

- a) inicialmente, deve-se destacar o fato de os resultados terem captado praticamente toda a variação do consumo da energia final, pois das 306 mil tEP que foram efetivamente reduzidas, aproximadamente 293 mil tEP foram captados pelos efeitos do modelo;
- b) a decomposição da variação total das referidas 293 mil tEP correspondentes aos três efeitos foi bastante diferenciada, cabendo destacar as seguintes situações:

TABELA 7 - DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA FINAL ENTRE OS EFEITOS CONTEÚDO, ESTRUTURA E ATIVIDADE, NA INDÚSTRIA PARANAENSE ENTRE 1980 E 1985

EFEITOS INDÚSTRIAS	CONTEÚDO	ESTRUTURA	ATIVIDADE	TOTAL	Em mil tEP	
					VARIAÇÃO EFETIVA	OUTROS EFEITOS
Química	40,80	94,20	42,48	177,48	222	44,52
Alimentos e Bebidas	-114,07	-13,06	120,81	-6,32	-27	-20,68
Cimento, Cal e Cerâmica	-67,84	-163,14	120,44	-110,54	-133	-22,46
Mineração e Pelotização	4,29	0,07	0,73	5,09	6	0,91
Metalúrgica	25,46	9,50	10,66	45,62	57	11,38
Papel e Celulose	61,20	-12,27	104,63	153,56	161	7,44
Têxtil	2,11	0,12	7,35	9,58	10	0,42
Soma	-48,05	-84,58	407,10	274,47	296	21,53
Outras Indústrias	-36,67	-22,04	77,23	18,52	10	-8,52
TOTAL	-84,72	-106,63	484,33	292,99	306	13,01

FONTE: Elaboração própria

- c) relativamente ao efeito total, a maioria dos grupos analisados apresentou aumento de consumo de energia. Apenas os grupos Alimentos e Bebidas e Cimento, Cal e Cerâmica tiveram redução de consumo. Nos dois casos, isso só não foi maior porque o efeito atividade (o único positivo dos três) compensou parte das reduções provocadas pelos efeitos conteúdo e estrutura. A explicação para isso deve-se a que, por um lado, esses dois grupos reduziram suas participações no total da indústria e, por outro, utilizaram mais eficientemente as fontes energéticas, notadamente no caso da indústria de Alimentos e Bebidas;
- d) outro grupo que merece ser destacado é o formado pelo conjunto “Outras Indústrias”, que, conforme já explicado, responde por expressiva parcela do produto industrial do Paraná. Nele, o pequeno aumento de consumo energético só se verificou devido ao efeito atividade, pois tal grupo não só teve reduzido seu peso

na estrutura industrial do estado como também utilizou mais eficientemente seus energéticos consumidos;

- e) quanto aos demais grupos industriais, todos tiveram aumentos de consumo energético explicados pelos três efeitos, isto é, consumiram mais porque: ampliaram seu peso na estrutura industrial; aumentaram a intensidade energética nos seus processos produtivos, além de terem sido influenciados pelo crescimento do nível geral da atividade industrial. A única exceção dentre eles ficou com a indústria de Papel e Celulose que, não aumentou ainda mais seu consumo energético porque perdeu participação no total da indústria.

Examinando-se a tabela 8, que apresenta as variações de consumo energético por fontes utilizadas em cada um dos setores industriais, é possível decompor a variação efetiva de consumo, e indicar que energéticos foram substituídos entre si.

TABELA 8 - VARIAÇÃO DO CONSUMO FINAL DE ENERGÉTICOS POR SETORES INDUSTRIAIS NO PARANÁ ENTRE 1980 E 1985

SETORES INDUSTRIAIS	ELET.	DERIV. DE PETR.	CARVÃO MIN.	CARVÃO VEG.	LENHA	RESÍDUO MADEIRA AGRÍC.	BAG. DE CANA	LIXÍVIA	Em mil tEP
									TOTAL
Química	130	86	2	-	4	-	-	-	222
Papel e Celulose	117	-56	6	-	20	62	-	12	161
Metalúrgica	40	2	-	15	-	-	-	-	57
Têxtil	7	-5	-	-	8	-	-	-	10
Mineração e Pelotização	-	5	-	-	1	-	-	-	6
Alimentos e Bebidas	108	-144	28	-	13	1	-33	-	-27
Cimento, Cal e Cerâmica	5	-150	90	-	-73	-5	-	-	-133
Outras	1	4	-1	-	3	3	-	-	10
TOTAL	408	-258	125	15	-24	61	-33	12	306

FONTE: COPEL . Balanço Energético do Paraná 1980-93

Na indústria de Alimentos e Bebidas, houve redução do consumo de derivados de petróleo (144 mil tEP) e bagaço de cana (33 mil tEP). Como ela aumentou a sua produção industrial em 16% no

período (ver tabela 6), a redução de tais energéticos foi compensada pela maior utilização de eletricidade (+108 mil tEP), carvão mineral (+28 mil tEP) e lenha (+13 mil tEP). O grupo de indústrias de Minerais Não-Metálicos, Cimento, Cal e Cerâmica teve uma redução líquida de energia final de 133 mil tEP. Esta redução foi explicada pela redução de derivados de petróleo (150 mil tEP), lenha (73 mil tEP), e resíduos da madeira e agrícolas (5 mil tEP), os quais foram substituídos em grande parte por carvão mineral (+90 mil tEP) e em menor medida por eletricidade (+5 mil tEP). No caso da indústria de Papel e Celulose, que apresentou o maior crescimento absoluto do consumo de energia, após a indústria Química, os derivados de petróleo foram substituídos, em proporções variadas, por quase todos os outros energéticos: eletricidade (117 mil tEP), resíduos de madeira e agrícolas (62 mil tEP), lenha (20 mil tEP), lixívia (12 mil tEP) e carvão mineral (6 mil tEP). Além dessas indústrias, outra que substituiu derivados de petróleo (5 mil tEP) foi a têxtil e, nesse caso, por lenha (8 mil tEP) e eletricidade (7 mil tEP). Nas demais indústrias analisadas, só houve uma pequena substituição de carvão mineral (1 mil tEP) no grupo “Outras Indústrias”, não sendo possível indicar por qual(is) energético(s), já que nesse caso houve aumento de consumo de vários deles, num total de 10 mil tEP.

É interessante observar que os setores que mais contribuíram para a redução da taxa de crescimento do consumo de energia (Cimento, Cal e Cerâmica e, Alimentos e Bebidas), foram exatamente aqueles onde mais se substituiu derivados de petróleo. No caso do grupo Cimento, Cal e Cerâmica a substituição foi de derivados de petróleo e lenha, por carvão mineral; ou seja, substituiu-se a via úmida pela via seca. No caso do Grupo Alimentos e Bebidas, aconteceu a substituição de derivados de petróleo por eletricidade, provavelmente em decorrência da adoção de processos mais eficientes e talvez com aumento do valor agregado. Assim, nesses casos, é possível concluir-se que o processo de substituição acompanhou-se de melhoras na eficiência.

Quanto aos grupos Química, Metalúrgica e Mineração e Pelotização, nada é possível afirmar em relação à substituição, porque neles não houve redução de consumo de nenhuma fonte energética.

CONCLUSÕES

É importante ressaltar, em primeiro lugar, que no período analisado a economia paranaense cresceu em ritmo mais acelerado que a economia brasileira. As indústrias Extrativas e de Transformação aumentaram sua participação na economia estadual, na medida em que sua taxa de crescimento conjunta foi superior à taxa média da economia como um todo. Todos os grupos ou ramos industriais analisados neste estudo também apresentaram crescimento econômico positivo, constituindo única exceção o grupo de Cimento, Cal e Cerâmica.

Para sustentar este desempenho, importantes transformações aconteceram na área energética. Embora a taxa de crescimento do consumo energético estadual tenha sido superior ao crescimento econômico, ele foi “puxado” basicamente pelo crescimento, do próprio Setor Energético, do setor Residencial e Setor Público. Nos setores econômicos mais diretamente voltados à produção de bens e serviços, o nível de crescimento do consumo energético foi bem mais reduzido. Depois do Setor Agropecuário, que apresentou a menor taxa de consumo energético, aparece o Setor Industrial com a taxa de apenas 2,2% médios anuais. Por outro lado, deve-se notar também que os requisitos energéticos (medidos pelo coeficiente Elasticidade Energia/PIB), para o crescimento econômico no Paraná, são bem menos elevados que os exigidos, em termos médios, para a economia brasileira (tabelas 1 e 2).

Entre os energéticos consumidos, apenas derivados de petróleo e lenha apresentaram reduções. Os maiores aumentos aconteceram com o bagaço de cana, álcool e carvão mineral, os quais, entretanto, possuem ainda pequena participação na matriz energética. O destaque,

em termos de crescimento, ficou com a Eletricidade que cresceu 9,1% a.a. e ampliou sua participação para aproximadamente 28% na matriz energética (tabela 3).

Foi no setor industrial, entretanto, onde ocorreram as transformações mais significativas. Em relação às fontes energéticas, as únicas que reduziram seu consumo foram os derivados de petróleo (-258 mil tEP) e a lenha (-24 mil tEP). Essas reduções foram mais que compensadas pelo crescimento do consumo de todas as demais fontes, cabendo destacar: o carvão mineral que, por ter crescido 15% a.a., teve o consumo duplicado no período; e a eletricidade, por ter apresentado o maior aumento absoluto (408 mil tEP).

Quanto ao consumo energético das indústrias, quatro comportamentos diferentes ocorreram:

- a) indústrias com crescimento da produção industrial e redução de consumo energético;
- b) indústrias com crescimento tanto da produção industrial como de consumo energético, mas este em menor proporção que aquele (elasticidade < 1);
- c) indústrias com redução tanto da produção industrial como de consumo energético, mas este em maior proporção que aquele (elasticidade < 1);
- d) indústrias com crescimento tanto da produção industrial como de consumo energético, mas este em maior proporção que aquele (elasticidade > 1).

No primeiro caso, enquadraram-se apenas as indústrias de Alimentos e Bebidas. Foi o comportamento mais interessante, pois, além de aumentar sua produção industrial em 3% a.a. no período, reduziu seu consumo energético em (-0,8% a.a.). Como se observa na tabela 7, o *efeito conteúdo*, além de elevada magnitude, foi negativo. A redução de consumo se deu com derivados de petróleo (144 mil tEP) e bagaço de cana (33 mil tEP), enquanto as demais fontes aumentaram seu consumo em 150 mil tEP, dos quais a eletricidade respondeu por 108 mil tEP.

No segundo caso, enquadra-se o grupo “Outras Indústrias”. Também obteve um desempenho importante, pois demonstrou maior

eficiência no uso de energéticos, já que para crescer 2,3% a.a. precisou ampliar o consumo de energia em apenas 0,5% a.a. (*efeitos conteúdo e estrutura negativos*). Nesse caso, houve redução apenas de carvão mineral, enquanto aumentou o consumo da maioria das outras fontes.

O grupo das indústrias energo-intensivas do gênero Minerais Não-Metálicos, Cimento, Cal e Cerâmica, enquadrou-se na terceira situação. Apesar de ter reduzido tanto a sua produção industrial e perdido participação no total da indústria, aumentou a eficiência quanto ao uso de energia (*efeitos conteúdo e estrutura negativos*).

Enquadraram-se na quarta situação as seguintes indústrias: Química, Papel e Celulose, Metalúrgica, Têxtil e Mineração e Pelotização. Tais grupos responderam por 27,5% da produção industrial do Paraná em 1985 e, com exceção de Papel e Celulose, que teve sua participação no total levemente reduzida, todas as demais aumentaram ou no mínimo mantiveram o mesmo peso de 1980. Apesar disso, todas elas pioraram seu desempenho em relação à maneira de utilizar recursos energéticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COPEL - Balanço Energético do Paraná 1980-93. Curitiba, 1994.
- FGV - Revista Conjuntura Econômica. (Vários números).
- FURTADO, André T. As grandes opções da política energética brasileira: o setor Setor Industrial de 80 a 85. In: **Revista Brasileira de Energia**, v. 1, n. 2, 1990. p. 77-92.
- IBGE - Censo Industrial do Brasil 1980.
- LOPES, Luiz Antonio. Determinantes da Variação do Consumo Energético no Setor Industrial do Paraná no Período 80-85 - Uma Análise a partir dos efeitos conteúdo, estrutura e atividade. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Energia**. UFRJ/COPPE/Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, outubro de 1996. p. 1436-1449.
- PERCEBOIS, J. **Economie de L'Energie**. Economica. Paris, 1989

A ECONOMIA FRENTE À CRISE AMBIENTAL*

Guillermo Foladori**

INTRODUÇÃO

A organização econômica de uma sociedade é resultado de um longo processo histórico, mediante o qual se impõem determinadas modalidades de produção, de distribuição e de troca e consumo dos produtos. O sistema capitalista tem no *mercado* o instrumento mediante o qual se estabelece a dita organização econômica.

Desde o último terço do século XIX, quando se institucionalizou no mundo ocidental o pensamento econômico neoclássico, que esta teoria econômica vem considerando o mercado como o melhor organizador da produção e, de maneira espontânea, como alocador de recursos, substituindo vantajosamente qualquer planejamento racional da economia. Em todo caso, a intervenção estatal poderia ser necessária em momentos de crise, como sustenta o keynesianismo, porém sempre como um acessório temporariamente limitado, e relegado ao funcionamento mais perfeito e de maior longo prazo do mercado. O mercado, regulando através da “mão invisível” de Adam Smith, tinha, e

* Tradução do espanhol por Nelson Garcia Santos.

** Pesquisador Visitante do CNPq. Professor do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. E-mail: fola@ece.ufpr.br.

ainda tem, um peso central em todo o pensamento neoclássico e também no keynesiano.

A partir da década de 70, em que coincide uma crise econômica mundial com a tomada de consciência generalizada sobre a gravidade dos problemas ambientais, o idílico mercado cambaleia¹. Nos países mais avançados, e inclusive em alguns industrializados do Terceiro Mundo, fala-se da necessidade de uma *renda básica* para toda a população adulta, independentemente do salário. Esta é uma clara demonstração de que o mercado não é capaz de uma alocação medianamente eqüitativa da riqueza. Hoje em dia, nenhum economista sério é capaz de manter que o mercado pode oferecer pleno emprego. E não se trata de uma questão passageira; políticos e economistas de gabinete têm claro que a desocupação tem se constituído um problema estrutural, impossível de evitar pela “mão invisível” do mercado. Por certo que a teoria marxista vem insistindo, desde antes da formalização do pensamento neoclássico, sobre os efeitos negativos do sistema capitalista na classe trabalhadora e na população em geral. Porém ninguém imaginou que outro elemento viria a somar-se para socavar as bases do sistema capitalista e, conseqüentemente, das teorias econômicas neoclássicas e keynesianas que o glorificavam: a crise ambiental.

A preocupação mundial por frear a *deprecação* dos recursos naturais e a *poluição* industrial tem obrigado a economia neoclássica, até aqui hegemônica, a desenvolver modelos e instrumentos de política econômica para atribuir preço à contaminação do ar, aos genes de seres em extinção, à poluição dos cursos de água, à erosão do solo etc., assim como a estabelecer mecanismos de contabilidade que permitam incorporar às contas nacionais as chamadas “contas patrimoniais”, que não é outra coisa senão colocar preço no que na prática não tem. Este é

¹ Também sucedeu com a crise de 1929, o que deu origem à proposta keynesiana, porém, durante os anos setenta, esta se manifestou ainda sob políticas keynesianas.

outro claro indicador de como a economia neoclássica e a keynesiana estão reconhecendo a limitação do mercado para alocar determinados recursos. E é evidente que será muito difícil para um país com ambiente equilibrado, porém sem exportações competitivas, consiga sustentar sua moeda, não obstante alcance uma contabilidade patrimonial positiva. Já um outro país, com exportações competitivas porém, um meio ambiente arruinado, não terá problemas em receber créditos internacionais e garantir sua estabilidade monetária.² Todavia, independentemente de a prática confirmar os esforços da economia institucional por incorporar formalmente, no circuito mercantil, elementos da natureza, o fato é que tal intento constitui a demonstração mais nítida de que o mercado fracassou na consolidação de uma sociedade sustentável.

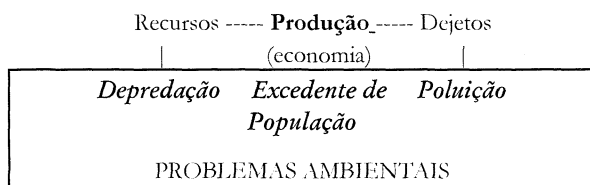
É significativo ressaltar que na segunda metade do século XIX não só se elaborava a teoria marxista, e a neoclássica em oposição, mas também se descobriam as leis da termodinâmica, surgindo assim os primeiros intentos de incorporar critérios físicos à teoria econômica (Martínez Alier, 1995). Esta nascente economia ecológica permitia prestar atenção nas diferenças entre recursos naturais renováveis e não renováveis, que é um dos problemas centrais da atual crise ambiental. Não obstante, as economias neoclássica e keynesiana não consideraram nem os argumentos marxistas nem os da economia ecológica, com a finalidade de incrementar os lucros capitalistas.

ECONOMIA NEOCLÁSSICA E MEIO AMBIENTE

A escola neoclássica e também a keynesiana consideram a economia como a alocação de recursos escassos. O mecanismo desta alocação corresponde ao mercado que, através da “mão invisível”, logra

² Um claro exemplo tem sido o caso dos “Tigres Asiáticos” durante as últimas décadas (Bello; Rosenfeld, 1995; Jong-Il You, 1995).

que aquilo que constitui o ótimo para uma pessoa se converta no melhor para o bem comum. Porém, este é um suposto restrito à economia, quer dizer, aos bens e serviços que com seus preços se intercambiam no mercado. Ficam fora da análise econômica nada menos que as bases materiais sobre as quais a produção se sustenta, ou seja, os recursos naturais. Também ficam fora da contabilidade os dejetos da produção. Em definitivo, ficam fora os dois pólos “externos” ao processo econômico em que se manifestam os problemas ambientais de *depredação e poluição*. Esquemáticamente:



Agora, o que acontece quando o comportamento de uma pessoa ou empresa afeta involuntária, porém negativa ou positivamente, o de outras? Quando, por exemplo, uma fábrica polui o ar que seus vizinhos respiram. Trata-se de um efeito não desejado nem buscado pela empresa, sobre um bem que não tem preço, porque o ar não é monopolizável, não é um recurso escasso e, portanto, não ingressa nos custos da reprodução do produto, embora afete o nível de vida de terceiros. O resultado inverso se daria, por exemplo, caso o governo municipal decidisse construir um parque onde antes estava aquela fábrica poluente. Imediatamente o preço dos terrenos vizinhos aumentará, o que pode ser considerada uma externalidade positiva para os proprietários destes últimos.

Já na década de 20 deste século, Pigou (1948) sustentou a necessidade de que estas *externalidades negativas* sejam contempladas pelo Estado, impondo aos seus responsáveis uma taxa. Esta taxa deveria ser a diferença entre o custo social e o custo privado. Esta diferença (custo externo) corresponde aos custos dos mecanismos

necessários para – no primeiro exemplo – purificar o ar até o nível anterior à sua poluição, ou indenizar os afetados. Desta maneira, o Estado corrigiria as falhas do mercado, todavia este continuaria sendo o mecanismo alocador dos recursos.

Mais modernamente, Coase (1960) defende que o problema se localiza mais em termos jurídicos do que econômicos. Se os direitos de propriedade abrangem o ar que respiramos, cada um pode exigir uma indenização à fábrica poluente. No entanto, como não existe tal alcance jurídico, a proposta de Coase consiste em que a negociação seja direta entre poluentes e afetados de maneira que eles resolvam o problema, descartando a participação estatal. Ainda que com diferente proposta de resolução, o mercado seguirá sendo o mecanismo alocador dos recursos.

Munidos deste instrumental teórico, os *economistas ambientais* avançaram na implementação de políticas tendentes a encarar os problemas ambientais. Por um lado, criando mecanismos de *controle e planejamento* do uso de recursos naturais e de geração de dejetos. Por outro, procurando *instrumentos de mercado* que outorguem preço ao que o mercado livremente não dá. Se se pudesse dar preço ao ambiente natural, e incluir esse preço na análise econômica, então as tendências negativas inerentes ao livre mercado poderiam ser corrigidas.

Não obstante as medidas corretivas terem sido sempre combinadas, os analistas entendem que se pode observar, a grandes cortes, duas etapas. Durante as décadas de setenta e oitenta a orientação foi de *comando e controle*; isto é, medidas de planificação e de punição sustentadas pelos Estados (*Polluter Pays Principle*). Ao final dos anos oitenta começaram a ser introduzidos, crescentemente, *instrumentos de mercado*, devido tanto aos altos custos para manter a maquinaria de controle estatal, quanto ao resultado não suficientemente bem sucedido dos mecanismos de controle (Stavins; Grumbly 1993; Barde; Baptist 1994).

Tanto para a solução pigouviana, quanto para a coasiana, é necessário que bens não considerados pelo mercado adquiram preço. Isto tem implicado uma série de dificuldades que tentaremos agrupar da

seguinte maneira: dificuldades de fundo, dificuldades teóricas e técnicas e dificuldades éticas.

Dificuldades de Fundo

Enfrentada a crise ambiental, a “internalização de externalidades” deveria impedir a destruição pelo processo econômico das bases da sua própria reprodução, esgotando os recursos naturais, ou criando graus de poluição que impeçam a execução da atividade e da vida mesma. Agora, como os ritmos naturais da biosfera não tem nenhuma relação com os ritmos econômicos, ao impor preço à depredação ou à poluição não se garante, em absoluto, a sustentabilidade dos ditos recursos ou bens. Em **The Gaia Atlas of Planet Management** dá-se o seguinte exemplo:

... a perda da diversidade genética é maior do que as estatísticas de perdas de espécies por si mesmas podem sugerir. Se uma espécie com um milhão de indivíduos se reduz a apenas 10000 (o qual ainda pode ser suficiente para assegurar a sobrevivência da espécie), haverá perdido 90% de suas raças, populações, e outras subunidades genéticas, com uma perda correspondente a metade de sua diversidade genética. Esta perda "oculta" da diversidade genética é geralmente passada por cima ainda que possa, no fim, representar uma ameaça tão grave como a mesma perda de espécies (Myers, 1985, p. 156).

Assim, não existe preço que possa medir o ritmo de entropia. Menos ainda, que determine o momento ótimo para frear a captura de um animal silvestre buscando garantir o *pool* genético de sua espécie. Tampouco colocando preço se garantirá que o processo produtivo adote tecnologias alternativas sustentáveis.

O conceito de “capacidade de carga”, importado da ecologia, é um bom instrumento de raciocínio desta contradição entre ritmos econômicos e ritmos da natureza. A capacidade de carga nos diz que para uma determinada população existe um volume e qualidade necessária de recursos. Se a produção ultrapassa a capacidade natural de sustentação (reprodução) de tais recursos, entram em crise os processos naturais mesmos. Pois bem, o “controle mercantil” que os preços arbitrários podem exercer sobre os ditos recursos naturais não garantirá sua reprodução. Com isso desaparece toda possibilidade de que estas

externalidades negativas se corrijam pela via do mercado. Segundo algumas estimativas, a espécie humana já utiliza uns 25% de todo o produto da fotossíntese mundial e esta porcentagem chega aos 40% quando se considera exclusivamente os ecossistemas terrestres (Vitousek et al., 1986). Os aumentos de população, e/ou da produção, no ritmo das últimas décadas, conduziriam rapidamente a um esgotamento dos ecossistemas. A primeira vista existe uma contradição entre a tendência da economia capitalista a um crescimento ilimitado e a escala ótima da capacidade de carga de uma população em um ecossistema.

Mais grave ainda é quando o recurso a reproduzir é a própria vida humana. Segundo a teoria neoclássica, os salários deveriam garantir a reprodução deste recurso, isto é, a vida humana. Não obstante, é conhecido, por exemplo, a localização das empresas transnacionais em países onde os salários são baixos e as regulações ambientais limitadas ou facilmente evadidas. Assim, o desastre ecológico de Bhopal na Índia, causado pela Union Carbide, com milhares de mortes e enfermos, resultou em indenizações inferiores às concedidas pelo derramamento de petróleo da Exxon Valdez no Alasca em 1989, onde não houve perdas humanas (Martínez Alier, 1992, p.135). Também se pode ver no contracunho do crescimento do PIB no Chile, em parte resultado do auge das agroexportações em que se empregam pesticidas que geram crianças sem cérebros entre os trabalhadores (Instituto de Ecologia Política de Santiago; citado por Casagrande, 1997, p.145). A vida humana, que é biologicamente igual nos países desenvolvidos e nos do Terceiro Mundo, não é igual do ponto de vista do mercado. Assim, quando os economistas neoclássicos e keynesianos se baseiam na lógica do mercado para “administrar os recursos vivos (trabalho)”, não só estão longe de atingi-los, como também lidam com atitudes racistas.

Dificuldades Teóricas e Técnicas

Quais são as externalidades, ou até onde levar as externalidades? Imaginemos, por exemplo, o transporte de cargas. Existe uma série de externalidades derivadas desta indústria. A fumaça lançada na atmosfera e o

ruído em áreas residenciais parecem exemplos óbvios; porém, o que dizer dos acidentes? Constitui uma externalidade um acidente na estrada? Inclui esta externalidade o custo do hospital das vítimas? A reposição dos materiais danificados? A eventual perda de tempo do resto do transporte, pela detenção do tráfico? Quando o tráfico incide, através da fumaça, sobre a saúde das pessoas, podem os gastos médicos ser considerados parte da externalidade do transporte? São todos problemas difíceis de resolver, como se deduz da seguinte citação a respeito:

A avaliação dos custos sociais em termos monetários é ainda mais difícil. Vários métodos têm sido desenvolvidos para realizar esta conversão, incluindo a estimativa do custo de reparo do dano (tal como bônus hospitalares, no caso de acidentes de trânsito); estimativa do custo de evitar o dano em primeira instância (como o custo de instalar cintos de segurança nos automóveis); ou estimativa da diminuição dos valores dos bens como resultado da externalidade (preço das casas tendem a cair onde o ruído do tráfico é grande) (Jones; Short, 1994, p. 13).

Outra dificuldade é a de determinar a quantia de um preço que não existe, quando se trata de avaliar os custos de situações não existentes. Tem sido desenvolvidos diversos mecanismos para valorar bens que não são mercadorias. Porém estas diferentes metodologias levam a resultados tão distintos que sua credibilidade perde força. Quando, por exemplo, se realizam pesquisas de opinião para consultar sobre o que você estaria disposto a pagar para, digamos, transformar um aterro sanitário em parque, os resultados podem ser absurdos. Algo que se contradiz abertamente com a lógica mesma da teoria neoclássica. Segundo esta, para que a alocação de recursos logre o ótimo social, é necessário que demandantes e ofertantes nivelem suas diferenças no mercado, a partir de alternativas reais de compra e venda de mercadorias, logrando assim os princípios de equilíbrio ou, pelo menos, tendendo a isso. Pesquisas sobre preços imaginários podem conduzir a qualquer coisa. Como escrevem Jones e Short, “... se as diferentes metodologias podem produzir estimativas substancialmente diferentes dos valores das externalidades, a credibilidade dos resultados cairá inevitavelmente.” (Jones; Short, 1994, p. 13)

Segundo a teoria, a externalidade pode ser negativa ou positiva. Quando, por exemplo, o Estado constrói um parque em uma cidade, o preço do solo dos arredores aumenta. Os vizinhos valorizam seus prédios como resultado desta externalidade positiva. Claro está que determinar quando é positiva ou negativa não é sempre simples, e pode ser até contraditório. Suponhamos que na mesma cidade o crescimento imobiliário vertical leve a enclausurar as residências entre altos edifícios. O incremento do preço do solo que isso provoca é uma externalidade positiva para o terreno onde está localizada a casa; porém é provável que em seu conjunto esta se desvalorize, devido a restrições de luz, sol, incremento do ruído, perda de privacidade etc. O incremento do preço do solo pode ser prejudicado pela diminuição do preço da casa. Ao enfrentarmos as duas mercadorias (casa e terreno), não podem ser comercializadas de forma separada, uma vez que foram unidas, ainda que seus respectivos preços se comportem de forma independente, por conter um deles um componente significativo de renda diferencial do solo.

Dificuldades Éticas

Como a fixação de preços não é um resultado “natural” do mercado, ele se converte em uma decisão tecnocrática não garantida pela “mão invisível”. O preço perde o fetichismo de aparecer como resultado natural. Além disso, como o propósito é alcançar um desenvolvimento sustentável para as gerações futuras, resulta que eticamente é discutível outorgar preços ao grau de exploração de recursos que serão utilizados por gerações não presentes na negociação. Martínez Alier vai ainda mais longe, criticando a própria metodologia da economia neoclássica. Afirmo ele que:

... Quando tratamos dos recursos esgotáveis ou de contaminações irreversíveis, esse princípio metodológico de que a alocação de recursos responde as preferências expressadas pelos agentes econômicos, *encontra uma dificuldade ontológica*: muitos agentes econômicos relevantes ainda não nasceram e não podem, portanto, expressar suas preferências (Martínez Alier, 1993, p.193).

Disso conclui que os economistas devem, “... reconhecer que há uma fixação sem que haja uma transação” (Martínez Alier, 1993 p.209).

Isso altera totalmente o sentido metodológico e a ética sobre a qual se fundamenta a análise econômica tradicional. Mas, o problema ético não está presente apenas com as gerações futuras. Também está com as presentes. Quando se trata de uma operação econômica de risco que afeta vidas humanas, seja de forma parcial, ou total com a morte, o mercado fixa um preço às ditas vidas ou a invalidez. Este preço se estabelece segundo os salários da região. Um seguro de vida grupal, que realiza uma empresa com uma seguradora, será mais barato em um país onde os salários são mais baixos que em outro, com salários mais altos.³ De fato, o seguro de vida está em função da idade da pessoa, da vida útil que teoricamente lhe é atribuída e do nível do salário que obterá em vida. Naquele lugar onde os salários são mais altos, o que normalmente coincide com uma vida mais longa, o custo do seguro é muito maior. O mercado utiliza o mesmo critério de custos e oferta e demanda, para qualquer mercadoria, sejam estas pessoas ou coisas. Do ponto de vista da lógica mercantil isto é correto, como assinalou um economista do Banco Mundial em 1992:

O montante dos custos de uma poluição não paga que afeta a saúde depende dos ingressos que se perde por causa da maior doença e mortalidade. Deste ponto de vista, uma determinada quantidade de poluição negativa para a saúde deveria ser realizada naquele país que tiver os menores custos, que seria o país com os salários mais baixos. Penso que a lógica econômica de descarregar lixo tóxico nos países com salários baixos é impecável e deve encarar-se de tal maneira (The Economist, 1992, p. 66).

Os comentários são dispensáveis...

Dificuldades Políticas

A valoração de um recurso sem um preço fixado espontaneamente pelo mercado é sempre arbitrária. A discussão mundial sobre a redução do CO₂ atmosférico é ilustrativa. que o incremento de CO₂ implica o efeito estufa, com inúmeras consequências (possível aumento do nível dos mares,

³ Vários e bem documentados exemplos são mencionados em Martínez Alier (1995).

morte de milhares ou milhões de espécies etc.). Um primeiro problema está em saber se se trata de uma externalidade positiva ou negativa. Para aqueles que são afetados negativamente pelo aumento do nível do mar, ou por um aumento da temperatura que converta em deserto as antigas terras verdes será uma externalidade negativa. Pelo contrário, para regiões como Groenlândia, por exemplo, pode significar a possibilidade de um novo celeiro mundial. Poderíamos dizer, então, que as externalidades negativas e positivas de alguma forma se compensam. Porém, como medir esta compensação? Por habitantes beneficiados versus prejudicados? Isto poderia não ser de todo justo, já que os prejudicados poderiam receber indenizações e logo migrar para as áreas beneficiadas, favorecendo-se assim duplamente. Por países beneficiados versus prejudicados? Poderia ser injusto, já que existem países maiores e menores, mais e menos povoados etc. Por superfície beneficiada versus superfície prejudicada? Porém, quem receberá os benefícios e, como taxar as diferentes superfícies de fertilidade não conhecidas?

Suponhamos, por um momento, que o incremento de CO₂ seja uma externalidade negativa, como é hoje em dia, internacionalmente aceito. No entanto, o negativo não é a emissão de CO₂ em si, a não ser que esta se dê em um ritmo maior ao que a natureza (basicamente a vegetação e os oceanos) pode absorver. Então, bem se pode atuar sobre a emissão, ou bem se pode atuar sobre a absorção. Em ambos os casos o resultado é, em termos ecológicos, o mesmo. Porém uma ou outra alternativa implica decisões políticas, com beneficiados e prejudicados diferentes. Os países desenvolvidos têm se mostrado proclives à redução das emissões. Com razão, Agarwal e Narain, da Índia, argumentaram a partir da lógica da absorção em lugar da emissão. Considerando que os oceanos e vegetações mundial são patrimônio histórico da humanidade, cada país poderia ter cotas desse sumidouro natural. Aqueles países cuja emissão ultrapasse a cota do sumidouro que lhes correspondem, deveriam pagar ou comprar dos outros as diferenças. Uma divisão por pessoa beneficiaria os países pobres mais populosos e menos industrializados e prejudicaria os países ricos, mais industrializados e com menor quantidade relativa de habitantes.

Também poderia colocar-se o problema em termos de manto verde de cada país e sua capacidade de absorção de CO₂. Se este fosse o caso, o Brasil, por exemplo, obteria importantes benefícios (Martínez Alier, 1995).

ECONOMIA ECOLÓGICA

A análise da economia ecológica parte dos fluxos de energia e se fundamenta, para isso, nas leis da termodinâmica. A enunciação das principais leis da termodinâmica foi cristalizada em 1824, quando Sadi Carnot (1796-1832) escreveu os resultados de sua investigação dos fluxos energéticos da máquina a vapor. As duas primeiras leis da termodinâmica dizem:

- 1) Em um sistema isolado (fechado) a energia total (soma de todas suas formas, v.g. mecânica, química, térmica, eléctrica) é constante.
- 2) A energia flui em uma só direção; tende a dissipar-se em calor de baixa temperatura que não pode ser utilizado. Se chama entropia a esta soma de energia não aproveitável.

Enquanto a economia discute a maneira como a sociedade capitalista organiza sua produção e fixa seus recursos, não repara que a base última de todo processo produtivo depende de recursos naturais e materiais que estão sujeitos às leis físicas da termodinâmica. O interesse em incorporar estas medições físico-energéticas às análises econômicas não é novo. Graças ao elaborado livro de Joan Martínez Alier *A Ecologia e a Economia* conhecemos uma corrente do pensamento econômico largamente marginalizada.

Martínez Alier resgata do esquecimento uma série de autores que, desde o último terço do século XIX, realizaram diferentes intentos de medição dos fluxos energéticos. Podolinski, na década de 1870, comparou o balanço energético de distintas atividades agrícolas na França. Sua conclusão foi que a aplicação de trabalho humano e animal aumenta o produto medido em quilocalorias, diante os pastos naturais e os bosques; além disso, o trabalho humano aplicado a diferentes atividades têm

resultados também distintos. Embora toda atividade econômica suponha um déficit energético, não ocorre em igual magnitude, o qual é central para uma perspectiva econômica sustentável.

Podolinski interessou-se assim mesmo por incorporar sua contabilidade energética na teoria do valor, para o que estabeleceu correspondência com Karl Marx. Não obstante, como também menciona Martínez Alier, nem Marx, nem Engels consideraram pertinente esta possibilidade. Com isso resulta que tanto a economia marxista, quanto a economia neoclássica não prestaram atenção nos fluxos de energia derivados da atividade econômica. Este esquecimento e desprezo pela relação entre ecologia e economia se manteve praticamente até a década de 1970, apesar do intento de vários autores (Martínez Alier, 1993).

Em 1971 publicou-se o livro de Georgescu-Roegen *A Lei da Entropia e o Processo Econômico*, que traz à tona, novamente, o papel central que os materiais devem ter na gestão econômica. Georgescu-Roegen tem insistido nos recursos não renováveis como ameaça para a sustentabilidade do processo econômico e na entropia resultante. Porém, o auge da economia ecológica não se dá senão nos anos seguintes, como resposta ao estado público que toma a crise ambiental. O informe do Clube de Roma *Os Limites do Crescimento* (1972), concluía como primeira questão:

1) Se se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontável declínio tanto da população como da capacidade industrial (Meadows, 1972, p.40-41).

O mesmo informe sugeriu a alternativa de frear o crescimento econômico em favor de uma economia com relação ecológica estável. Uma série de autores (Georgescu-Roegen, 1971; Ehrlich, Ehrlich, Holdren, 1989; Naredo, 1987; Martínez Alier, 1993; Daly, 1972; Boulding, 1989, tendo como base as leis da termodinâmica, expõem

uma crítica à concepção tradicional da economia. Os eixos centrais dessa crítica são os seguintes:

- 1) O pensamento econômico tradicional tem considerado a atividade econômica como um sistema fechado, isolado, reduzido ao ciclo produção-consumo. Tudo o que escapa a este ciclo, particularmente os recursos e os dejetos, que antes de ingressar no ciclo econômico (recursos) ou depois de sair dele (dejetos) não têm preço, não interessa à contabilidade econômica e, portanto, ao interesse do empresário. Contra isto, a economia ecológica defende que a economia é um sistema aberto, inserido em um ecossistema (Planeta Terra) fechado. Este ecossistema Terra é aberto em energia solar e fechado em materiais. Daí que a atividade econômica deva contemplar não só os produtos *dentro do ciclo econômico convencional*, como também, aqueles que constituem sua condição: os recursos naturais, assim como os dejetos.
- 2) Ao não reparar nos aspectos energéticos e no caráter *renovável* ou não dos materiais, a economia se move com ritmos baseados exclusivamente na dinâmica dos preços, os quais se contrapõem com os ritmos naturais. É necessário, portanto, que a atividade econômica contemple os diferentes ritmos naturais e, com isso, a distinção entre recursos naturais renováveis e não renováveis, assim como a velocidade e possibilidade de reciclagem dos dejetos.
- 3) Apesar de que, segundo a lei da entropia, toda energia tende a degradar-se, cada modalidade energética pode ser distinguida segundo sua qualidade. Quer dizer, a capacidade de produzir trabalho útil é diferente segundo a fonte energética e o seu modo de utilização. A análise energética poderá servir de guia para a utilização de materiais energeticamente mais eficientes e, portanto, mais sustentáveis.

A economia ecológica descansa sobre uma análise energética. Isto coloca uma série de dificuldades. A primeira é de ordem técnica, e

pode ser formulada mediante a pergunta: existem limites físico-materiais para a produção humana? A resposta da economia ecológica é um contundente sim. O argumento é simples: a Terra é limitada em materiais, portanto, um crescimento ilimitado da produção é inviável. Porém, isso pode ser discutido. A vida na Terra também terá um limite. Calcula-se que o sol se extinguirá dentro de 5 bilhões de anos. Então o problema é de ritmo e não de limites absolutos. Para ser corretamente formulada, a pergunta deveria ser: cresce a produção humana a um ritmo que coloca limites de abastecimento de materiais em um futuro previsível? Creio que ninguém se atreveria a dar uma resposta medianamente sólida, se considerarmos a rápida variação na tecnologia, nas estimativas de existência dos principais materiais e nas mudanças da dinâmica da população.

A segunda dificuldade tem a ver com a especificidade humana no comportamento com seu ambiente. Contrastar os limites finitos dos materiais com a tendência do crescimento infinito da produção/necessidades é enganoso, tanto pelo lado das necessidades, como pelo lado dos materiais. No que diz respeito às necessidades, sabe-se que a dinâmica da população (que é a base de qualquer necessidade), obedece a vários fatores (taxa de fecundação, esperança de vida etc.). Todos eles ligados diretamente com o modo de produção e com as fases de seu desenvolvimento. Enquanto as taxas de crescimento demográfico anual na Ásia e África variam entre 2,4 e 3%, nos países desenvolvidos estão entre 0.1 na Comunidade Européia e 1 na Austrália e Nova Zelândia. A estreita relação entre a dinâmica populacional e a estrutura econômica se manifesta nos resultados tão diversos das projeções sobre a população (Perlman, 1984). Porém, o que é ainda mais importante, tudo indica que o desenvolvimento econômico dos países conduz imediatamente a um descenso dos índices de crescimento da população. Por sua parte, os materiais não podem ser considerados para fins do uso humano como limitados. Existe uma diferença entre o recurso como conceito abstrato e o recurso como categoria econômica. O segundo, e não o primeiro, é o que interessa à humanidade. A sociedade

humana tem a capacidade de utilizar recursos dos mais variados, substituindo uns por outros segundo os fins e o grau de desenvolvimento tecnológico. Os recursos não são nunca limitados, uma vez que quando começam a escassear como matéria-prima para determinada atividade, rapidamente podem ser substituídos por outros. Neste sentido, o ser humano se depara antes com limites sociais do que com limites materiais absolutos. É esta a lei da vida humana.

A terceira dificuldade é de ordem econômica, e também podemos colocá-la em forma de pergunta: pode organizar-se uma produção econômica alternativa, que contemple os recursos renováveis e não renováveis bem como os dejetos dentro da lógica mercantil da sociedade capitalista? A resposta a esta pergunta implica uma análise das tendências intrínsecas à produção capitalista e sua relação com a depredação e poluição da natureza. A economia ecológica ainda não realizou esta análise, de maneira que seus planos alternativos não encaixam com uma proposta política coerente. Não conhecemos se é possível uma “produção ecológica” dentro do capitalismo nem quais serão os setores ou grupos encarregados de conduzir tal processo, bem como os que se opõem.

Finalmente, a quarta dificuldade é de ordem política. Se a administração dos recursos naturais deve basear-se em uma análise “racional” de distinção entre recursos renováveis e não renováveis e, de acordo com as contabilidades energéticas, isso não levaria, implicitamente, a uma proposta tecnocrática de decisão econômica talvez muito mais distante das vontades explícitas dos economistas ecológicos do que a proposta marxista de politizar a economia?

A economia ecológica alerta para o fato de que se a população continuar se duplicando a cada 50 anos, como tem sucedido nestes últimos, ou se o nível do consumo energético dos países desenvolvidos se estender ao resto do mundo, em poucas décadas acabariam as reservas energéticas e chegar-se-ia ao topo do uso de produtos da fotossíntese mundial. Por isso é que **uma** (mas não a única) das propostas seja a de uma *economia de estado estacionário*, ou de *zero*

*crescimento*⁴. Por “estacionário” se entende um acervo de riqueza física e de pessoas constante⁵. Esta alternativa se enfrenta à economia neoclássica defensora da acumulação ilimitada de capital e, à proposta mais concreta por um desenvolvimento sustentável, como a defendida no informe Brundtland das Nações Unidas de 1987, onde se enunciava como solução ao problema da pobreza um crescimento do produto bruto mundial entre cinco e dez vezes, o qual seria materialmente impossível. Como escreve Daly, “... o crescimento contínuo tanto da capacidade (acervo) como do ingresso (fluxo) é parte essencial do paradigma neoclássico do crescimento. Mas em um mundo finito o crescimento contínuo é impossível” (Daly, 1989, p.15).

Uma proposta de organizar a economia a partir de critérios físicos, ou com o objetivo de obter um crescimento zero, apresenta uma série de interrogações. A primeira e mais geral é, como assinalamos mais acima, se é possível no marco de um sistema capitalista o crescimento zero. Daly, por exemplo, considera que a tendência à produção ilimitada é resultado da interpretação neoclássica. Em suas palavras:

... o suposto tácito e as vezes explícito da mania do crescimento keynesiano-neoclássico é que as necessidades totais são infinitas e que se devem satisfazer tratando de lograr que a produção total seja infinita e, que a tecnologia é um

⁴ *Economia de estado estacionário e crescimento zero* hoje são usados hoje como sinônimos. Não obstante, para a economia política clássica do século XIX o estado estacionário seria o resultado natural de um tendência à diminuição dos ganhos, e uma preocupação a resolver, enquanto a economia de zero crescimento é uma situação ideal a ser alcançada.

⁵ Os defensores de uma *economia de estado estacionário* não negam a possibilidade de um desenvolvimento permanente, baseado em dimensões não físicas derivadas de todos os aspectos culturais. Isto também havia sido reconhecido por John Stuart Mill, pioneiro da proclamação de uma economia estacionária: “Sobra dizer que a situação estacionária do capital e da população não implica uma situação estacionária do progresso humano. Seria mais amplo que nunca o campo para a cultura de entendimento e para o progresso moral e social; haveria as mesmas possibilidades de aperfeiçoar a arte de viver, ... incluso as artes industriais se cultivariam com mais seriedade e com mais êxito, com a única diferença de que, em vez de não servir para aumentar a riqueza, o progresso industrial produziria seu legítimo efeito: abreviar o trabalho humano” (Stuart Mill, 1986, p.252).

onipotente deus '**ex machina**' que nos resolverá qualquer problema induzido pelo crescimento (Daly, 1989, p.15).

Uma série de investigações antropológicas dos anos sessenta serviriam de apoio a estas concepções. Contra a idéia tradicional de que as sociedades mais primitivas vivem em constante luta pela sobrevivência, os estudos de campo revelaram que as sociedades primitivas vivem numa *economia do ócio*, onde a subutilização de tempo e recursos é um ato consciente; destruindo com isso, o enunciado absoluto das necessidades humanas ilimitadas proclamada pela economia neoclássica (Sahlins, 1977).

Entretanto, Daly coloca a realidade de ponta cabeça. No lugar de conceber a teoria econômica keynesiana-neoclássica como uma interpretação de uma realidade derivada de certas relações de produção e apropriação, acredita ele que são essas *idéias* de necessidades ilimitadas o que eleva a produção em igual medida. Outros defensores da economia ecológica, argumentaram, como forma de reverter a atual tendência de crescimento ilimitado, uma estratégia de vida em pequenas comunidades auto-suficientes e autoreguladas, baseadas em tecnologia de pequena escala (Elliot, 1980; Bookchin, 1978). Porém, que sentido tem isto no marco de um sistema capitalista? Está demonstrado pela história que em momentos de estancamento econômico aumenta o desemprego e a desigualdade. Lester Thurow exemplifica este argumento da seguinte maneira:

... a história da economia norte-americana posterior a Segunda Guerra Mundial está repleta de períodos com crescimento econômico zero ou negativo: 1949, 1954, 1957-58, 1960-61, 1969-70 e 1974-75. ... O que sucedia? Dado um incremento na produtividade de 2% ao ano, cada ano se necessita uns 2% a menos de trabalhadores para produzir um nível constante de produto. Por outra parte, nossa força laboral está crescendo em torno de 1% ao ano, devido ao crescimento da população e a crescente taxa de participação feminina. Quando se combinam estes dois efeitos, o crescimento econômico zero conduz a incrementos sobre o desemprego de três pontos de porcentagem por ano. Depois de um tempo o desemprego seria tão alto que os trabalhadores deixariam de buscar trabalho e as taxas de participação diminuiriam, conduzindo antes ao desemprego oculto que ao desemprego medido. Porém é um fato concreto que o crescimento econômico zero implica desemprego em um rápido aumento segundo nossos atuais arranjos institucionais (Thurow, 1985, p.121).

Nada garantirá que sob o sistema capitalista de divisão social do trabalho, um estancamento da produção beneficie *a algum setor da sociedade*. A debilidade dos delineamentos da economia ecológica está no fato de basear seus argumentos em princípios físicos e pretender anexá-los ao funcionamento econômico regido por leis sociais. Ao realizar uma crítica sobre o funcionamento da sociedade capitalista desde fora das próprias leis econômicas, a partir da lógica físico-energética, a economia ecológica não tem uma interpretação de quais são as causas da crise ambiental, do porque sob as relações capitalistas não têm possibilidade econômica de crescimento zero e, menos ainda, de saber quais são os setores interessados em chegar a uma organização econômica alternativa.

BREVE DIGRESSÃO PARA A BIOLOGIA

A economia neoclássica, com seu conceito de *externalidade*, busca tornar viável o capitalismo, sacudido pelos problemas que a crise ambiental lhe apresenta. É uma teoria para *melhorar* o funcionamento do sistema capitalista. Por isso não há, nessa teoria, análise alguma das causas pelas quais os ditos problemas ambientais ocorrem. Tem-se por fato que a organização capitalista é a melhor e trata-se de corrigir as disfuncionalidades.

A economia ecológica, partindo da *lei da entropia*, pretende que a economia se regule a partir de princípios físicos-energéticos neutros. É uma teoria que *questiona* o sistema capitalista por seus resultados, porém, não por sua lógica interna, que não busca analisar.

Nem a economia neoclássica e keynesiana, nem a economia ecológica se preocupam pelas causas que, *no interior da economia capitalista*, conduzem à destruição do meio ambiente.

Antes de revisar a maneira como as tendências de funcionamento do sistema capitalista se relacionam diretamente com a crise ambiental, permitam-nos uma breve digressão rumo à biologia.

Assim como na Economia, em que a escola neoclássica e keynesiana se tornaram hegemônicas em termos institucionais, limitando com isso o desenvolvimento de outras teorias, na Biologia este papel hegemônico lhe tem correspondido, ultimamente, ao neodarwinismo. Esta corrente é mais darwinista que o mesmo Darwin, ao outorgar à herança genética através da seleção natural a *única* causa significativa da evolução (Maynard Smith, 1987). O papel dos indivíduos passa a ser, exclusivamente, o de veículos para a transmissão dos genes. Para esta concepção teórica hegemônica, os indivíduos adaptam-se a um meio preestabelecido, não importando o que podem fazer para alterá-lo, já que as adaptações individuais não afetam os genes que, em definitivo, serão os responsáveis para a reprodução da espécie.

Porém, outra teoria da evolução abre caminho desde o começo da década de 1960 (Odling-Smee, 1994; Lewontin, 1982; Plotkin, 1988). Esta teoria, a **fenogenetista** defende que os indivíduos de qualquer espécie são, do ponto de vista evolutivo, não só portadores de genes. Os indivíduos atuam no meio ambiente transformando-o, com o qual criam pressões ambientais diferentes, tanto para os seus descendentes como para o resto das espécies vivas. Com isto em consideração, a evolução é contemplada segundo a herança genética ao estilo darwinista e, também, no que se refere ao papel ativo do fenótipo na transformação do ambiente e da evolução⁶ (Odling-Smee, 1994). Em definitivo, o tema da transformação do entorno está presente em todos os seres vivos.

Agora, como os seres vivos transformam o meio? Consumindo, o que significa apropriando-se de matéria abiótica e/ou biótica e gerando detritos. Esta ação de cada indivíduo e/ou cada espécie, com o propósito da sobrevivência e reprodução com mais êxito, sofre a possibilidade do desaparecimento de certas espécies em favor de outras. A transformação do meio que algumas espécies praticam pode ser fatal

⁶ Entendendo por fenótipo o indivíduo que atua sobre um ambiente e se reproduz.

para outras tanto quanto proporcionar uma crise ambiental. Algumas espécies vegetais, por exemplo, criam folhas secas ao seu redor, o que favorece os incêndios, podendo-se até dizer que os provocam, matando o resto da vegetação e facilitando sua própria reprodução (Odling-Smee, 1994). Na escala planetária, o exemplo mais eloqüente foi a ação das cianobactérias anaeróbias (3.5 a 2.5 bilhões de anos) que, consumindo bióxido de carbono e liberando oxigênio, alteraram a composição da atmosfera até levá-la à proporção atual (21% de oxigênio), com o qual se intoxicaram, criando assim as bases para sua própria destruição; enquanto outros, os micróbios, desenvolveram a capacidade de utilizar o oxigênio na respiração, começando então o longo caminho da evolução dos organismos aeróbios (Margulis, 1990). Porém este exemplo, por mais destacável e decisivo que tenha sido, é extraordinário, porque o resíduo que geravam as cianobactérias iam diretamente à atmosfera, transformando-a e, com isso, afetando o Planeta em seu conjunto. O comum é que a ação de uma espécie se depare com os limites físicos onde atua: na água, na terra firme, no ecossistema mais reduzido. Assim, os indivíduos de qualquer espécie têm o limite em suas próprias possibilidades físicas. Eles se apropriam dos materiais abióticos e de outros seres vivos, na medida de sua necessidade física. O consumo e também os dejetos têm o limite das necessidades fisiológicas.

A espécie humana pareceu sujeitar-se a limites relativamente similares durante todas as suas fases econômicas pré-capitalistas, porque o fim último seguia sendo o de satisfazer as necessidades⁷. Produzia valores de uso e, com isso, depredava e poluía com o mesmo fim que os demais seres vivos: sobreviver e reproduzir-se. Mas, com a produção capitalista ocorre algo diferente. O fim já não é a produção de valores de uso, de objetos úteis para satisfazer as necessidades, senão

⁷“Relativamente similares” porque desde o começo, com os instrumentos que ampliaram seu horizonte temporal e espacial de ação, teve possibilidades extraordinárias se comparadas ao resto dos seres vivos.

que a produção pela produção mesma, o valor pelo valor. A natureza se disfarça em valor de troca.

VOLTANDO À ECONOMIA POLÍTICA

Aristóteles tinha assinalado a diferença entre a produção destinada à obtenção de valores de uso, que ele chamou *economia*, da produção destinada ao mercado, que chamou *crematística*. O que na época de Aristóteles constituía uma parte da atividade econômica, e nem se quer a principal, se converte em aspecto central no sistema capitalista. Aristóteles escrevia:

... para ela, [a crematística] a *circulação* é a fonte da riqueza. E parece girar em torno do dinheiro, porque *o dinheiro é o princípio e o fim deste tipo de intercâmbio*. Daí que também a riqueza que a crematística trata de alcançar seja *ilimitada*.

... também não existe para a dita crematística nenhuma trava que se oponha ao seu objetivo, pois seu objetivo é o enriquecimento absoluto (citado por Marx, [1977, p.186-187]).

Trata-se de uma constatação radical para a problemática ambiental. Enquanto a produção pré-capitalista de valores de uso tem seu limite na satisfação das necessidades, a produção mercantil para incrementar o lucro não tem limite algum. Esta diferença, tão simples e geral, está na base do esgotamento dos recursos naturais a um ritmo nunca suspeitado na história da humanidade bem como da geração de dejetos (poluição) numa medida ilimitada.

Se em lugar da produção mercantil pré-capitalista, como a que fazia menção Aristóteles, considerarmos a produção mercantil capitalista, as consequências pioram ainda mais. O lucro mercantil pré-capitalista provém do saque, do monopólio, das diferenças de preços entre regiões. O lucro capitalista parte do nivelamento dos diferentes lucros entre as ramos; com isso a redução do preço de custo se torna mais necessário que nunca. E, precisamente, uma das formas de baratear os custos é pela via da incorporação como matéria-prima de objetos da natureza sem preço, com o qual a depredação de recursos

naturais aumenta consideravelmente, como tem demonstrado a história capitalista (Foster, 1994).

Quando se vive em uma sociedade onde todos os produtos, a natureza monopolizada e até as relações pessoais tendem a estar, ou estão mediados por preços, o absurdo parece lógico. Da mesma maneira que, se no interior de uma família, cada integrante utiliza os bens e o espaço em função exclusivamente pessoal e gera desperdícios sem considerar os demais, a vida familiar será qualquer coisa menos harmônica. O Planeta deve ser considerado, aos fins humanos, como o lar desta grande família. Mais ainda, deve ser assumido como o lar compartilhado por outras famílias vivas não humanas. Considerá-lo assim significa utilizar os recursos e gerar dejetos de maneira coletivamente decidida e planejada. Significa que os recursos físicos, renováveis e não renováveis, os materiais, os meios de produção em geral e o trabalho não sejam utilizados de forma individual mas sim social. Ao contrário de tudo isto, a propriedade capitalista garante que cada um faz dos recursos e dejetos que gera o que bem entende. Frente à crescente consciência e boa vontade dos empresários colocam-se os preços, como luzes na noite que lhe indicam o caminho a seguir, totalmente distante do caminho da decisão consciente e coletiva. A organização da produção, distribuição e consumo pela via do mercado é o mecanismo naturalmente mais antiecológico que pode existir, tanto é assim que deixa “naturalmente” de lado a natureza e os dejetos que não têm preço.

A produção mercantil capitalista, que não é uma vocação consciente como imagina Daly, senão a consequência necessária quando existe distribuição privada dos meios de produção e do solo, possui regulações e leis sociais intrínsecas, que a obrigam, além da vontade das pessoas, à depredação e poluição do mundo. Poderá ser elaborada uma infinidade de políticas econômicas, ou critérios físico-energéticos para contra-restar e, seguramente, a situação ficará melhor, porém as causas últimas não podem ser evitadas enquanto o mundo for propriedade privada de uns poucos.

A economia ecológica fundamenta sua crítica numa análise físico-energética; na forma capitalista de utilização dos materiais e da energia e nas taxas de crescimento demográfico, que juntos conduzem a uma crise ambiental. Se é este o problema, poderíamos concordar com os economistas neoclássicos-keynesianos ambientalistas que propõem medidas técnicas para a utilização mais eficiente da energia, ou inclusive de energias alternativas, aliadas à redução dos dejetos e às medidas de controle da população. Se o problema é físico, não há razão para que uma solução físico-técnica não possa dar resultados.

Não obstante, como temos visto, há leis intrínsecas ao capitalismo que guiam seu comportamento. Tecnicamente poderá melhorar-se a situação, porém nunca suprimi-la; o problema não é técnico nem físico, é social.

Além das dificuldades com que se enfrenta a economia neoclássica e keynesiana para abordar o tema ambiental e da crítica da economia ecológica, existe um problema irresolúvel para estas teorias econômicas: a própria existência de externalidades e a separação na prática entre ecologia e economia. Uns enfrentam a necessidade de considerar as externalidades; mas, por que existem externalidades? Outros enfrentam a necessidade de anexar critérios físico/energéticos à economia; mas, por que ecologia e economia estão separadas?

A base de funcionamento do sistema capitalista consiste em que as empresas abandonam involuntariamente a organização e o destino global da produção ao mercado. É o mercado que, elevando os preços de certas mercadorias e abaixando outros, sugere às empresas o que produzir e com que tecnologias e recursos. É também, através do mercado, que o produto global é distribuído entre a população. Desta forma, a decisão das empresas a respeito dos recursos e dejetos está limitada pelo análise custo-benefício e pelas possibilidades que os preços exteriores lhe impõem.

O resultado de abandonar ao mercado a organização global da economia é, paradoxalmente, a existência da *economia* por um lado, a *política* por outro e a *ecologia* por outro. Se em lugar de empresas

independentes, a produção fosse o resultado da associação consciente dos produtores, não haveria um critério externo como são os preços impostos pelo mercado. Os recursos naturais com suas diferenças em renováveis e não renováveis, assim como os critérios energéticos e, a poluição “sem preço da economia capitalista” entrariam por igual nas decisões, junto ao restante dos meios de produção e do trabalho. O que hoje são esferas de atividades e interesses separadas: economia, ecologia, política, (para o que se requerem de instrumentos e políticas para relacioná-la) constituir-se-iam numa unidade. **Não haveria, então, externalidades; todos os elementos físico-materiais e sociais da produção seriam, por si, internos. Não haveria separação de ecologia e economia; a contabilidade seria material e sobre critérios políticos, os conhecimentos físico-energético da ecologia e, os sociais da economia simplesmente estariam, por si, unidos.**

A história do pensamento econômico é eloqüente a respeito. A humanidade sempre realizou atividades econômicas. Porém a possibilidade de pensar a economia como uma ciência em si, separada da moral, da ética e da política, só surgiu em torno do século XVII na Europa, quando a prática separou a economia da política. A generalização da pequena propriedade mercantil mudou o eixo das decisões econômicas. Se em todas as formas pré-mercantis de produção a decisão político-violenta do senhor feudal, do povo conquistador, do estado tributário, do escravista, era quem obrigava o trabalhador a gerar excedentes, a pequena produção mercantil deixa nas mãos do próprio produtor, dono dos seus meios de produção, a decisão. Sob a pequena produção mercantil ninguém obriga a produzir, menos ainda um excedente, salvo, claro está, as pressões do preço do mercado, que obrigam como uma lei invisível a aumentar permanentemente a produtividade, sob risco da quebra econômica. Pela primeira vez na história, de maneira generalizada, a atividade econômica se separa da política. Desaparece a coação extra-econômica, isto é, política, para produzir. É por isso que o nascimento da economia como ciência, como um corpo de conhecimentos específicos, desligado dos

raciocínios éticos, morais e políticos, ocorre a partir do século XVII na Europa. E se bem que as relações reais entre economia, política e ecologia sempre existiram, também é um fato que a divisão social do trabalho nem sempre é igual. É esta divisão do trabalho que separa, sob a produção mercantil e, mais acentuadamente sob a capitalista, as atividades econômicas das políticas e as distintas ciências entre si.

Temos mostrado os limites da economia neoclássica-keynesiana e ecológica por não partirem de uma crítica ao próprio funcionamento do sistema capitalista. Porém, também temos desmistificado a suposta neutralidade da economia institucional, ao mostrar que a solução requer revisar as próprias relações capitalistas, que a solução é, antes que técnica, política. Parafraseando Marx, uma vez alcançado certo nível de desenvolvimento, a apropriação privada da natureza se manifesta como supérflua e nociva. (“... uma vez alcançado certo nível de desenvolvimento a propriedade do solo se manifesta como supérflua e nociva ...” (Marx, 1981, p.801).

CONCLUSÕES

Os delineamentos da economia neoclássica e keynesiana, e da economia ecológica, em torno dos problemas ambientais, constituem meritórios avanços. As políticas que em diferentes níveis e, com distintos resultados, têm sido aplicadas para contra-restar os efeitos da depredação e da poluição, têm como pressuposto os exercícios teóricos em torno do tema das externalidades. Também a crescente consciência sobre o amplo uso indiscriminado de recursos não renováveis deve muito à economia ecológica.

No espírito de que a crítica conduz a possíveis novos avanços, neste trabalho mostramos alguns limites dos argumentos neoclássicos e, também, dos da economia ecológica. Em nosso juízo, tanto uma escola como outra, coincidem em não analisar as causas da destruição ambiental intrínsecas ao próprio funcionamento da economia capitalista.

O pensamento neoclássico busca a solução através da incorporação, à dinâmica do mercado, do que está fora dele. Porém, a própria história do capitalismo mostra que o desaparecimento de espécies vivas e de recursos naturais não renováveis é resultado de sua incorporação a órbita do capital. Para não ir mais longe, o solo como tal há muitos séculos que tem preço e, não por isso, evita-se a erosão rural e/ou o amontoamento urbano. Nossa crítica, não obstante, não vai por aí. Colocamos o acento na própria lógica e realidade das *externalidades*. Se existem externalidades é porque as relações capitalistas restringem os objetos econômicos àqueles que têm preço. Não se trata de um problema de vontade, mas sim de relações sociais objetivas. Os produtos que adquirem preço são os que se incorporam à lógica do mercado; o resto não. Os recursos naturais (renováveis ou não) que não foram monopolizados, ou não são factíveis de monopólio, tendem a ser depredados ou poluídos, com o que se gera um lucro extraordinário. Se vende por um preço o que não tinha valor. Se poderá, mediante medidas de política econômica, impor preços a alguns destes elementos naturais (em outros será mais difícil ou impossível), porém, não se pode evitar que a contabilidade capitalista considere exclusivamente o que tem preço. São as próprias relações capitalistas que conduzem ao absurdo de que a base mesma de sustentação de sua economia, os recursos naturais, não ingressem mais do que como preço, e não em seu conteúdo material de renováveis ou não, ou segundo o rendimento energético. Por isso é que a economia neoclássica e keynesiana devam estar permanentemente *corrigindo*, agregando preços, porque as relações capitalistas se enfrentam “naturalmente” ao ciclo ecológico. Com isto mostramos a debilidade do delineamento neoclássico.

A economia ecológica, por sua vez, é crítica da produção capitalista. Porém sua crítica parte de critérios físico-energéticos. Com toda razão argumenta a necessidade de que se leve em consideração os materiais enquanto utilidade energética e a sua possibilidade de ser reproduzidos. Diferentemente da economia neoclássica, que pretende incorporar à economia algo que está de fora, a economia ecológica pretende que regras

de fora, derivadas da termodinâmica, regulem a economia. Neste caso a crítica que fazemos não reside na utilização das leis da termodinâmica como instrumento para analisar a produção, senão na própria lógica e realidade da divisão entre ecologia e economia. A economia ecológica poderá chamar a atenção sobre os fluxos energéticos e é seguro, pela própria racionalidade intrínseca, que consiga êxitos práticos. Porém, não pode evitar que se trate de argumentos externos à prática econômica capitalista, que só podem ser aplicados a contracorrente da contabilidade monetária. Uma vez mais o problema pode apresentar-se através da pergunta: por que a lógica do capital só considera em sua contabilidade econômica os preços dos insumos, deixando de lado os recursos naturais sem preço, os elementos naturais não monopolizáveis e os fluxos energéticos que se originam da utilização dos distintos materiais? São as próprias relações capitalistas que isolam as relações econômicas, as relações entre coisas que se intercambiam através de preços no mercado, deixando de lado, numa estrita divisão social do trabalho, a política e a ecologia. O problema central que colocamos é a causa pela qual estas considerações tão fundamentais para a produção são, de fato, externas à própria economia.

Só uma sociedade organizada a partir da livre associação dos produtores poderá reverter a atual economia, para uma economia política em que as decisões econômicas sejam resultado da vontade coletiva conscientemente expressada; em que as diretivas não provenham dos preços, mas sim dos interesses de longo alcance da população; em lugar de deixar, como faz a sociedade capitalista, uma decisão tão importante nas mãos das forças ocultas do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDE, Jean-Phillipe; BAPTIST OPSCHOOR, Johan. 1994. "From Stich to carrot in the environment". **The OECD Observer** n. 186. Paris.
- BELLO, Warren; ROSENFELD, S. 1990. **Dragons in Distress. Asia's Miracle Economies in Crisis**. Institute for Food and Development Policy San Francisco.

- BOOKCHIN, M. 1978. "Poder para destruir, poder de crear". **Por una sociedad ecológica**. Gustavo Gili. Barcelona.
- BOULDING, Kenneth 1989. "La economía de la nave espacial Tierra". Daly, (comp.) **Economía, ecología, ética**. FCE. México D.F.
- CASAGRANDE, Eloy; WELFORD, Richard 1997. "The Big Brothers: Transnational Corporations, Trade Organizations and Multilateral Financial Institutions". Welford, R. et al, **Hijacking Environmentalism. Corporate Responses to Sustainable Development**. Earthscan. London.
- COASE, R. H. 1960. "The problem of social cost". **Journal of Law and Economics**. (out. t.III).
- DALY, Herman 1972. **Toward a Steady State Economy**. Freeman, San Francisco.
- DALY, Herman 1989. "Introducción a la economía en estado estacionario". Daly, (comp.) **Economía, ecología, ética**. FCE. México D.F.
- EHRlich, P; EHRLICH, A; HOLDREN, J. 1989. "Disponibilidad, entropía y las leyes de la termodinámica". Daly, Herman (comp.) **Economía, ecología, ética**. FCE. México D.F.
- ELLIOTT, David y Ruth 1980. **El control popular de la tecnología**. Gustavo Gili. Barcelona.
- FOSTER, John Bellamy 1994. **The Vulnerable Planet**. Monthly Review Press. New York.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas 1971. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge. Harvard University Press.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas 1989. "Selecciones de `Mitos de la economía y de la energía.". Daly (comp.) **Economía, ecología, ética**. FCE. México D.F.
- JONES, Tom; SHORT, Jack 1994. "The economics of transport Costs". **OECD Observer** No. 188. Paris.
- JONG-IL YOU 1995. "The Korean Model of Development and its Environmental Implications". Bhaskar, V.; Glyn, A. **The North, the South and the Environment**. St. Martin's Press. New York.
- LEWONTIN, Richard 1982. "Organism and environment". H. C. Plotkin (ed.) **Learning, Development and Culture**. John Wiley. Chichester.
- MARGULIS, Lynn 1990. "Os primórdios da vida. Os micróbios têm prioridade". Thompson, William *et al.* **Gaia. Uma teoria do Conhecimento**. Ed. Gaia. Sao Paulo.

- MARTÍNEZ Alier, Joan 1995. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Icaria/Nordan. Montevideo.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan; SCHLÜPMANN, Klaus 1993. **La ecología y la economía**. Fondo de Cultura Económica. México D.F.
- MARX, Karl 1977. **El capital**. Tomo I. Vol. 1. Siglo XXI. México D.F.
- MARX, Karl 1981. **El capital**. Tomo III. Vol. 8. Siglo XXI. México D.F.
- MAYNARD SMITH, John 1987. **Los problemas de la biología**. Cátedra. Madrid.
- MEADOWS, Donella 1972. **Los límites del crecimiento**. FCE. México D.F.
- MYERS, Norman (ed.) 1985. **The Gaia Atlas of Planet Management**. Pen Books. London.
- NAREDO, José Manuel 1987. **La economía en evolución**. Siglo XXI. Madrid.
- ODLING-SMEE, F.J. 1994. "Niche construction evolution and culture". Ingold, T.; **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Routledge. London.
- PERLMAN, Mark 1984. "The Role of Population Projections for the Year 2000". Simon, J; Kahn, H; **The Resourceful Earth. A response to Global 2000**. Basil Blackwell, New York.
- PIGOU, A.C. 1948. **The Economics of Welfare**. MacMillan. London.
- PLOTKIN, H. C (ed) 1988. **The Role of Behaviour in Evolution**. MIT Press. Cambridge, Massachussets.
- SAHLINS, Marshal 1977. **Economía de la edad de Piedra**. Akal. Madrid.
- STAVINS, Robert; GRUMBLY, Thomas 1993. "¿Cómo hacer que pague el que contamina?" **Facetas** n. 102/4, Washington D.C.
- STUART MILL, John 1986. **Principios de Economía Política**. Vol. II. Nova Cultura. São Paulo.
- THE ECONOMIST 1992. "Let them eat pollution". **The Economist**, 8th, London.
- THUROW, Lester 1983 1985. **La sociedad suma cero**. Ediciones Orbis, S.A. Barcelona.
- VITOUSEK, P; EHRLICH, A; EHRLICH, P; MATSON, A. 1986. "Human Appropriation of the Products of Photosynthesis" **BioScience**. v. 34, n. 6.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO TEÓRICO DA OECONOMIA POLÍTICA: QUESNAY E SMITH*

Raul Cristovão dos Santos**

RESUMO

Este artigo argumenta que, tanto para Quesnay quanto para Smith, a ordem política precede conceitualmente a ordem econômica. Deste ponto de vista, a questão relevante é saber qual é o melhor arranjo dos indivíduos para promover a riqueza da ordem política. Ambos os autores apontam que, por um lado, riqueza se constitui de objetos úteis à satisfação das necessidades humanas e que, por outro lado, o melhor arranjo funda-se no desenvolvimento do espírito comercial entre os indivíduos. Para Quesnay, este arranjo envolve a presença e ação do legislador. Já Smith nega este papel do legislador desde que o arranjo se desenvolva espontaneamente a partir de certas características inerentes da natureza humana. Porém, retém essa figura no papel de garantir as condições institucionais no desenvolvimento espontâneo do espírito comercial.

* Este artigo foi gerado no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa Acadêmica, PAPA, do Departamento de Economia da FEA/USP, com apoio financeiro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP. Agradeço os comentários de dois pareceristas anônimos. Erros, equívocos e acertos são de minha inteira responsabilidade.

** Professor do Departamento de Economia da FEA/USP.

ABSTRACT

This article argues that both Quesnay and Smith conceive the political order as preceding the economic order. From this point of view, the relevant question is what is the best arrangement among individuals for improving the wealth of the political body. On the one hand, both authors point out that useful objects for satisfying human needs constitute wealth. On the other hand, they argue that the best arrangement is the spread of commercial spirit among individuals in society. For Quesnay, this arrangement comprises the presence and action of the legislator. In his turn, Smith neglects this role for the legislator since the best order develops out of some inner features of human nature. However, he maintains this figure in the role of preserving the conditions for this spontaneous development of commercial spirit.

INTRODUÇÃO

Este artigo examina a elaboração do objeto de análise da Oeconomia Política no discurso de Quesnay e Smith. De maneira geral, as Histórias do Pensamento Econômico apontam esses autores ou suas obras como ponto de partida da ciência econômica ao final do século XVIII. No entanto, seguindo a avaliação crítica de Tribe (1978, p.6-9), esta deferência para com esses autores se deve menos ao conteúdo dos seus discursos e mais ao procedimento próprio que essas histórias empregam na reconstrução histórica das idéias econômicas. Por vezes, como no caso das histórias recorrenciais no sentido de Bachelard, esses autores são tidos como os fundadores da ciência porque de alguma forma eles anteciparam “técnicas” modernas de análise. Assim, Quesnay é relevante por ser um precursor das análises do tipo insumo-produto. Smith antecipou com precisão o problema básico da ciência, seja ele o mecanismo de mercado ou, então, o desenvolvimento econômico de

uma economia capitalista centrado na acumulação de capital. É desnecessário tecer comentários sobre a impropriedade desse procedimento. É suficiente lembrar com Arida (1991, p.10-14) da implausibilidade da existência de uma fronteira de conhecimento que ostente um vetor de progresso inequívoco para a ciência econômica. Por outras vezes, não é o autor ou a sua obra *per se* que conta, mas sim o fato de que o autor ou sua obra exprime o contexto histórico do período. Esse é o caso das histórias ditas “externalistas”. Novamente, Tribe (1978, p.8) apontou bem a insuficiência dessas histórias ao notar que elas, de fato, utilizam um outro discurso teórico, o da história, para legitimar esse ou aquele discurso econômico. Neste caso, Quesnay, de forma parcial (Meek, 1963a, p.391), e Smith, de forma total, conseguiram com suas obras elaborar o discurso pertinente à emergência da economia capitalista que se desenvolvia no período.

Agora, como bem apontou Dumont (1977, p.24),¹ não existe um objeto inequívoco dado previamente à observação para análise e sobre o qual algum autor possa produzir o seu discurso. Pelo contrário, a “economia” passa a existir somente quando o objeto é, de fato, elaborado conceitualmente. Uma vez realizada tal operação, estabelecem-se os limites entre o “econômico” e o “não-econômico”. Na verdade, a elaboração desse objeto deve romper com aquilo que é imediatamente dado à observação, ou seja, com o senso comum. No caso da ciência econômica, a constituição do seu objeto envolveu “uma

¹ Embora o trabalho de Dumont seja bem reconhecido nos estudos sobre a emergência da ciência econômica, pouca atenção tem sido dada ao seu fundamento epistemológico, a saber, a epistemologia de Bachelard. A proposição acima é uma postura clara dessa abordagem, pois o objeto de qualquer ciência não é algo que exista previamente dado à observação. Ele é construído numa ruptura com o senso comum. Mais importante ainda acerca desta postura é a orientação de Bachelard de que qualquer trabalho sobre as ciências requer o conhecimento da sua prática teórica. Por isso, Dumont elabora seu argumento calcado no estudo das idéias dos economistas em questão, além de utilizar um clássico da história desta ciência, a *História da Análise Econômica* de Schumpeter.

consistência interna orientada para o bem do ser humano” (Dumont, 1977, p.37). No espaço do saber do século XVIII, essa operação correspondeu à emancipação do discurso econômico daqueles da Política e da Ética. Esse é um fato reconhecido nos estudos da emergência deste discurso com pretensões a um espaço próprio no campo da Filosofia Moral da época. Veja-se, por exemplo, Schumpeter (1954, p.141-42) e Screpanti e Zamagni (1993, p.20-23). Autores como o já citado Dumont (1977), Hirschman (1979) e Fernandes (1994) procuram dar conta desse duplo aspecto. Outros centraram sua atenção em um ou outro desses aspectos da emancipação do discurso econômico. Assim, a diferenciação entre o econômico e o político aparece em primeiro plano no estudo de Deane (1989), enquanto no trabalho de Bianchi (1988) é a relação do econômico com a Ética que é posta em xeque.

Vê-se, portanto, que a constituição do domínio teórico da ciência econômica está longe de ser algo gratuito ou natural. O presente artigo procura contribuir nessa linha de investigação sobre a elaboração de um domínio teórico da ciência econômica e na sua emergência como campo autônomo do saber no quadro da Filosofia Moral, ao final do século XVIII. Para tanto, procede a um exame da constituição do objeto de análise no interior dos discursos de Quesnay e Smith e procura determinar em que extensão esse objeto rompe com os demais ramos do saber à época. A primeira seção centra-se nas idéias de Quesnay. Aqui tem-se um problema, pois essas idéias estão dispersas por vários textos do autor publicados basicamente entre 1756 e 1766. Já a segunda seção dirige sua atenção para o discurso de Smith. Em particular, trata-se de discutir até que ponto Smith, na *Riqueza das Nações*, rompe com seu discurso intervencionista das suas aulas de Glasgow sobre *Police*. A última seção procura fazer um balanço dos resultados encontrados nas duas seções anteriores. Tenciona-se mostrar que é problemática a interpretação usual de que nos discursos desses autores já existia uma autonomia teórica do “econômico” para com o

“político”. Mais importante ainda, tenciona-se mostrar ser um equívoco identificar suas idéias sobre o “econômico” da vida social como antecipações das idéias clássica e marginalista acerca do objeto teórico da ciência econômica.

QUESNAY E A ELABORAÇÃO DO DISCURSO FISIOCRÁTICO

Quesnay afirma que, de maneira geral, as discussões sobre o direito natural do homem têm sido “similares às disputas filosóficas sobre a liberdade, e o justo e o injusto: as pessoas tentaram conceber esses atributos relativos como se fossem entidades absolutas”. Quesnay sugere que toda a discussão sobre direito natural do ser humano seja precedida pelo exame do homem primeiro em si mesmo, na sua capacidade física e mental e, segundo, na sua relação com outros homens. Assim, Quesnay define, de maneira geral, o direito natural do ser humano como sendo “o direito que o homem tem aos objetos adequados para seu uso” Quesnay (1963f, p.43). Considerando-se o ser humano independentemente da sociedade, seu direito natural é “a parcela que ele pode obter por si mesmo através do seu trabalho”. O ponto seguinte é saber o que ocorre a tal direito quando se considera o ser humano em sociedade?

Dois tipos de leis restringem o ser humano em sociedade: as leis naturais, que podem ser físicas (eventos físicos) e morais (ações humanas), e as leis positivas. As últimas são simples expressões das leis naturais (direito natural), constituindo “a ordem mais vantajosa para a sociedade” (Quesnay, 1963f, p.54). Desta forma, Quesnay conclui que “quanto mais uma nação se aplicar a esta ciência [o estudo das leis naturais], maior será sua difusão na sociedade, e mais correta será a sua ordem positiva” (Quesnay, 1963f, p.54). À medida que o ser humano segue essa premissa, terá o seu direito natural ampliado na sociedade.

O estudo das leis naturais ou da ordem natural principia por afirmar que o fundamento da sociedade é a *subsistência* ou o *consumo*. Na verdade, esse é o fundamento dos “princípios verdadeiros e básicos da política que é a arte de tornar os homens úteis”: “Todos os componentes morais e físicos que constituem a sociedade derivam disso [subsistência] e estão a ela subordinados. Todos os ramos da ordem política dependem dos meios de subsistência” (Quesnay, 1963d, p.57).

Quesnay distingue radicalmente a sua abordagem no estudo do homem em sociedade daquela utilizada pelos historiadores à sua época, que se preocupavam somente com as “expedições militares, com acontecimentos maravilhosos, para divertir e interessar seus leitores, assim como tempos de guerra divertem os mexeriqueiros” (Quesnay, 1963i, p.66). Do seu ponto de vista, subsistência é o fundamento do seu estudo por ser “o objeto primário de todas as sociedades”, na verdade, um objeto “que nunca se deve perder de vista na constituição dos governos: tudo o mais é somente alteração” (Quesnay, 1963i, p.66): “Aqui, nós encontramos os verdadeiros fundamentos da lei natural e da ordem civil. Se os moralistas e os políticos não basearem suas ciências sobre a ordem econômica, sobre a agricultura, suas especulações serão inúteis e ilusórias: eles serão como doutores que percebem apenas os sintomas, mas ignoram a doença” (Quesnay, 1963i, p.69).

Além da preservação e perpetuação da espécie, subsistência ou consumo é uma das necessidades originais do ser humano. É a mais importante delas e, por isso, “está no centro do assunto que estamos discutindo agora e é a essência do princípio da população” (Quesnay, 1963d, p.59). Porém, além das necessidades humanas, deve-se considerar também o desejo, pois o ser humano tem uma característica básica que o diferencia dos animais, a saber, “desejar o desfrute da felicidade plena e contínua”. Desta forma, conclui Quesnay: “É desse ponto de vista que a política deve introduzir o ser humano em suas especulações. O ser humano é compelido a obter subsistência e induzido a obter prazer; e segue-se

daqui que a subsistência que exige o menor esforço é naturalmente a mais adequada” (Quesnay, 1963d, p.59).

Através desse princípio, Quesnay concebe a existência de diferentes tipos de sociedade e, portanto, de diferentes formas de governo. Vejamos mais de perto esse aspecto do pensamento de Quesnay, pois ele fornece a chave para o seu sistema de Oeconomia Política. Inicialmente, afirma Quesnay, “o homem se encontrou em espaços inabitados que, em relação ao pequeno número de seres humanos, eram abundantes em bens adequados à subsistência”. Esse cenário inicial desaparece tão logo os seres humanos sejam impelidos a adquirir subsistência com esforços crescentes porque a natureza produz seus frutos anualmente e o ser humano alimenta-se diariamente: “Assim, tornou-se necessário ao ser humano procurar por novos objetos para a sua sobrevivência. Ele teve de cultivar a terra, de onde surgiram as nações agrícolas. Teve de reunir e criar animais domésticos, que foi a origem do pastoreio. E teve de caçar animais selvagens e preparar-lhes armadilhas, assim como pescar, e isso foi a origem dos caçadores e pescadores” (Quesnay, 1963d, p.60).

Cada uma dessas três atividades constitui-se na base de três tipos distintos de sociedades: nações agrícolas, de caça e pastoreio e guerreiras. As nações agrícolas “aprenderam mais cedo ou mais tarde dos benefícios da sociedade, da união, da população, de leis boas e igualitárias, e das artes e habilidades apropriadas”. No entanto, os outros dois tipos de sociedade cresceram “num estado de barbárie e, até um certo ponto, declinaram em número, em destreza e nas faculdades humanas de todos os tipos” (Quesnay, 1963d, p.62). Entretanto, uma sociedade compõe-se dos três tipos de sociedade. A agricultura fornece sempre a base da sociedade, enquanto o pastoreio e a criação de animais “foram necessários para estabelecer um vínculo entre as planícies e as montanhas”. Finalmente, a arte da guerra fornece a segurança necessária ao território nacional.

Quesnay aponta para um quarto tipo de sociedade que se deriva das outras três e é, portanto, artificial: as sociedades comerciais. A divisão da terra foi uma necessidade na formação das sociedades agrícolas e, a partir dessa divisão, desenvolveu-se a troca do excedente dos produtos agrícolas “de tal forma que as trocas através do comércio internacional tornaram-se o principal vínculo de união das sociedades” (Quesnay, 1963d, p.62). A despeito de ser artificial, a atividade comercial garantiu para si mesma uma participação no consumo da sociedade como “a recompensa pelo serviço de distribuir bens entre as nações” (Quesnay, 1963d, p.63).

Observe-se que o discurso de Quesnay refere-se à Política. Em particular, aponta a subsistência dos indivíduos em sociedade como o seu fundamento. Essa formulação do campo do saber utilizado por Quesnay permeia todo o discurso da Política durante esse período. Sua origem encontra-se na transformação da noção aristotélica da Oeconomia como a arte de governar o lar para a Oeconomia Política, ou seja, a arte de governar a “grande família”, que é o Estado². O legislador, na figura do “pai” dessa “grande família”, deve preocupar-se com as condições adequadas para que a sociedade possa se prover de tudo aquilo de que necessita. Para Quesnay, o caminho para atingir esse objetivo é a implementação de leis positivas baseadas no conhecimento da ordem natural. Seu desconhecimento implica desordem moral, social e instabilidade política. O estudo da ordem natural conduz ao entendimento de como subsistência pode ser adquirida pelos indivíduos na sociedade. Vejamos então como Quesnay elabora este conhecimento.

Inicialmente, Quesnay aponta que qualquer indivíduo através do seu esforço isolado consegue obter muito pouco do que necessita. Em outras palavras, a obtenção de subsistência não tem uma solução individual, mas social. Para Quesnay, a solução está em cada indivíduo

²Veja-se, por exemplo, Rousseau (1993, p.151).

deixar de produzir para si próprio e passar a produzir para os outros, ou seja, produzir em escala social: “Nenhum ser humano que vive em sociedade atende todas as suas necessidades apenas com o produto do seu próprio trabalho; ele obtém o que necessita através da venda do produto do seu trabalho. Portanto, todos os objetos tornam-se permutáveis, todos tornam-se riqueza através da troca mútua entre seres humanos” (Quesnay, 1963a, p.83).

A mudança no caráter ou no sentido do trabalho dos indivíduos, de produção para consumo próprio para produção para os outros, fornece a chave de uma sociedade bem ordenada:

A mágica completa de uma sociedade bem ordenada é que cada homem trabalha para os outros, quando acredita estar trabalhando para si próprio. Essa mágica, cujo caráter geral e seus efeitos são revelados pela matéria que estamos estudando, mostram-nos que o Ser Supremo nos conferiu, como um pai, os princípios da harmonia econômica, quando Ele condescendeu em anunciar e prescrevê-los para nós, como Deus, na forma de lei religiosa (Quesnay, 1963i, p.70)

Assim, os objetos úteis que compõem a subsistência dos indivíduos tornam-se riqueza à medida que adquirem esse caráter de valor de troca:

Riqueza é permutável ou objeto de troca somente quando seus possuidores são capazes de vendê-la e de encontrar compradores para ela. Portanto, nem todos os bens são riqueza permutável: o ar que respiramos, a água que tiramos dos rios, e todos os outros bens ou formas de riqueza que têm oferta abundante e estão disponíveis para qualquer um, não são permutáveis. Elas são bens, mas não são riqueza (Quesnay, 1963b, p.89).

Do argumento acima, observa-se em primeiro lugar que subsistência, enquanto objeto da Política, apresenta-se como riqueza: objetos úteis que têm valor de troca. Logo, riqueza não se constitui de metais preciosos ou dinheiro. Segundo, sua fonte é o comércio interno da nação e não o comércio internacional. Rejeita-se, assim, a concepção mercantilista de riqueza (metais preciosos) e da sua origem (comércio internacional). Esse duplo aspecto da idéia de riqueza transforma a “economia” como objeto da “política”. O “econômico” da vida social é

a mágica que transforma o trabalho de cada indivíduo em trabalho para os outros. Desse ponto de vista, a “economia” é a circulação de mercadorias entre os indivíduos de uma nação. Agora, uma vez identificada riqueza com circulação, a questão essencial para o legislador é criar as condições para o desenvolvimento da circulação ou para o comércio interno entre indivíduos e, conseqüentemente, a riqueza da nação, através da implementação de leis positivas. Dessa ótica, a questão crucial resolve-se em saber qual é a base ou origem da circulação ou do comércio interno de uma nação? A resposta de Quesnay é amplamente conhecida: o setor agrícola. Em seus estudos sobre o direito natural do ser humano em sociedade, Quesnay concebe a agricultura como uma base sólida para o desenvolvimento da sociedade, desempenhando assim um papel crucial dentro da ordem econômica. O eixo do trabalho de Quesnay consiste em demonstrar que a agricultura desempenha esse papel não pelas suas propriedades naturais, mas sim pela forma como se organiza a produção agrícola³. Vejamos mais de perto este aspecto das idéias de Quesnay.

Para Quesnay, somente a produção agrícola realizada em larga escala permite ao setor agrícola tornar-se um fundamento da ordem econômica. Somente a produção em larga escala permite uma elevação da produção capaz de gerar um excedente em termos monetários. Para se organizar a produção agrícola na escala requerida, torna-se necessário preencher certas *condições técnicas e monetárias mínimas*, especificadas na noção de *avanços* que podem ser de dois tipos: anuais (gastos em salários e matérias-primas) e primitivos (gastos em equipamentos, instalações).⁴ Quando os avanços requeridos são efetivados, a produção agrícola gera um produto cujo valor monetário é superior aos custos incorridos na

³Essa questão é o objeto do primeiro trabalho de Quesnay em *OEconomia Política*. Ver Quesnay (1756).

⁴Ver Quesnay (1963a, p.74, 81-2).

produção. Riqueza é, portanto, não só o fluxo de bens úteis gerados, mas sim o fluxo de produtos úteis cujo preço encontra-se acima dos seus custos de produção⁵. Dos dois setores considerados por Quesnay, agrícola e manufatureiro, somente a agricultura é produtora de riqueza. A manufatura, incluindo aqui o comércio, obtém um preço para os seus produtos equivalente ao custo de produção⁶. O excesso de valor obtido no setor agrícola, o produto líquido, constitui-se numa forma de rendimento disponível, ou seja, ele não é contrapartida de nenhum custo de produção. Como tal, o excedente é transferido aos proprietários sob a forma de renda da terra. Para Quesnay, do ponto de vista social, como os proprietários recebem esta renda sem dispenderem nenhum trabalho, eles devem devolvê-la à sociedade, gastando-a⁷. Esses gastos desencadeiam todo um processo de *circulação de mercadorias e dinheiro* entre os dois setores da ordem econômica. Assim, o motor inicial da circulação é o desembolso da renda (excedente monetário gerado pelo setor agrícola) nos dois setores, agrícola e manufatureiro, que por sua vez fazem os avanços necessários para realizar o volume de produção requerido. O resultado final desse processo é a reprodução da riqueza, ou seja, do produto líquido (renda) e das condições iniciais de produção (avanços) nos dois setores.⁸ A ordem econômica apresenta-se assim com uma lógica própria, um sistema auto-regulado que Quesnay descreve como “o sistema geral de gasto, trabalho, ganhos e consumo”. Portanto, a atividade econômica apresenta-se como um processo auto-regulado que se funda no

⁵ Veja-se Quesnay (1963b, p.93).

⁶ Ver Quesnay (1963c, p.104-5) e (1963h).

⁷ Quesnay (1963c, p.104).

⁸ Quesnay (1963e). Para uma explicação simples da lógica do Tableau e dos seus principais objetivos, veja-se Quesnay (1963g).

excedente (produto e monetário), derivado dos avanços efetivados no setor agrícola, como fonte ou origem da circulação e, por isso mesmo, da riqueza.

SMITH: RIQUEZA E TRABALHO HUMANO

Inicialmente, convém notar que o argumento econômico de Smith não se desenvolve num “vazio” de idéias. Em primeiro lugar, esse argumento se insere num campo do saber bem definido à época que é o da *Police* ou *Policy* no interior da Filosofia Moral. De fato, o curso de Filosofia Moral dado por Smith na Universidade de Glasgow não difere da organização do saber presente nas universidades escocesas e alemãs ao final do século XVIII, conforme aponta Schumpeter (1954, p.141): “[Filosofia Moral] era a matéria de um curso padrão oferecido dentro da estrutura curricular universitária e consistia, basicamente, de teologia natural, ética natural, jurisprudência natural e políticas [policy] (ou “police”) que incluía economia e também finanças públicas (*revenue*).”

Sob a denominação de “Police”, Smith discute “as regulações das partes inferiores do governo, a saber, saneamento, segurança e barateza ou abundância dos bens (*cheapness or plenty*)” (Smith, 1982, p.486)⁹. Na verdade, Smith acaba limitando-se ao terceiro tópico, ou seja, “as considerações sobre a barateza e a abundância de bens, ou o que é a mesma coisa, o caminho mais apropriado de se atingir a riqueza e a abundância” (Smith, 1982, p.487). Dugald Stewart (1793, p.275) resume o material desse tópico do curso nas seguintes palavras: “Na última parte das suas aulas, ele [Smith] examinava aquelas regulações políticas que estão baseadas não sobre o princípio da ‘justiça’, mas da ‘expediência’, e que estão direcionadas para aumentar as riquezas e a

⁹ Daqui em diante, vou designar este material pela sigla I.J.

prosperidade do Estado. Sob esse ponto de vista, ele considerava as instituições políticas relacionadas ao comércio, às finanças e aos serviços eclesásticos e militares”.

Em segundo lugar, deve-se notar que o argumento de Smith na LJ estrutura-se como uma crítica às regulamentações por ele denominadas de mercantilistas. Esse traço, já presente nessas aulas, permanece intacto até a *Riqueza das Nações*¹⁰ e, pode se dizer, é o eixo sobre o qual as idéias de Smith se organizam. O peso dessa crítica pode ser auferido pelo espaço que ela ocupa na RN: nada menos do que 25% de toda a obra¹¹. Portanto, se por uma lado, Smith constrói o seu argumento econômico no espaço dos discursos intervencionistas do século XVIII, por outro, ele o faz de forma crítica. O fato de o argumento de Smith ter como alvo as regulamentações mercantilistas não pode ser confundido com a refutação do próprio campo no qual seu discurso se insere.

Dado esse quadro, delinea-se a estratégia argumentativa de Smith: expor inicialmente a concepção correta de opulência e sua causa (dimensão teórica) para, em seguida, avaliar se as regulações do sistema mercantil promovem de fato opulência ou riqueza (dimensão prática). Assim, na LJ, o argumento compõe-se de três partes. Na primeira, Smith apresenta o seu conceito de opulência e o explica através da divisão de trabalho. Discute, em seguida, os conceitos de preço de mercado e preço natural e de moeda enquanto medida de valor e meio de troca. Na segunda parte, preocupa-se em apresentar **criticamente** as idéias e a prática (regulações) do sistema mercantil. Observe-se que não há referência ao sistema fisiocrático porque este era desconhecido ainda para Smith. Caso contrário, com toda a certeza, seria considerado nesta etapa do argumento. Ainda nesse ponto do seu argumento, Smith

¹⁰ Daqui em diante, RN.

¹¹ Ver Coats (1975, p.219).

discute as causas do lento progresso da opulência: ausência de estoques e de medidas opressivas do governo sobre a agricultura, comércio e manufaturas. O tratamento aqui é mais de caráter histórico. É interessante notar que, ao lado das causas do lento progresso da opulência, Smith cita também determinados costumes e preconceitos da sociedade que inibem estas atividades. Na agricultura, por exemplo, cita a herança de terras. No comércio, ele chama a atenção para o preconceito dos indivíduos contra a atividade comercial. A terceira e última etapas da LJ é discutir as melhores formas de se financiar as atividades precípuas do Estado.

Ora, essa mesma estrutura se apresenta na RN e está claramente exposta em sua introdução. Os livros I e II tratam da explicação de Smith sobre no que consiste e como se obtém riqueza que agora, e sob forte influência fisiocrática, substitui a idéia de opulência.¹² Os livros III e IV preocupam-se em discutir as práticas dos países europeus para obter riqueza e, com isso, discutir os respectivos sistemas de regulação “adotados”. Note-se que esta discussão se dá em termos de setores de atividade, critério tipicamente fisiocrático e característico dos discursos da *Political Oeconomy*. Assim como na LJ, esses dois livros realizam a transição para a etapa final do argumento e, note-se bem, parte integrante da estrutura global do argumento da RN,¹³ a saber, o financiamento das funções do Estado.

Note-se então que o fato de Smith somente se referir aos sistemas de *Political Oeconomy* numa etapa intermediária do seu

¹²Essa diferença conceitual entre opulência e riqueza tem sido normalmente omitida na literatura. Tal omissão se deve à uma visão monolítica das idéias de Smith e, principalmente, a rejeição, ao menos implícita, da influência fisiocrática no desenvolvimento do argumento econômico de Smith. A esse respeito, veja-se Brown (1994) e Santos (1996).

¹³Tribe (1978, p.102) nota a atitude usual de se negligenciar o livro V da RN, quase que como nada se perdesse ignorando esta parte da obra de Smith. No máximo, quando considerada, interpreta-se este livro como um tópico moderno de finanças públicas.

argumento não é uma característica exclusiva do discurso da RN desde que ele já a empregara na LJ. Mais ainda, ao contrário do que argumenta Brown (1994, p.154-60), não se trata de nenhum ato deliberado de Smith para delinear um novo campo, mas sim de uma consequência do objetivo central do seu argumento, a saber, minar a prática mercantilista, e, na RN, também a prática fisiocrática. Conforme faz notar Tribe (1978, p.101), observe-se a avaliação de Dugald Stewart sobre a RN feita na sua biografia de Smith: “Direcionar a política econômica das nações para o conjunto mais importante de suas leis, seu sistema de economia política, é o grande objetivo do *Investigação* [RN] do Sr. Smith. E ele teve o mérito inquestionável de apresentar para o mundo a obra mais compreensiva e completa que já existiu sobre os princípios gerais de qualquer ramo da legislação” (Stewart, 1982, p.311)

Está claro que, para Stewart, a RN é uma obra no interior do campo de discursos do século XVIII que propunham orientar o legislador na condução de políticas adequadas ao progresso da nação¹⁴. Da mesma forma, dado o teor da estratégia argumentativa de Smith, o título do seu trabalho não poderia ser outro senão o genérico “a natureza e as causas” da opulência (LJ) ou da riqueza (RN). Sem dúvida, qualquer um que passar os olhos no *Early Draft* da RN, que se apóia ainda no material da LJ, notará que lá Smith já designa o título da sua futura obra com aquela expressão genérica.

Portanto, um primeiro aspecto do discurso de Smith é que ele se localiza no campo de discursos intervencionistas da época, ou seja, discursos preocupados com as regulações do Estado direcionadas para a riqueza. Um segundo e quase sempre negligenciado aspecto é que, no interior desse campo, seu discurso tem um alvo preciso, que são as regulações do que ele denomina de sistema mercantil. De maneira geral,

¹⁴ Esta mesma avaliação encontra-se nas palavras do editor da edição da RN de 1814. Ver Buchanan (1817, p.viii-ix).

Smith está preocupado em demonstrar que essas regulações são equivocadas, pois partem de uma teoria errada acerca do que constitui a riqueza de uma nação – metais preciosos – e, por extensão, a sua causa, o comércio internacional. Vejamos então no que consiste para Smith a natureza e as causas da riqueza na RN.

O ponto de partida da postura crítica de Smith às regulamentações mercantilistas visando à riqueza – a prática mercantilista – é a própria teoria que a sustenta, ou seja, a concepção de que riqueza se constitui em metais preciosos e que sua origem está no comércio internacional.

Nas palavras introdutórias da RN, Smith refere-se à riqueza como se constituindo nas “conveniências e necessidades à vida” humana. Essa idéia está melhor elaborada na LJ. Aqui, Smith toma imediatamente como ponto de partida a relação entre “quais são os desejos e demandas naturais da espécie humana” e “quais são os objetos que devem existir em abundância numa nação”¹⁵. Smith propõe que, devido à disposição dos seres humanos em melhorar sempre suas condições de vida, suas demandas naturais nunca são completamente saciadas. Para Smith, enquanto “outros animais encontram seu alimento no estado que eles desejam, e que é o mais adequado a sua natureza, e

¹⁵ Smith (1982, p.333). Alguns autores tais como Meek (1971) enfatizam a relação entre a abordagem teórica de Smith no campo da *Political Economy* e as investigações teóricas sobre as sociedades humanas desenvolvidas por alguns pensadores escoceses, tais como Adam Ferguson, John Millar e, principalmente, o próprio Smith. Estas investigações, conhecidas como história natural, tinham como objetivo estudar o desenvolvimento das sociedades com o mesmo rigor científico das ciências naturais. A premissa básica que permite aquele rigor epistemológico no estudo das sociedades humana era dada pela relação entre a maneira como os seres humanos obtinham os objetos indispensáveis à satisfação de suas necessidades, subsistência, e as correspondentes formas de governo e estrutura social. Deste ponto de vista, o desenvolvimento das sociedades humanas envolve uma sequência de quatro estágios, definidos por Smith como: caça, pastoreio, agricultura e comércio (Smith, 1982, p.459).

algumas poucas outras coisas que eles necessitam ...”, os seres humanos, devido a uma “estrutura mais delicada e a uma constituição mais frágil, não encontram nada já adaptado para o seu uso e que não necessite de alguma melhoria e preparação” (Smith, 1982, p.334). Mais ainda, “o mesmo temperamento e inclinações que o tornam disposto a fazer essas melhorias forçam-no a refinamentos ainda maiores” desde que o ser humano “mais do que qualquer outro animal no globo, é o único que leva em consideração diferenças nas coisas que de forma alguma afetam sua subsistência real ou lhes fornecem uma vantagem adicional em prover as necessidades naturais” (Smith, 1982, p.335). As distinções que os seres humanos observam nos objetos são de quatro tipos: cor, forma, variedade ou raridade e imitação. Estas distinções “levaram os homens a costumes com respeito à alimentação, ao vestuário e à habitação, que não têm nenhuma relação com as conveniências e são quase sempre contrários aos fins propostos a serem supridos por essas coisas” (Smith, 1982, p.337).

Em resumo, Smith argumenta na LJ que riqueza consiste na abundância de objetos que são necessários à satisfação das demandas derivadas ou da “debilidade natural” ou “do desejo de elegância e refinamento” do ser humano (Smith, 1982, p.340). Afirma também que o incessante crescimento das necessidades humanas induz os seres humanos ao trabalho e, de maneira geral, ao desenvolvimento de quase todas as artes e ciências e, portanto, da indústria nacional. Essas duas proposições – riqueza consiste de objetos de consumo e está relacionada ao trabalho humano – passam para a RN, e são afirmadas imediatamente em sua introdução. Portanto, assim como Quesnay, Smith descarta a idéia de que riqueza consiste na abundância de metais preciosos. Porém, e em profundo contraste com Quesnay, Smith relaciona riqueza à própria atividade humana de produção: o trabalho humano. Em outras palavras, diferentemente de Quesnay para quem a

origem ou fonte da riqueza é pensada em termos do *setor* de atividade, Smith procura no trabalho humano a possibilidade de se criar riqueza, independentemente de qual setor realiza essa atividade humana.

Existem, para Smith, duas possibilidades para o trabalho humano gerar riqueza. Em primeiro lugar, através do aumento da produtividade do trabalho, ou seja, quantidade de produto por unidade de trabalho humano empregada na produção¹⁶. Smith formula essa questão de uma forma bem precisa: por que a sociedade moderna apresenta-se muito mais bem provida desses bens do que qualquer outro tipo de sociedade, ao ponto de até o mais humilde de seus trabalhadores ter à sua disposição uma maior quantidade de bens do que o rei de uma sociedade selvagem?

Smith inicia sua explicação observando que os seres humanos, diferentemente de outros animais, encontram-se sempre na dependência de outros para obter o que necessitam. O indivíduo precisa persuadir o outro, apelando para o seu auto-interesse, convencendo-o de que sua ajuda é vantajosa. A maneira mais eficiente de realizar esta tarefa é a troca (Smith, 1981, p.26-7). Por isso, o ser humano possui, como uma característica própria da sua natureza, uma propensão natural à troca que o leva a obter, com o seu produto, o que ele necessita. Dessa forma, não é mais necessário que cada indivíduo produza tudo de que necessita com seu próprio esforço. Na verdade, se ele assim o fizesse, seria muito baixo o nível de produtos gerados e, portanto, o nível de atendimento de suas necessidades. Cada indivíduo pode agora concentrar seu trabalho na produção de um único produto e, assim, produzir mais do que ele próprio necessita. O excedente do

¹⁶ Essa causa da riqueza já se encontrava delincada na LJ, em que Smith afirmava que numa sociedade comercial ocorre a especialização do trabalho e, daí, o aumento da circulação de produtos e dinheiro, causada pela troca dos excedentes de produção gerados pela divisão do trabalho.

seu produto pode ser utilizado no mercado para obter os demais produtos que lhe são necessários (Smith, 1981, p.28). Quanto maior a sua especialização numa atividade, maior o montante desse excedente e, portanto, maior a quantidade de outros produtos que ele pode obter no mercado. Assim, o mecanismo social das trocas é um incentivo à especialização gradual do indivíduo em determinadas atividades, modificando o caráter dos seus trabalhos de produção para consumo próprio para produção para os outros ou produção orientada para o mercado. A especialização do trabalho ou, como Smith a denomina, a divisão de trabalho, encontra-se na base da abundante oferta de bens que caracteriza uma sociedade moderna. Estabelece-se entre indivíduos uma rede de relações baseada nas trocas do excedente do produto dos seus trabalhos especializados. Quanto maior for a especialização do trabalho, maior será a quantidade de mercadorias transacionada no mercado. Portanto, a riqueza é identificada com o volume de circulação de mercadorias e dinheiro numa nação. Note-se que essa explicação não é para Smith um mero exercício abstrato. Ela se encontra no processo histórico da passagem de uma sociedade do seu estágio agrícola para o comercial, ou seja, a emergência da sociedade moderna: “A idade do comércio segue naturalmente a da agricultura. Como agora os seres humanos podem se concentrar numa única espécie de trabalho, eles naturalmente trocarão o excedente de sua própria mercadoria pelo de outra da qual eles estejam necessitados” (Smith, 1982, p.459).

Por um lado, o desenvolvimento da divisão de trabalho transforma cada indivíduo num comerciante no que diz respeito à aquisição dos bens de consumo, ou seja, da riqueza. Por outro lado, a divisão de trabalho transforma os meios de subsistência em riqueza enquanto objeto de troca entre indivíduos na sociedade.

O “econômico” em Smith, assim como em Quesnay, está nas ações humanas voltadas para a obtenção da subsistência. Numa sociedade comercial, essas ações caracterizam-se pela natureza do trabalho que passa a ser direcionado para o mercado. Em decorrência, a

“economia” identifica-se com a circulação de mercadorias e dinheiro. Dessa forma, o progresso da riqueza é, antes de tudo, a expansão da esfera da circulação na sociedade. As relações entre os indivíduos se transformam em relações de mercado nas quais a subordinação e dependência entre os indivíduos estão relacionadas ao poder de compra que a posse da riqueza lhes confere enquanto proprietários de mercadorias. Esta observação nos leva diretamente à segunda causa da riqueza para Smith.

Além do aumento da produtividade do trabalho, Smith afirma que a riqueza de um país depende do número de trabalhadores produtivos, ou seja, de trabalhadores que produzem um excedente de produção (Smith, 1981, p.277). Esta segunda causa da riqueza não se encontra na LJ. Ela foi incorporada ao esquema original de Smith através de uma reinterpretação dos conceitos fisiocráticos de “adiantamentos” e “trabalho produtivo”. Em poucas palavras, ainda de acordo com as idéias da LJ, Smith salienta que um *estoque* de produtos é uma condição necessária para sustentar os indivíduos durante o período de tempo que vai do início ao final da produção, incluindo a venda do produto no mercado. Porém, e aqui ele altera sua idéia original de estoque, a partir de um determinado nível mínimo, o estoque pode ser utilizado para obter um rendimento adicional, empregando outros indivíduos na produção e ampliando o produto excedente a ser **comercializado**. Smith chama *capital* a parcela do estoque utilizada no emprego de trabalho adicional e de *lucros* o rendimento adicional obtido a partir do uso do capital nas atividades de produção (Smith, 1981, p.279). Note-se que a diferenciação de estoques em capital corresponde uma diferenciação dos indivíduos em duas ordens sociais: de um lado, estão os capitalistas, indivíduos cujos estoques ultrapassam aquele nível mínimo e que podem utilizar o excedente como capital; de outro, estão os trabalhadores, que, de acordo com Smith, constituem a grande maioria da população, ou seja, indivíduos cujos estoques servem apenas para seu consumo imediato. Como algumas atividades de produção

envolvem a terra, Smith define ainda os proprietários de terra como a terceira ordem social presente numa sociedade moderna.

Afirmou-se anteriormente que o estoque como capital é utilizado para empregar trabalhadores de forma a elevar-se a produção e com isto o produto excedente a ser comercializado no mercado. Smith formula essa proposição através do conceito de trabalho produtivo, originalmente empregado por Quesnay. Smith generaliza esse conceito quando afirma que trabalho produtivo é o trabalho que agrega um valor adicional ao valor dos materiais e que “paga” tanto o salário do trabalhador quanto o lucro do capitalista (Smith, 1981, p.330). Esse valor incorpora-se ao produto que passa a comandar, no mercado, uma quantidade no mínimo igual ao valor que ele encerra.¹⁷ Note-se que, embora Smith esteja se reportando a uma mudança na forma de se organizar a produção, o critério decisivo para afirmar a produtividade do trabalho é a esfera da circulação. Mais ainda, a própria taxonomia de Smith para diferenciar capital em fixo e circulante também se baseia no fato de os itens que o compõem terem de circular ou não para gerar lucro.

Agora, o que induz um indivíduo a empregar seu estoque na utilização de trabalhadores produtivos ao invés de consumi-lo? Para Smith, a explicação está na propensão natural dos indivíduos em melhorar as suas condições de vida. Essa propensão, inata ao ser humano,¹⁸ que induz os indivíduos a empregar seus estoques produtivamente como capital ao invés de consumi-los improdutivamente – a poupança aqui tomada

¹⁷ A literatura sobre a questão do valor na RN tem negligenciado a relação entre trabalho produtivo e preço real como trabalho comandado. Quase sempre esta questão limita-se ao mero estudo dos capítulos 5, 6 e 7 do livro I da RN. Para uma interpretação distinta da literatura sobre este tema, veja-se Santos (1996).

¹⁸ Não deixa de ser curioso notar que, embora alguns historiadores da ciência econômica julguem despropositada a afirmativa de Marx sobre a compulsão dos capitalistas em acumular capital, aceitam, sem reservas, a de Smith, que concebe esta compulsão não como um traço dos indivíduos enquanto capitalistas, mas como um traço da própria natureza humana.

identicamente como investimento – é a mola propulsora da acumulação de capital e, portanto, da segunda causa da riqueza (Smith, 1981, p.341-43). Uma última observação é pertinente neste ponto. A propensão natural do ser humano em melhorar as suas condições de vida tem sido confundida com a propensão à troca ou, então, como tendo o mesmo significado que essa última, ou seja, como mera manifestação do auto-interesse dos indivíduos na aquisição de riqueza.

Em resumo, para Smith, a riqueza, concebida como constituída de bens adequados ao consumo, tem sua origem no trabalho humano, mais precisamente nas suas alterações qualitativas (produtividade do trabalho) ou quantitativas (número de trabalhadores produtivos). Cada indivíduo, guiado pelas propensões naturais a trocar e a melhorar as suas condições de vida na aquisição de subsistência para si mesmo, acaba contribuindo para o bem-estar, pelo menos material, da sociedade como um todo¹⁹. Este resultado não depende nem de algum plano preestabelecido nem de alguma política voltada para introduzir o espírito comercial entre os indivíduos, pois este já se encontra presente na própria natureza humana. Na verdade, tais planos podem até obstruir as ações dos indivíduos ao inibirem o desenvolvimento ou plena manifestação daquelas propensões inerentes ao ser humano²⁰. Esse é o ponto que orienta Smith na sua crítica aos sistemas de Oeconomia Política, já presente na LJ, e que ganha forma definitiva na RN na proposição de que o melhor sistema na promoção de riqueza é o sistema de liberdade natural (Smith, 1981, p.687). Neste caso, cabe apenas ao Estado zelar pelas condições básicas para que os indivíduos possam agir de acordo com suas propensões naturais na aquisição de

¹⁹ Como ressaltado por Prado (1996, p.206), não se pode confundir essa proposição com a concepção atomista da vida econômica elaborada pela teoria marginalista.

²⁰ Esse é o ponto que diferencia Smith de Steuart, a saber, se a riqueza é derivada de alguma orientação imposta pelo legislador ao resto da sociedade ou se aquelas propensões dos indivíduos bastam para criar riqueza.

riqueza. Fecha-se, portanto, o círculo. De uma crítica teórica aos conceitos de riqueza e das suas causas subjacentes às práticas voltadas para promover riqueza, Smith encerra sugerindo que o melhor sistema é o da liberdade natural.

CONCLUSÃO

Esse artigo centrou sua atenção em como Quesnay e Smith elaboraram o objeto de análise da Oeconomia Política. Ambos os autores operam num campo delimitado da Filosofia Moral, que é o da Política enquanto estudo das regulações do Estado orientadas para promover riqueza. Porém, no interior desse campo, esses autores realizam duas intervenções significativas. Primeiro, estabelecem que se deve ter uma visão compreensiva dos fenômenos relacionados à riqueza na vida social para avaliar corretamente os resultados desta ou daquela regulação. Até então, o estudo dessas regulações circunscrevia-se a fenômenos isolados que, por sua natureza imediata, seriam reconhecidos hoje como “econômicos”, tais como questões de comércio internacional, moeda e juros. O passo decisivo está em pensar que esses fenômenos isolados ou locais fazem parte, na verdade, de um sistema global e que seu entendimento, no que ele consiste e como ele opera, é anterior à qualquer avaliação ou intervenção nesse sistema. Esta postura não é privilégio desses autores. Na verdade, ela já se apresentava de forma consciente no trabalho de Cantillon. Para este autor, para se compreender as relações entre moeda, preços e comércio internacional, é indispensável compreender inicialmente no que consiste o **comércio em geral**. Quesnay e Smith não fazem mais do que aprofundar essa perspectiva. Assim, ambos os autores, por diferentes vias, procuram apresentar no que consiste a ordem econômica através de uma explicação de como os indivíduos se organizam para obter riqueza. A segunda intervenção decisiva localiza-se na própria idéia de riqueza. Quesnay e Smith afirmam que riqueza

consiste em objetos úteis à satisfação de necessidades humanas ao invés de metais preciosos. Daqui, vem para o centro da análise a ação dos indivíduos na aquisição de subsistência. A idéia crucial é que cada indivíduo trabalhando para si mesmo obtém uma quantidade menor de objetos úteis do que se ele trabalhar para os outros, concentrando seus esforços numa única atividade. O mecanismo das trocas a disponibilidade dessa produção entre indivíduos. A ordem econômica compõe-se do conjunto de trocas dos excedentes desses trabalhos especializados. O “econômico” da vida social está no fato de que, para obter subsistência, os indivíduos devem produzir para trocar e não para seu consumo próprio. Note-se que não se trata de focar a análise nas atividades comerciais em sentido estrito, mas em conceber as ações dos indivíduos na aquisição de riqueza como orientadas pelo espírito comercial. Como afirma Smith, uma vez que a divisão de trabalho esteja estabelecida na sociedade, todo o indivíduo se transforma num comerciante e a sociedade numa sociedade comercial. Deste ponto de vista, o “econômico”, no discurso de Quesnay e de Smith, distingue-se dos conceitos clássicos, que enfatiza o trabalho ou a produção em si mesmos, e marginalista, baseado na idéia de escassez generalizada.

O resultado dessa dupla intervenção no campo da Política é o reconhecimento de uma esfera da vida social que tem um arranjo e lógica próprios sobre os quais é possível e necessário seu correto conhecimento. Para Quesnay, esse conhecimento se apresenta como o conhecimento da ordem natural subjacente ao cotidiano dos indivíduos em sociedade. Smith, por sua vez, mostra que a promoção da riqueza resulta da ação de duas tendências da natureza humana. A diferença na explicação da ordem que o sistema econômico apresenta envolve um diferente papel para o Estado em cada autor. Vejamos mais de perto este resultado.

Tanto para Quesnay quanto para Smith, é um fator indiscutível para o progresso da riqueza a liberdade da ação individual na aquisição da subsistência. Para Quesnay, como se viu acima, o conhecimento da ordem

natural é indispensável na organização da vida na sociedade política para obtenção de riqueza. Essa ordem natural compreende a liberdade dos indivíduos nas suas ações orientadas para a aquisição de riqueza, porém não é gerada por estas ações. A presença do legislador é crucial na implementação de leis positivas que estabeleçam a ordem natural no interior da sociedade política. Com Smith, no entanto, tem-se um quadro diferente. Como a riqueza é explicada por duas propensões naturais do ser humano, a propensão à troca e a melhoria da condição de vida, trata-se de deixar que elas conduzam os indivíduos nas suas ações voltadas para a riqueza de forma autônoma e independente de qualquer plano ou orientação do legislador. Assim, embora ambos os autores concebam a ordem econômica no interior da ordem política, em Quesnay o papel do legislador é fundamental na organização da economia da sociedade política; em Smith, esse papel é negado porque a ordem econômica da sociedade política progride de acordo com o desenvolvimento de características próprias da natureza humana. Porém, somente esse papel é retirado do legislador. Como aponta Tribe (1978, p.108). a figura do legislador permanece central, embora com sua estatura diminuída, na RN. Smith lhe atribui o papel de regular a vida econômica da nação através de três funções: proteger a sociedade da violência de outras nações, proteger todo e qualquer cidadão da opressão e injustiça dos demais e o dever de criar e manter certas instituições públicas que, embora importantes para a sociedade, não são lucrativas para serem executadas privadamente (Smith, 1981, p.687-88).

Quesnay e Smith formularam duas respostas distintas à questão básica da Oeconomia Política. A resposta de Smith acabou por superar a de Quesnay. A estrutura de argumentos contida na RN subsumiu aquela contida nos trabalhos fisiocráticos devido a duas razões básicas. Primeiro, as noções de Smith sobre a natureza e a causa da riqueza foram apresentadas numa ordem sistemática impecável na sua obra. Muito se tem afirmado sobre a capacidade de Smith em sistematizar idéias em parte, conforme chama a atenção Schumpeter, devido à sua prática docente. A RN é, sem dúvida, um exemplo notável dessa capacidade. Nela encontram-

se as noções básicas de Smith relacionadas entre si numa cadeia fluida de raciocínio que praticamente não permite ao seu leitor desviar-se um instante sequer do curso do argumento. Porém, deve-se notar que a ordem lógica de exposição das idéias na RN não estabelece qualquer ordem lógica sobre o funcionamento do sistema econômico. Já as idéias fisiocráticas encontravam-se espalhadas em diversos e diferentes trabalhos, o que dificulta perceber a sua unidade conceitual. Porém, sua ordem de exposição compreende sempre a lógica da operação da ordem econômica, como pode ser visto na apresentação diagramática do *Tableau*. Esse, no entanto, não era de fácil apreensão mesmo para aqueles indivíduos pertencentes ao círculo dos simpatizantes das idéias de Quesnay. Embora tenha-se constituído num formidável e até ousado passo na organização das idéias econômicas, o esquema analítico concebido por Quesnay descrevia o processo de circulação da produção e dinheiro através de um intrincado conjunto de flechas, os “zig-zags”, que exige do leitor uma ruptura com a forma discursiva de elaboração de argumentos. Dessa forma, enquanto instrumento analítico, o *Tableau* constitui-se num obstáculo adicional à propagação das idéias fisiocráticas. Em segundo lugar, no que diz respeito ao embate de idéias propriamente dito, Smith pode facilmente interpretar o sistema fisiocrático como um caso particular e, portanto, incompleto da sua teoria da riqueza. O ponto crucial dessa operação foi a redefinição do conceito fisiocrático de trabalho produtivo²¹. Sob essa redefinição, Smith pode apresentar o trabalho industrial como também produtor de riqueza, ou seja, como capaz de gerar um excedente. Com isso, ele pode considerar os lucros como uma categoria integrante do produto líquido e, assim, estabelecer um quadro mais plausível do que o dos fisiocratas – as três classes econômicas com seus respectivos rendimentos – para analisar a emergente sociedade capitalista.

²¹ É interessante observar que na *Riqueza das Nações*, quando Smith pensa em setores de atividade, o seu discurso aproxima-se do fisiocrático ao enfatizar a importância do setor agrícola na geração da riqueza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA, P. (1991). "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica". In: RÊGO, J. M. (org.), **Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico**. São Paulo : Bernal.
- BLANCH, A. M. (1988). **A Pré-História da Economia**. São Paulo : Ilucitec.
- BROWN, V. **Adam Smith's Discourse**. London: Routledge, 1994.
- BUCHANAN, D. (1817). **Observations on the Subjects Treated of in Dr. Smith's Inquiry**. Reprints of Economic Classics. New York : A. M. Kelley, 1966.
- COATS, A. W. (1975). "Adam Smith and the Mercantile System". In: A. S. Skinner e T. Wilson (eds.). **Essays on Adam Smith**. London : Oxford University Press.
- DUMONT, L. (1977). **From Mandeville to Marx**. Chicago : University of Chicago Press.
- FERNANDES, A. C. G. (1994). **Ação Econômica e Ordem Social na Economia Política Clássica**. São Paulo : IPE-USP, (dissertação de mestrado).
- HIRSCHMAN, A. O. (1979). **As Paixões e os Interesses**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- MEEK, R. L. (1963). **The Economics of Physiocracy**. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963a). "The Interpretation of Physiocracy". In: R. L. Meek (ed.), **The Economics of Physiocracy**, p.364-98. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1971). "Contribuição Escocesa à Sociologia Marxista". In: **Economia e Ideologia**. Rio de Janeiro : Zahar Editores.
- PRADO, E. F. S. (1996). "O Sistema Econômico e os Meios de Comunicação Sistêmicos". In: **Estudos Econômicos**, v.26 , n.2, maio-agosto, p.201-234.
- QUESNAY, F. (1756). **Farmers in Quesnay: 1756 and Turgot: Sur la Grande et la Petite Culture 1766**, P. D. Groenewegen (ed.), p.1-25. Sidney : University of Sidney, 1983.
- _____. (1963a). **Corn in The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.72-87. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963b). **Men in The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.88-101. Cambridge : Harvard University Press.

- _____. (1963c). **Taxation in The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.102-107. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963d). **Extracts from Rural Philosophy, in The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.69-71. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963e). **The ‘Analysis’, in The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p. 150-167. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963f). “Natural Right”, in *The Economics of Physiocracy*, R. L. Meek (ed.), p.43-56. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963g). **Letter from Quesnay to Mirabeau. In: The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.115-17. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963h). “The ‘Dialogue on the Work of Artisans’”. In: **The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.203-30. Cambridge : Harvard University Press.
- _____. (1963i). “Miscellaneous Extracts”. In: **The Economics of Physiocracy**, R. L. Meek (ed.), p.65-71. Cambridge : Harvard University Press.
- ROUSSEAU, J. J. (1993). “Political Economy”. In: **The Social Contract and Discourse**. Londres : EveryMan Library.
- SANTOS, R. C. (1996). **The Impact of the Physiocratic Ideas on Smith’s *Wealth of Nations***. Tese de Doutorado Não Publicada, New School for Social Research, New York.
- SCHUMPETER, J. A. (1954). **History of Economic Analysis**. Oxford : Clarendon Press.
- SCREPANTI, E. e ZAMAGNI, S. (1993). **An Outline of the History of Economic Thought**. Tradução de David Field. Oxford : Oxford University Press.
- SMITH, A. (1981). “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”. In: A. L. Macfie e D. D. Raphael (eds.), 2 v., **Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith**. Indianapolis : Liberty Press.
- SMITH, A. (1982). “Lectures on Jurisprudence”. In: R. L. Meek, D. D. Raphael e P. G. Stein (eds.), v. V, **Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith**. Indianapolis : Liberty Press.
- STEWART, D. (1793). “Account of the Life and Writings of Adam Smith”. In: W. P. D. Wightman e J. C. Bryce (eds.) **The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith**, v.III, Essays on Philosophical Subjects. Indianapolis : Liberty Press, 1982.
- TRIBE, K. (1978). **Land, Labour and Economic Discourse**. London : Routledge and Kegan Paul.

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES DA REVISTA DE ECONOMIA

- 1) A *Revista de Economia* publica trabalhos inéditos nas áreas de Economia, Administração e Contabilidade. Excepcionalmente, algum trabalho publicado em outra língua poderá ser aceito pela *Revista de Economia*, a critério de seu Conselho Editorial.
- 2) Os artigos poderão ser apresentados em português, espanhol ou inglês. O(s) autore(s) deve(m) enviar um endereço para contato que possa ser utilizado até seis meses depois do envio dos originais. A *Revista de Economia* considerará que os trabalhos enviados não estarão sendo simultaneamente avaliados em nenhuma outra publicação brasileira.
- 3) Os textos deverão ter extensão máxima de 40 laudas (incluindo eventualmente tabelas e gráficos) numeradas com 30 linhas e 70 toques, num total máximo de 84.000 toques. Os originais, enviados em três vias deverão vir acompanhados de um resumo em português e outro em inglês, de aproximadamente 100 a 150 palavras. O título do trabalho, assim como o(s) nome(s) do(s) autor(es) e a qualificação profissional do(s) mesmo(s), deverão ser enviados numa folha de rosto. Os autores dos artigos aceitos deverão providenciar uma versão dos mesmos em disquete, utilizando processador de textos e planilha eletrônica de uso freqüente.
- 4) Os trabalhos recebidos pela *Revista de Economia* são submetidos à apreciação dos membros do Conselho Editorial, ou de algum outro parecerista especialmente escolhido, no sistema double blind review. Desse modo, os autores não tomam conhecimento dos avaliadores (e vice-versa) em nenhum momento do processo.
- 5) Os autores dos artigos submetidos à apreciação da *Revista de Economia* deverão apresentar referências bibliográficas completas e precisas. A *Revista de Economia* se reserva o direito de padronizá-las de conformidade às suas normas.
- 6) A *Revista de Economia* publica resenhas de livros recentes, que deverão ter no máximo 10 páginas, conforme os critérios acima indicados. A apreciação das resenhas também ficará a cargo do Conselho Editorial.
- 7) Os artigos enviados para apreciação deverão ser dirigidos à:

REVISTA DE ECONOMIA

Conselho Editorial

Rua Dr. Faivre, 405 – sala 309

80060-140 – Curitiba-PR-BRASIL



ISSN 0556-5782